

CADERNOS DO

terceiro mundo



*Amazônia,
criando
o deserto*

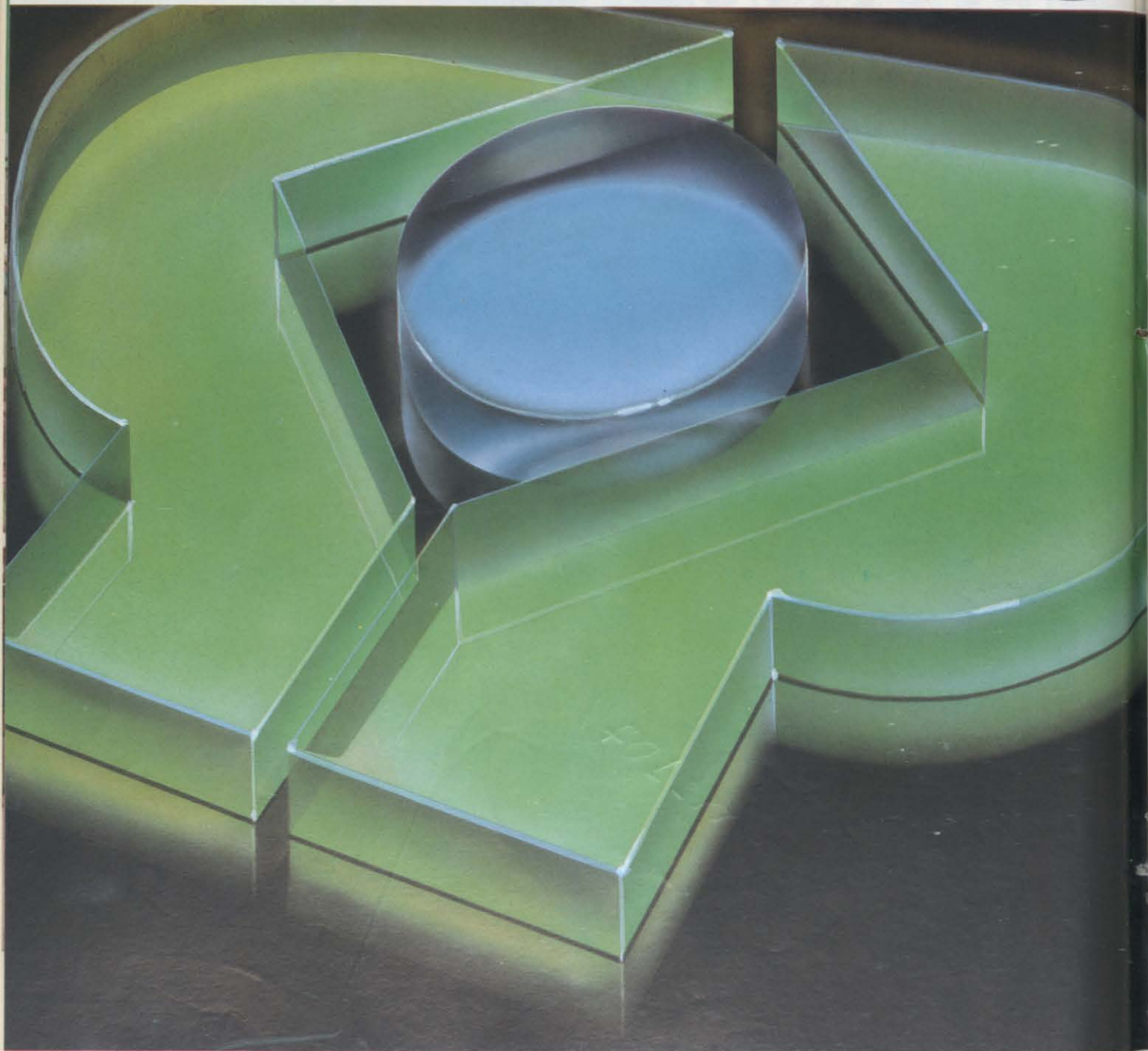
*Trem,
a grande
polêmica*



PUBLICAÇÃO MENSAL • NÚMERO 107 • CZ\$ 150,00 - BOA VISTA, MANAUS CZ\$ 195,00 • ANO XI

A rebelião palestina

PORTOBRÁS



**28 DE JANEIRO DE 1808-28 DE JANEIRO DE 1988.
BRASIL: 180 ANOS DE PORTOS ABERTOS PARA O MUNDO.**

**A PORTOBRÁS BATE TODOS OS RECORDES
DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS:
346 MILHÕES DE TONELADAS.**

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A.


PORTOBRÁS
GOVERNO JOSÉ SARNEY
Tudo pelo social.

Argentina

Reuter

ALDO RICO: FATO ISOLADO OU PONTA DE ICEBERG?

□ O golpismo militar, um mal que historicamente afeta a sociedade argentina, retornou à cena com a última sublevação do ex-tenente-coronel Aldo Rico (um "Rambo" sul-americano de perfil altamente patológico).

A rendição do oficial rebelde, a 18 de janeiro passado, perante as forças militares leais ao presidente Raúl Alfonsín, não oferece garantias de tranquilidade para a jovem democracia desse país que, dos últimos 57 anos, passou 28 sob governos militares. Aldo Rico, um ex-oficial de comandos que lutaram na guerra das Malvinas (ver **terceiro mundo** nº 100, "Raúl contra Rambo"), estava sendo processado pela rebelião que ele liderou durante a Semana Santa do ano passado e cumpria a pena de prisão domiciliar nos arredores de Buenos Aires. Rico, no entanto, continuava conspirando contra a autoridade do chefe do estado-maior do exército, general Dante Caridi, e mantinha contatos com muitos dos oficiais de menor patente que o acompanharam no seu levante de abril de 1987.

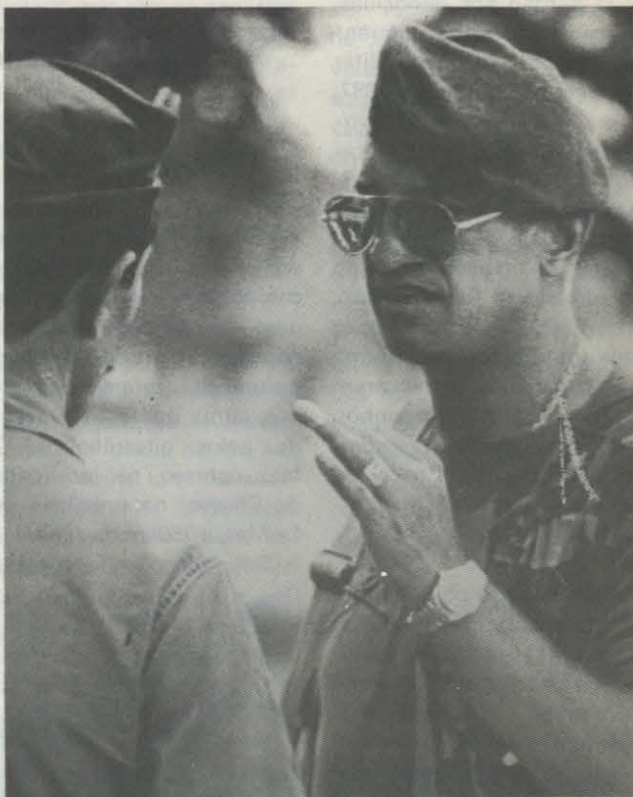
O chefe do exército ordenou a volta do oficial rebelde, como prisioneiro, ao regimento de Campo de Mayo, retirando-lhe o benefício de prisão domiciliar, com a intenção de controlar a conspiração. A ordem foi desobedecida. Rico fugiu da casa que lhe servia de prisão e tornou a se rebelar, ocupando o 4º Regimento de Infantaria do exército em Monte Caseros, na província de Corrientes, a noroeste da

Argentina, no limite com Brasil e Paraguai.

Os rebelados receberam a adesão de uma Companhia de Engenheiros do Exército, também de Monte Caseros; ocuparam a cidade, minaram pontes e estradas de acesso e divulgaram um vídeo, onde se manifestavam dispostos a resistir "até as últimas consequências".

Outros focos de rebelião seguiram-se aos primeiros: o 19º Regimento de Infantaria de Tucumán, província no norte da Argentina; o 161º Grupo de Artilharia de Defesa Antiaérea, da província de San Luis, no centro do país; o 21º Regimento de Infantaria, em Las Lajas, e o 35º Regimento de Infantaria, em Rospentek, ambos na província de Neuquén, ao sul; e um grupo de oficiais que ocupou o setor militar do aeroporto de vôos domésticos de Buenos Aires.

O presidente Alfonsín ordenou a repressão dos amotinados e enviou uma Brigada de Infantaria, de Bahía Blanca, a 2.000km de Monte Caseros, para controlar o principal foco da rebelião. Com o passar das horas, os temores de que os sublevados conseguissem mais adesões foram se diluindo e as forças leais ao presidente dominaram, um a um, os sucessivos levantes rebeldes. O último a se render foi Rico. Depois que uma das minas colocadas nas estradas adjacentes explodiu debaixo de um caminhão que transportava soldados, causando vários feridos, as forças leais a Alfonsín atiraram para intimidar, e isso foi o suficiente para a rendição dos comandos de "Rambo".



Rico em Monte Caseros: um novo desafio para Alfonsín

Foi a terceira rendição do "bravo" oficial em menos de cinco anos. Nas Malvinas, rendeu-se juntamente com o restante dos seus camaradas ao comandante Moore, das tropas inglesas (junho de 1982); na Semana Santa, rendeu-se ao presidente Alfonsín (abril de 1987); e, agora, tornou a se entregar sem luta, perante o chefe da brigada que o enfrentava. Os observadores consideram que, além do perfil caricaturesco que enfeita o personagem, sua periculosidade não deve ser subestimada. Nas forças armadas da Argentina existe uma corrente ideológica de extrema direita, muito próxima do fanatismo religioso, que chega a impregnar, com diversos matices, o conjunto dos militares. Estes não aceitam serem julgados pelos delitos cometidos durante os anos

da chamada "guerra suja" contra seus opositores e pressionaram, usando vários meios, o governo constitucional a fim de acabar com os processos judiciais.

De fato, afirmam essas fontes, a rebelião do ano passado serviu para que os militares processados por torturas, sequestros, roubos, raptos de crianças e estupro fossem perdoados por uma lei, aprovada pelo Congresso argentino, a pedido do presidente Alfonsín. Segundo essa lei - chamada de "lei da obediência devida" -, só os comandantes das forças armadas, que deram as ordens de repressão, continuariam a ser processados, enquanto os subordinados na escala hierárquica ficariam isentos de qualquer julgamento. Com isso, foram beneficiados quase 400 oficiais.

NOVOS ATAQUES DO SENDERO LUMINOSO

O perdão aos genocidas, concedido como consequência direta da rebelião militar da Semana Santa de 1987, somado à extrema benevolência com que foram tratados Rico e os demais rebeldes de abril e à aceitação de outras exigências – como a renúncia do então chefe do estado-maior do exército, Ríos Ereñú – fizeram temer pela integridade do sistema democrático e provocaram no povo, que acompanhou Alfonsín durante a crise, mobilizado na Praça de Mayo, uma grande desilusão.

Desta vez, o povo não foi às ruas e o presidente se manteve afastado de qualquer negociação. O exército respondeu institucionalmente e os rebeldes deverão ser julgados por delitos que podem acarretar penas muito severas. Alfonsín prometeu aplicar as leis que enquadram a sublevação no Art. 686 do Código de Justiça Militar, que prevê a pena de morte para os delitos cometidos por Rico e seus seguidores: rebeldia, insubordinação, atentado à ordem constitucional, sedição e comoção pública.

Agora, Alfonsín tem a segunda – e talvez a última – oportunidade de depurar profundamente as forças armadas, para obrigá-las a conviver num regime democrático. As últimas eleições demonstraram ao presidente que o povo não compartilha da sua política econômica e repudia o perdão aos que violaram os direitos humanos. A pergunta é: desta vez o presidente escutará a voz do seu povo ou continuará o perigoso jogo do cordeiro diante do lobo?

□ O prefeito do município de Ayacucho, José Jacinto Rada de la Torre, denunciou em Lima, no início de janeiro passado, que 24 camponeses, membros de uma comunidade indígena contrária ao grupo "Sendero Luminoso", foram decapitados numa operação realizada pelos guerrilheiros. O fato ocorreu na localidade de Chacas, na província de La Mar, a 750km da capital.

Segundo o prefeito, cerca

sobreviventes, apenas uns 30 atacantes tinham armas de fogo, enquanto os demais estavam munidos de facas, facões e *warakas* (um tipo de estilingue).

Os rebeldes tomaram o controle da aldeia, obrigaram seus habitantes a se reunirem num ponto central e ordenaram a morte dos 24 camponeses. O prefeito Rada de la Torre declarou que esse tipo de ação é frequente e afirmou que, geralmente, os



Sendero: uma guerra cujas principais vítimas são camponeses

de 50 crianças ficaram órfãs em consequência do massacre, no qual morreram várias mulheres. Algumas dessas crianças serão transferidas para os orfanatos de Ayacucho, especialmente criados para prestar assistência aos órfãos que essa virtual guerra civil vem gerando.

A operação foi realizada por mais de 200 rebeldes, na sua maioria camponeses indígenas de outras comunidades, que agiam apoiando uma coluna guerrilheira. Segundo depoimentos dos

realizam represálias semelhantes e massacres contra comunidades ou pessoas suspeitas de terem fornecido alimentos, alojamento ou qualquer outro tipo de ajuda aos guerrilheiros.

Calcula-se que, desde 1980 – ano das primeiras ações do grupo guerrilheiro – até esta data, nos estados de Ayacucho, Huancavelica e Apurímac – todos na serra centro-sul – morreram ou desapareceram cerca de sete mil pessoas, camponeses indígenas na sua grande maioria.

Tanto o exército quanto os guerrilheiros exigem apoio dos camponeses e tomam severas medidas de represália contra as comunidades suspeitas de apoiarem seus adversários. Segundo fontes do estado de Ayacucho, há alguns meses se instalou na comunidade de Chacas um destacamento do exército, que obrigou os indígenas a formarem uma organização paramilitar denominada "rondas camponesas", cujos membros foram obrigados a participar de tarefas de contra-insurreição na área. Essas "rondas camponesas" não foram autorizadas a portar armas de fogo, por causa da possibilidade de que elas as entreguem aos guerrilheiros.

Em dezembro passado, os soldados foram embora de Chacas e muitos camponeses abandonaram a comunidade para fugir das previsíveis represálias dos rebeldes. Em outros choques armados, ocorridos em meados de janeiro último, cinco pessoas ficaram feridas, quando tropas guerrilheiras, que haviam tomado a estação de rádio "Santiago de Chuco", foram emboscadas.

Cuba

"PERESTROIKA NO CARIBE"?



Fidel Castro: linha dura para combater o enriquecimento ilícito

□ O centro das atenções em Cuba, durante todo o ano de 1987, foi a chamada "política de retificação de erros e tendências negativas", considerada por alguns analistas como um retorno às idéias defendidas pelo presidente Fidel Castro, em meados dos anos 60. Segundo declarações de Castro em 1986, a espinha dorsal dessa política consiste em resgatar a consciência popular frente aos problemas econômicos e de qualquer outra natureza; eliminar as tendências burocratizantes "de molde capitalista" e combater o enriquecimento ilícito de alguns setores.

Durante o ano passado, ocorreu um endurecimento das medidas a que, desde o ano anterior, o governo vinha dando impulso, diante da precária situação econômica do país, do "caos e da corrupção administrativa". Em janeiro de 1987, a Assembleia Nacional do Poder Popular (o Parlamento cubano) divulgou um conjunto de 28 resoluções, aprovadas para fortalecer a política de austeridade na ilha. Por meio dessas medidas, foram reduzidos em 50% os recursos orçamentários para im-

portação, o que foi interpretado como uma séria advertência ao povo cubano, no sentido de que, dessa vez, a "retificação" estava sendo levada a sério. O presidente Fidel Castro, pessoalmente, encarregou-se de apoiar a execução dessa política e reiterou, nos diversos encontros que manteve com responsáveis de empresas, dirigentes sindicais, funcionários do partido e outras organizações populares: "Agora, sim, vamos construir o socialismo". O Partido Comunista de Cuba foi o encarregado de seguir, passo a passo, a implementação das medidas de "retificação".

Em junho do ano passado, aconteceu um fato que abalou o povo cubano. O presidente do Departamento de Aeronáutica Civil, Luis Orlando Domínguez, até então um dos mais prestigiados dirigentes jovens do país, foi demitido do cargo. Domínguez foi processado por utilização ilegal de divisas, posse de várias casas, distribuição de facilidades e outras graves acusações de malversação de fundos públicos. Foi condenado a 20 anos de prisão. O processo contra Domínguez foi inter-

pretado por alguns analistas como uma advertência para outros funcionários do Estado que pudessem estar metidos em casos de corrupção.

O caso de Domínguez, denunciado por Castro numa longa exposição na TV cubana, foi relacionado, em diversos círculos, com a deserção do general de brigada da força aérea, Rafael del Pino. Nunca, durante os 27 anos de governo revolucionário, um oficial de tão alta patente tinha tomado atitude semelhante. A deserção do militar teve grande repercussão em Cuba. Rafael del Pino abandonou o país com sua família e se exilou nos Estados Unidos, de onde fez severas críticas à revolução cubana. Fidel fez uma longa exposição sobre a deserção de Del Pino e o chamou de "o maior traidor que existiu em Cuba nos últimos 30 anos".

Um mês mais tarde, numa operação semelhante, desertava o major Florentino Aspilluga Lombart, que utilizou a emissora da Rádio Martí, em Miami, para fazer suas críticas ao presidente cubano. Durante os primeiros seis meses de 1987, reuniu-se em Havana o 4º Congresso da Juventude Comunista, numa atmosfera carregada de posições críticas à gestão de vários ministérios, em particular, contra o Ministério da Construção. Em dezembro, pouco depois da destituição do ministro que havia sido o alvo das críticas, Fidel declarou, num discurso pronunciado numa reunião partidária, que "o trabalho medíocre e irresponsável é inadmissível em Cuba e não se pode perdoar ninguém".

No contexto do processo

de "retificação", a imagem de Ernesto Che Guevara voltou à cena política. As colocações de Guevara - assassinado há 20 anos, quando comandava um grupo guerrilheiro na Bolívia - em prol dos incentivos morais para a formação da consciência do "homem novo" e os estímulos ao trabalho voluntário, se encaixam muito bem na nova orientação assumida pelo governo cubano, que espera elevar a consciência do povo, como fator produtor de riqueza e de impulso ao desenvolvimento do sistema socialista.

Colômbia

MAIS UMA VÍTIMA DO NARCOTRÁFICO

□ Mais uma vez, o tristemente famoso "cartel de Medellín" - como se tornou conhecido o principal grupo colombiano de traficantes de drogas - mostrou o seu poder de fogo: a nova vítima foi o procurador-geral da República, Carlos Mauro Hoyos, 42 anos, que já vinha recebendo várias ameaças de morte, por sua ferrenha oposição ao tráfico de drogas.

Ele tinha sido sequestrado pela manhã, aparecendo morto no final da tarde da segunda-feira, 25 de janeiro passado. O sequestro e o posterior assassinato foram assumidos pelo grupo "Os Extraditáveis", organização de narcotraficantes que luta contra a extradição, para os Estados Unidos, dos principais chefões da máfia colombiana de drogas. O "cartel de Medellín" é tido como responsável por 80% da cocaína consumida nos Estados Unidos.

África do Sul

O NOVO ALVO DA ÁFRICA DO SUL

□ A intensificação das relações econômicas e diplomáticas da África do Sul com determinados países africanos, como a Costa do Marfim e a Guiné Equatorial, reforçou os indícios de que está em andamento um esforço do regime do *apartheid* para tentar isolar a Nigéria dos governos negros da África Austral, notadamente os integrantes do chamado grupo da Linha de Frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Tanzânia e Botsuana). O novo objetivo estratégico sul-africano ganhou contornos mais definidos com a aproximação cada vez maior entre os governos de Pretória e Malabo, a capital da Guiné Equatorial, uma ex-colônia espanhola na África Ocidental.

Quase cem empresários, funcionários do governo e técnicos em comunicações do governo sul-africano desembarcaram em Malabo, no final de novembro último, para discutir um programa de ajuda econômica. Desde 1985, os sul-africanos vêm mantendo contatos assíduos com subordinados do presidente Teodoro Obiang Nguema, que aceitou um projeto no valor de 700 mil dólares por ano, prevendo assistência médica, construção de estradas, melhoria dos aeroportos e ajuda agrícola. Já existem, pelo menos, 30 fazendeiros *afrikanners* instalados na Guiné Equatorial e, segundo uma reportagem recente do jornal *Herald Tribune*, a maioria deles mantém contatos diários com a África do Sul.



Presidente Nguema

Logo depois da chegada da última missão sul-africana surgiram rumores de que ela estaria envolvida na compra sigilosa de petróleo nigeriano através de portos da Guiné Equatorial. Mas, em seguida, surgiram informações mais detalhadas de que os sul-africanos estavam, na verdade, interessados na ampliação da pista do aeroporto de Malabo, bem como na instalação de estações rastreadoras e de monitoração de transmissões telefônicas e radiofônicas.

Em Londres, circularam informações de que a África do Sul pretende instalar na Guiné Equatorial um sistema parecido com o "Omega", montado pelos Estados Unidos na Libéria, para monitorar países vizinhos. Caso essa possibilidade venha a ser confirmada, os sul-africanos poderão interferir em todas as transmissões radiofônicas e telefônicas da Nigéria, bem como obter informações detalhadas sobre o país. Isso pode ser um passo inicial para interferir na política da Nigéria, o mais rico país da África Ocidental, cujo governo tem mantido, até agora, uma posição contrária ao *apartheid* e

de apoio aos países da Linha de Frente.

A Guiné Equatorial passa por um momento extremamente delicado do ponto de vista econômico. O preço internacional do cacau (principal produto de exportação desse país de 400 mil habitantes) vem caindo brusca e as receitas da Guiné já não cobrem nem a metade das importações. Além disso, o Marrocos, o principal aliado do presidente Nguema, ameaça suspender a ajuda econômica e militar, caso o chefe de estado guineense reconheça o governo de Israel, conforme indicam rumores que circulam em Malabo. A África do Sul parece muito interessada em explorar as dificuldades de Nguema, para ampliar a sua influência na parte ocidental da África, depois que o *apartheid* conseguiu um ponto de apoio na Costa do Marfim.

Angola - Chipenda

EX-DISSIDENTE RETORNA A LUANDA

□ Afastado do Movimento Popular de Libertação de Angola-Partido do Trabalho (MPLA-PT) há alguns anos, quando tentou, sem sucesso, estruturar movimentos dissidentes - sobretudo a partir de Lisboa -, Daniel Chipenda retornou a Luanda, dentro do espírito da "política de clemência" posta em prática pelo governo angolano.

Numa entrevista coletiva realizada em Benguela e que

marcou sua reintegração ao partido, Chipenda afirmou que a política seguida pelo presidente José Eduardo dos Santos é "a única forma de unir a família angolana", declarando-se disposto a ocupar o posto que lhe for indicado pelo MPLA-PT.

"A sabotagem econômica e social só serve aos interesses dos inimigos do nosso país. Vim para Angola como verdadeiro angolano, disposto a dar a minha contribuição onde for chamado pelas autoridades máximas do país", declarou.

"Convém não confundir o



Daniel Chipenda

inimigo", acrescentou ele, classificando Jonas Savimbi, o líder do grupo contra-revolucionário Unita, de "mero instrumento nas mãos dos racistas sul-africanos". Chipenda lançou um apelo aos adeptos da Unita, tanto na guerrilha rural quanto nos centros clandestinos urbanos, a seguirem o seu exemplo. O ex-dissidente, por outro lado, contestou o direito de Savimbi se apresentar como líder da etnia *umbundi*, à qual ele também pertence.

PANORAMA

Namíbia

SOLDADOS NEGROS SE REBELAM

□ A Força Territorial do Sudoeste Africano (Swatf), exército criado pela África do Sul para combater o movimento guerrilheiro Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano), perdeu boa parte da sua capacidade operacional em consequência da recusa de mais de 400 soldados negros de lutar dentro de território angolano como se fossem membros da Unita (organização contra-revolucionária financiada e orientada pelo regime do *apartheid*). Os batalhões 101 e 202, considerados tropas de elite da Swatf, sofreram pesadas baixas nos combates ocorridos no sul de Angola em novembro e dezembro últimos, o que provocou uma rebelião aberta entre seus membros.

O jornal *The Namibian*, editado em Windhoek, capital da Namíbia, revelou que os soldados amotinados foram presos e levados para as penitenciárias em diversos pontos dessa ex-colônia alemã, ocupada ilegalmente pela África do Sul. Os batalhões 101 e 202 foram criados secretamente em 1975, com a função de enfrentar guerrilheiros da Swapo, bem como realizar operações clandestinas no sul de Angola. Em 1980, as duas unidades passaram a integrar a Swatf e foram colocadas sob comando de oficiais brancos sul-africanos.

O batalhão 101 é formado por aproximadamente mil homens recrutados na região de Ovambo, no norte da Namíbia. Já o batalhão

202 tem sua base na cidade de Rundu e é integrado por soldados residentes na região de Okavango, a leste do país.

Segundo o jornal namibiano citado, os amotinados foram levados para Angola através da fronteira da Zâmbia. Em território angolano, eles deveriam se comportar como se fossem rebeldes da Unita, funcionando como tropa de apoio para unidades do exército sul-africano encarregadas de ataques com blindados e artilharia. Segundo o jornal inglês *Independent*, a Swatf tem um efetivo de 23 mil homens e, nos recentes combates na província de Cuando-Cubango, no sul de Angola, os soldados negros mobilizados pela África do Sul foram lançados nas ações mais perigosas.

Além dos batalhões 101 e 202 da Swatf, também estiveram envolvidos nos últimos combates em Angola soldados brancos sul-africanos integrantes dos batalhões 61 e 62 da Força de Defesa da África do Sul (SADF), comandados por um oficial branco de origem portuguesa. No conjunto, tanto a SADF como a Swatf mobilizaram um total de aproximadamente três mil homens. O capitão Sebastião de Almeida - capturado em Cuando Cubango por forças angolanas - que foi treinado no Marrocos e depois levado pelos sul-africanos para a base militar de Kamina, no sul do Zaire, revelou que o presidente da África do Sul, P.W. Botha, já esteve três vezes dentro de território angolano entre 1981 e 1983, antes de sua visita à frente de guerra em novembro último.

Uganda

O DILEMA DE MUSEVENI

□ As esperanças surgidas há dois anos a respeito de uma solução para os quase 30 anos de conflitos internos em Uganda estão virtualmente sepultadas com o agravamento dos combates entre as forças do governo e pelo menos seis grupos guerrilheiros. Ao assumir o poder em 1985, Yoweri Museveni começou a colocar em prática um programa nacionalista de reconstrução nacional, que tinha como base o restabelecimento de administrações regionais e municipais. Foi a alternativa encontrada para tentar dar um mínimo de organização a um país que, desde a sua independência em 1960, viveu permanentemente em estado de guerra civil.

A esperança de uma normalização naufragou a partir do momento em que grupos rebeldes dissidentes começaram a atacar aldeias e guarnições do exército em regiões afastadas, implantando o pânico entre os camponeses. Museveni não teve tempo de reestruturar o novo exército do país, chamado de *National Resistance Army* (NRA), e com o agravamento dos combates a partir de outubro do ano passado, a disciplina entre os soldados do governo foi seriamente abalada.

O governo passou a ter que enfrentar simultaneamente seis grupos armados atuando no norte, centro, leste e oeste do país. Apenas na região sul, a situação ainda é mais ou menos tranquila. O maior grupo rebelde é o *Uganda People's De-*



Yoweri Museveni

mocratic Army (UPDA), liderado pelo ex-primeiro-ministro Otema Allimadi, ligado ao também ex-presidente Milton Obote (derrubado por Museveni em 1985). O UPDA atua em algumas áreas do país, em conjunto com o *Uganda National Front* (UNF), liderado pelo ex-ministro do Interior, William Omania, que diz ter sob seu comando cerca de cinco mil homens armados.

Outro ex-ministro de Obote, Peter Otai, chefia o *Uganda People's Front*, cujo comando está em Londres e Nairóbi (Quênia) e atua na região oriental do país. Outros grupos dissidentes que também têm guerrilheiros são: o *Federal Democratic Movement* (Fedemo), responsável por alguns atos terroristas em Kampala, a capital do país; e o *Uganda Freedom Movement* (UFM), liderado de Londres por Francis Bwengye. O mais controverso grupo rebelde de oposição a Museveni é o chamado *Holy Spirit Battalion* (Batalhão do Espírito Santo), chefiado por Alice Lakwena, uma ex-garçonete da cidade de Gulu, no norte de Uganda. Alice era militante da UPDA mas depois resolveu criar o seu próprio grupo armado, usando seu prestígio como curandeira.



foram tiradas de **terceiro mundo** nº 99, "Infância: O futuro comprometido".

A idéia de fazer essa representação mímica surgiu em consequência do trabalho de vocês, como uma pequena contribuição à comunidade.

Calar também é uma forma de cumplicidade e nós não queremos ser cúmplices, assim como vocês também não.

Grupo Mimoarte
Colegio Notre Dame
Maroñas
Montevideu - Uruguai

Compartilhar a alegria

Queremos compartilhar nossa alegria com todos os que tornam possível a publicação dessa revista. Somos um grupo de jovens que faz mímica como forma de assumir um compromisso perante a sociedade. Por isso, fomos às ruas para fazer uma representação cujo tema é a infância. Com cartazes, denunciaremos a situação atual da criança no mundo.

Queríamos agradecer-lhes profundamente, porque quase todos os dados e informações que usamos

Estatização vs. privatização

Como uma febre contagiosa, agora estamos na onda da privatização. Fala-se das vantagens de privatizar empresas estatais tanto na Argentina, Uruguai e Brasil como no Chile e no Equador. E quando acontece uma coisa desse tipo, tão "orquestrado", me soa como um sino pré-fabricado muito longe de nossas fronteiras.

Não me parece lógico que o Estado - principalmente em nossos países debilitados pela dívida e pelos séculos de desmandos econômicos - assumam empresas falidas.

Nesse caso, ninguém está a favor desse tipo de estatização, que quase sempre é uma etapa intermediária, porque, em geral, depois da situação econômico-financeira saneada, o Estado a devolve aos seus ex-donos. Mas, privatizar o melhor de nossas empresas estatais, o melhor prato de nossa mesa econômica, por que deveríamos estar de acordo com isso? Isso significaria entregar nosso poder de controlar nossa própria potencialidade. Abdicar de nossa soberania.

Achamos necessário publicar em **terceiro mundo** um artigo que esclarecesse essas verdades.

Verónica E. Montana
Córdoba - Rep. Argentina

O advogado do diabo

É gratificante ver que, finalmente, uma revista levanta a bandeira dos países emergentes, assume como seus os pontos de vista das nações subdesenvolvidas. E toma como um postulado a necessidade de um sistema econômico alternativo, a nível mundial. Mas, como para elogiar a revista, já há muitos leitores (sempre começo a leitura pela

seção de cartas), eu prefiro passar por cima dos elogios e aprofundar um aspecto que considero o único criticável em relação à proposta editorial de vocês: às vezes, falta mostrar o lado negativo do Terceiro Mundo.

Há artigos que caem no erro de serem pouco críticos, por causa de sua defesa intransigente do direito do Terceiro Mundo ao desenvolvimento e a criar o seu próprio destino. Muitas vezes, mesmo os melhores governos do Terceiro Mundo podem ser criticados. É lógico que, na grande imprensa, nos meios de comunicação de massas, só se abrem espaços para esse lado negativo ou para as reflexões críticas. Por isso, **terceiro mundo** pode se sentir tentada a compensar essa atitude, mostrando "a outra face da moeda". Bom, isso é verdade, mas existem críticas que vêm de dentro - que podem ou não coincidir com as críticas feitas de fora -, que bem mereceriam um espaço maior nas páginas da revista.

terceiro mundo tem que ser algo assim como "o advogado do diabo", o "grilo na consciência" do Terceiro Mundo, mostrando que na batalha pelo desenvolvimento, pelo fim da dependência, também se cometem injustiças e equívocos.

Nahid Aslanbeigui
Cidadão do Terceiro Mundo
Nova Orleans - EUA

O retrato dos campos de refugiados

Como judeu, me tocou muito o conteúdo do artigo "Sempre há uma primavera", em **terceiro mundo** nº 105, sobre o escritor israelense David Grossman. Por um lado, o próprio fato de o livro ter sido escrito por Grossman, citado no artigo, me pareceu gratificante, porque mostra que em Israel ainda existem homens de mentalidade crítica e de sensibilidade para debater, sem preconceitos, o assunto da convivência entre palestinos e judeus e para abordar os desafios que a atual situação nos coloca.

Por outro lado, é uma lição, para nós, adultos, a atitude dessas crianças palestinas, que, criados numa situação tão dramática, sonham com uma pátria que nunca conheceram. De nada serve a política do avestruz. No Oriente Médio, há um problema a resolver, o do Estado palestino independente. Os dirigentes israelenses, a comunidade internacional e os líderes palestinos terão que encontrar uma forma de tornar realidade essa pátria, que não é apenas aquela com que sonham as crianças entrevistadas por Grossman, como também a vontade dos homens que, por volta do final da Segunda Guerra Mundial, permitiram a criação do Estado de Israel, mas estipulando, ao mesmo tempo, que também seria proclamado o Estado palestino.

Shlomo Weltman - Buenos Aires, Argentina.



Crianças palestinas: manter viva a esperança

CARTAS

Repensar o Terceiro Mundo

A revista, para mim, é imprescindível, porque me ajuda a repensar o Terceiro Mundo.

M.B. Macedo
Porto Alegre (RS) – Brasil



dade, na condução dos seus destinos, a caminho do desenvolvimento. Como tal, terceiro mundo grangeou uma especial receptividade nos países subdesenvolvidos.

Paulo Mway
Luanda
Angola

Artigos analíticos

Gostaria de parabenizar terceiro mundo pela sua importante contribuição como fonte alternativa de informações sobre a problemática dos países subdesenvolvidos. Dificilmente vamos encontrar na chamada "grande imprensa" matérias sobre a situação atual em Burkina Faso ou mesmo sobre a nossa vizinha Guiana. A recente tensão pré-hélica entre a Venezuela e a Colômbia teria passado incógnita para mim, se eu não tivesse lido a notícia "Perigosa disputa fronteiriça", publicada no nº 104 de terceiro mundo.

Por outro lado, sinto falta de reportagens mais analíticas que coloquem em discussão temas relevantes para o entendimento do complexo quadro internacional. Que tal, reflexões sobre as perspectivas de integração latino-americana, a ONU e o Direito Internacional, a política externa brasileira? Será fugir dos objetivos iniciais da revista? Acredito que quantos mais possam se enriquecer com o debate a nível acadêmico, tanto melhor será a luta de todos nós em defesa dos interes-

ses dos países do Terceiro Mundo. Não se trata, obviamente, de se aprofundar sobremaneira na essência de cada problema, mas sim de estimular o pensamento construtivo na busca de soluções. Abrir o espaço para a formulação teórica é abrir o caminho para viabilizar no futuro o que o atual condicionamento histórico não permite.



Burkina Faso

Sou estudante do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e coloco-me à disposição de todos aqueles interessados em obter maiores esclarecimentos quanto ao funcionamento do curso, currículo, tempo de duração etc..

Eugênio Vargas Garcia
Brasília (DF) – Brasil

A crise da esquerda

Como os ventos de autocrítica nos vêm da glasnost e da perestroika, acho que é hora da revista abordar o tema da crise da esquerda latino-americana, ou o reverso do problema, o fortalecimento do liberalismo e – por que não reconhecer? – também da direita. Não é em vão que em nosso continente o auge do movimento popular teve como resposta histórica os golpes de Estado, repressão, desarticulação dos partidos de esquerda e do movimento sindical. Estamos pagando as consequências do auge repressivo das últimas décadas com jovens cétricos, "apolíticos", homens e mulheres maduros frustrados politicamente e uma geração mais velha que continua como testemunha privilegiada de um século de altos e baixos na luta popular.

A esquerda tem que partir da aceitação de sua fraqueza, de sua falta de implantação nas camadas mais populares, seus desvios intelectualóides, para transformar suas carências em força nova, vital, que muita falta faz para que renasçam os frutos da herança libertária das horas gloriosas da América Latina.

José Eduardo Jiménez
Callejo
Caracas – Venezuela

Movimento sindical

Venho parabenizá-los por tão séria e importante revista. Gostaria de ver publicado assunto relativo ao movimento sindical em vários países.

Brasileira C. Lopes
Curitiba (PR)
Brasil

Gorbachev-Reagan: o que esperar dos acordos?

Os europeus, os latino-americanos e o mundo em geral se pronunciaram em favor dos acordos de limitação de mísseis, firmados em Washington por Reagan e Gorbachev. Na URSS, depois de algumas críticas, comemorou-se com emoção o primeiro passo em direção ao desarmamento, tão preconizado pelos movimentos pacifistas, mas que parecia distante e inalcançável.

Reagan deve ter sentido que a História ia julgá-lo com rigor implacável e que ele nada deixaria como legado à posteridade nos seus oito anos de mandato, a não ser a queda das condições de vida dos seus compatriotas, o enfraquecimento da economia mundial, o aguçamento das tensões bélicas em vários pontos do planeta e um especial cinismo para com a América Latina, com destaque para os casos de Granada e Nicarágua.

Quanto a Gorbachev, é coerente com a sua batalha interna pela renovação da pesada estrutura do PC e pela modernização da economia socialista, ao querer evitar a corrida armamentista a fim de liberar recursos para metas mais afins com essa colocação.

Tomara que, agora que já foi dado esse primeiro passo, possamos ver os capítulos seguintes fortalecendo o caminho traçado. Mas não deixa de ser humano o pouco de ceticismo em relação à velocidade das mudanças. Afinal de contas, ontem Reagan chamava a URSS de "império do mal".

Mariana Rodríguez Carnero
Lima – Peru



Reagan-Gorbachev

Receptividade

Na minha opinião, o vosso meritíssimo trabalho veio a ser um catalisador propício para a maturidade dos povos em luta pela paz e liber-

INTERCÂMBIO

- *Nelson de Jesus Gonçalves*
a/c Carlos Gonçalves Inglês
C.P. 705 M. S. Antunes
Benguela, Angola
- *Raul Nunda*
C.P. 738
Benguela, Angola
- *Alberto Jorge Luis Brumer (Beto)*
G. Baky 153 P/IA 21 A
AZ CCO - URSS
- *Adriano Isaias Ubisse*
a/c Armando Ubisse
C.P. 251
Maputo, Moçambique
- *Sergio Divaldo Paulino Benchimol*
C. P. 25
Benguela, Angola
- *Henrique Monteiro*
C. P. 597
Benguela, Angola
- *Eurico Vicente*
C. P. 1734
Benguela, Angola
- *Rui Carlos Alberto*
Apartado 304
Benguela, Angola
- *António M. Pedro*
C. P. 757
Benguela, Angola
- *Graça Cardoso Luis*
Bairro Pequeno Brasil
C. P. 589
Benguela, Angola
- *Rosa Maria Vidal*
Bairro do Flamengo
C. P. 589
Benguela, Angola
- *António Luis Cardoso*
Bairro Pequeno Brasil
C. P. 589
Benguela, Angola
- *Odília Maria*
Rua José António Coimbra
C. P. 589
Benguela, Angola
- *Lina Ester Barbosa Ribeiro*
Rua Francisco Simas, N.º 178
Centro - Senhor do Bonfim
BA - Brasil
CEP 48970
- *Octaviano Soares Moreno*
Caixa Postal 1703
Rua Serpa Pinto - R/C
Benguela, Angola
- *Kajany César Moreira dos Santos*
Rua XV de Novembro, N.º 178
Centro - Poços de Caldas
MG - Brasil
CEP 37700
- *Tânia Regina da Costa*
Rua Arroio Grande, N.º 109
Sacomã - São Paulo
SP - Brasil
CEP 04253
- *Leonardo Vasco Nhandurbo*
Ministério da Educação
C. P. 34
Maputo, Moçambique
- *Fernando Barroso da Silva*
Rua Eng.º Fernando Mendes Ribeiro, N.º 25
Bloco 08 Apto. 202
Partenon - Porto Alegre
RS - Brasil
CEP 90620
- *Garcia Carlos*
C. P. 76299
Luanda, Angola
- *Samuel Maleze Quinda*
Igreja Evangelica de Emanuel
C. P. 1737
Benguela, R.P.A.

terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Artur Poerner, Cláudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias, Adérito Gusmão (colaborador). **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Maria Isabel Falcão, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Lillian Ausquia Leão. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370 / 242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Departamento Comercial: Maria Neiva. **Dept.º de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Glória, 122 Gr. 104 - Tel.: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1.º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Imprensa Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideo

Representante na Argentina: Rubén Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4.º C - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

• **Edição em Inglês (bimestral):**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quintocot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique.)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Aldo Gamboa, Angel Ruocco, Alberto B. Marantoni, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailby, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guillermo Chifflet, Guiomar Belo Marques, Gregorio Selser, Grídiva Kuncar, Govin Reddy, Herbet de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautín, Maurício Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Maríñez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotônio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris).

Desconto de até 25% Em um ano será muito mais%

**PROMOÇÃO
CONTINUA**

**Considere os inevitáveis aumentos
nos próximos meses e verifique
que você ganhará da inflação.
Aplique em boa informação!**

Assine
**CADERNOS DO
terceiro
mundo**

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	1.620,00	1.620,00	1 Livro de nossa escolha
2	1.470,00	2.940,00	2 Livros de nossa escolha
3	1.440,00	4.320,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	1.420,00	5.680,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	1.350,00	6.750,00	1 Disco de "Radamés Gnattali" mais 2 livros de nossa escolha

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

ESTE PEDIDO REFERE-SE A: Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos. Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$..... em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal - ag. Lapa, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Aguardo o brinde a que tenho direito.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.



Nicarágua: uma visão da frente de guerra



Irã: a difícil relação de facções rivais



Sementes: um campo de experiências das transnacionais



Amazônia: o saque contra o futuro

MATÉRIA DE CAPA - PALESTINA

12 Nada será como antes, *Beatriz Bissio*

DIREITOS HUMANOS

17 Senegal: Começemos pela escola

AMÉRICA LATINA

20 Nicarágua: Uma visita à zona de guerra, *Jáime Brener*

23 Colômbia: A estratégia da esquerda, *Micaela Ramada*

26 Panamá: Na mira, o Canal, *Roberto Bardini*

ORIENTE MÉDIO

30 Irã: A difícil sucessão de Komeini, *Alberto B. Mariani*

34 Iêmen do Norte: Um país tranquilo, *Mohammed Salem*

36 Unir dois povos irmãos

ÁSIA

37 Malásia: Cresce a onda repressiva, *Bill Hinchberger*

ECONOMIA

39 A união faz a força, *Pablo Piacentini*

41 Notas

CULTURA

42 Moçambique: Medalha de ouro para vídeo, *Etevaldo Hipólito*

43 Notas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

44 A lição das sementes, *María Isabel Sanz*

SUPLEMENTO BRASIL

48 Transportes: A polêmica do trem

53 Meio Ambiente: A selva dá vez à seca, *Vinícius Barros*

57 Campo: Os crimes do latifúndio, *Cláudio Bornstein e Elias Fajardo*

58 Educação: A universidade em degradação, *José Louzeiro*

60 Janeiro

66 Constituinte: Um negócio da China, *Clóvis Sena*

67 Negros: A consciência negra na Igreja, *Procópio Mineiro*

70 Apontando a discriminação

72 Opinião: Haiti, Chile e Paraguai: Novas farsas eleitorais, *Neiva Moreira*

CISJORDÂNIA – GAZA

Nada será como antes

A rebelião nos territórios ocupados e a brutalidade da repressão das autoridades israelenses tornam mais urgente que nunca a negociação internacional sobre o futuro da questão palestina

fotos: Reuter



Jovens palestinos jogam pedras contra as patrulhas militares israelenses: a resistência da "geração da ocupação"

Beatriz Bissio

Não posso morrer sem voltar a Haifa e ver a casa em que nasci". Essa frase, dita com lágrimas nos olhos por Lamia – uma senhora idosa, que vive com sua filha e netos no campo de refugiados de Burj-el-Barajne, em Beirute – ao lhe perguntarmos sobre o maior desejo de sua vida, resume o drama palestino: todo um povo condenado ao desterro ou a viver sem identidade sob

o jugo militar de Israel, vendo sua cultura, seu mundo, suas casas ancestrais serem confiscados.

A maioria das crianças e jovens palestinos de hoje não nasceu em sua pátria mas no exílio, como os netos de Lamia, ou nos territórios ocupados por Israel. No entanto, quase todos os que morrem diariamente, baleados nos confrontos com as forças de ocupação, são menores de 20 anos; nasceram depois de 1967, ano em que Israel ocupou militarmente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, na Guerra dos Seis Dias. Alguns meios de comunicação já os chamam de

"a geração da ocupação".

Para justificar a implantação do Estado judeu em um território já ocupado por milhões de palestinos, alguns dirigentes israelenses chegaram a afirmar que a solução era uma questão de paciência, pois o problema chegaria ao fim com a morte da geração expulsa de suas terras em 1948 (ano em que foi criado o Estado de Israel). Equivocaram-se.

"Atiramos pedras neles porque não temos armas", disse Kassam, de 18 anos, ao explicar a razão pela qual arrisca sua vida, enfrentando desarmado as

patrulhas israelenses. Kassam nasceu no campo de refugiados de Jebalya, em Gaza, mas seu pai já o levou várias vezes, junto com seus irmãos, ao alto de um morro, em Israel, para mostrar-lhes o lugar em que ficava a aldeia onde ele nasceu e sua família viveu durante gerações, até ser arrasada pelas autoridades israelenses que já destruíram, e literalmente apagaram do mapa, mais de mil antros povoados palestinos.

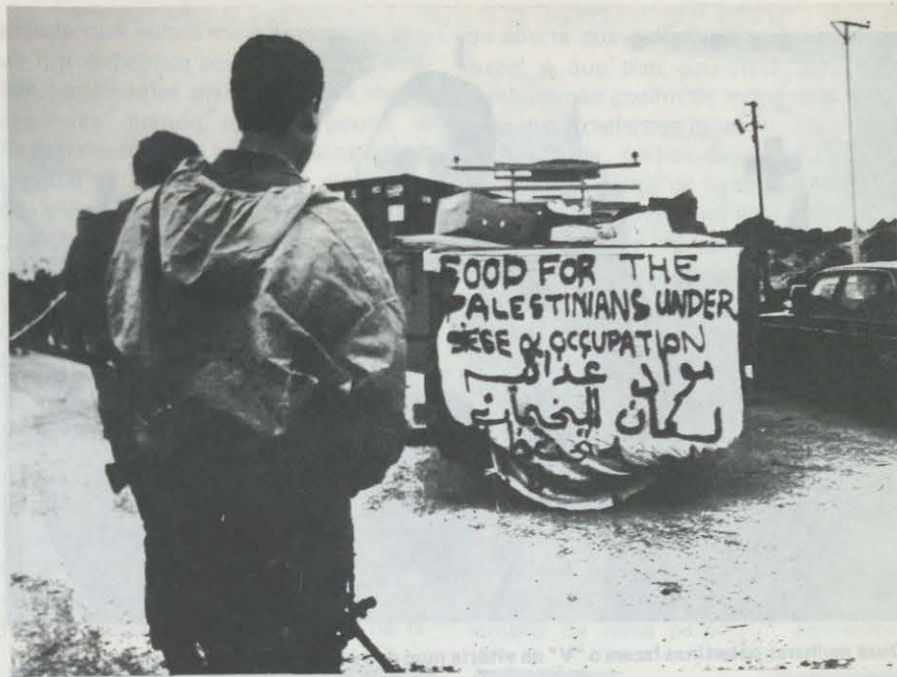
Miséria e esquecimento

Situada entre Israel e Egito, a Faixa de Gaza é atualmente um dos territórios de maior densidade populacional do mundo. Com apenas 365km², ali vivem 630 mil palestinos – dos quais 465 mil são refugiados – e 2.500 colonos judeus. À população palestina original de Gaza se somou, a partir de 1948, um importante contingente expulso da área da antiga Palestina, na qual foi constituído o Estado de Israel. (Com a partilha da Palestina, Gaza passou a depender administrativamente do Egito, enquanto a Cisjordânia ficou subordinada à Jordânia.) Essa imigração forçada e a elevada taxa de natalidade, que se mantém desde então, explicam a altíssima densidade demográfica atual da Faixa de Gaza, uma “concentração de pobreza e miséria”, como já foi dito.

Desde a ocupação militar em 1967, Gaza e Cisjordânia se tornaram uma fonte de mão-de-obra barata para Israel. Dados da Agência das Nações Unidas para o Apoio e a Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) indicam que mais de 60 mil pessoas residentes em Gaza vão todos os dias trabalhar em Israel, principalmente na indústria da construção civil e na agricultura. No caso da Cisjordânia, os dados oficiais estimam em 30% da população o número de assalariados que trabalham em Israel, mas fontes extra-oficiais calculam essa cifra em 50%. (A população palestina dos territórios ocupados está estimada em um milhão e 400 mil habitantes.)

A fuga na religião

A marginalização e a falta de perspectivas políticas nos territórios ocupados propiciaram o crescimento do fundamentalismo islâmico, uma versão fa-



Israel proibiu a entrada de alimentos, medicamentos e carros-pipas nos campos de refugiados

nática da religiosidade muçulmana, que ganhou nova força depois da implantação do regime liderado pelo aiatolá Komeini, no Irã, em 1979.

As autoridades militares israelenses perceberam a mudança. Porém, imaginando que o choque que ocorreria com os palestinos que pregavam um nacionalismo secular dividiria e enfraqueceria a resistência à ocupação, chegaram inclusive a fomentar essa involução religiosa. Mas, não só não ocorreu o que pensavam, como também as manifestações mais violentas de inconformismo com a ocupação, dos últimos tempos, foram protagonizadas em grande parte pelos seguidores do fundamentalismo. Israel tentou reagir, mas já era tarde. A Universidade Islâmica de Gaza foi ocupada militarmente, numerosos líderes religiosos foram deportados, militantes muçulmanos foram presos. Mas essa perseguição só fez acirrar os ânimos.

“Em junho de 1987, seis muçulmanos fundamentalistas escaparam da prisão. Um deles foi recapturado em 1º de outubro por uma patrulha militar e foi assassinado junto com os dois palestinos que o acompanhavam. A versão oficial foi que os três foram mortos ‘quando tentavam escapar’. Mas uma investigação minuciosa, realizada por jornalistas israelenses, mostrou as contradições do governo e levantou a sus-

peita de que foram assassinados a sangue frio”, assinala a publicação *The Other Israel*, editada em Telavive por grupos que defendem a negociação com a OLP e a proclamação de um Estado palestino independente.

Outros “incidentes” parecidos aconteceram logo depois. Um dos que deixaram a população de Gaza mais indignada foi o que ocorreu entre colonos judeus e adolescentes palestinos da escola para meninas de Dir-el-Balah, no sul da Faixa de Gaza. No dia 8 de novembro, colonos armados reprimiram uma manifestação de alunas do colégio, assassinando a tiros Intisar al-Atar, de 17 anos. Toda a influência do lobby dos colonos judeus foi usada e as investigações do crime foram suspensas.

Esses choques foram tornando pesado o clima em Gaza e terminaram chegando ao conhecimento da população da Cisjordânia, onde arbitrariedades e abusos parecidos também são o pão-de-cada-dia da população civil palestina. A conotação racista foi, inclusive, objeto de discussão na sociedade israelense e chegou a ser citada nos debates do Knesset (Parlamento israelense).

“Em outros lugares do mundo existe discriminação, repressão, há desemprego. Mas, ao contrário do que ocorre aqui, se podem disputar eleições e, a médio prazo, mudar a situação vigente.



Duas mulheres palestinas fazem o "V" da vitória num dos piores dias da repressão israelense

Aqui, não. Estamos sob ocupação militar, os nossos direitos civis não são reconhecidos, não podemos traçar nossos próprios planos de desenvolvimento. Não podemos escolher nossas autoridades". Bassan Shaaka – que nos fez essa afirmação – foi eleito prefeito da cidade de Nablus, na Cisjordânia, antes que as autoridades de ocupação decidissem acabar com qualquer vestígio de democracia nos territórios árabes, impondo o toque de recolher e designando arbitrariamente interventores militares israelenses para cada um dos postos administrativos, que antes eram exercidos pelos palestinos. Shaaka perdeu as duas pernas em um atentado realizado pelos serviços secretos de Israel, no mesmo estilo do que matou um outro prefeito e feriu um terceiro. (ver **terceiro mundo** nº 69, "Cisjordânia-Gaza: resistir por todos os meios").

A gota d'água

Toda essa situação acabou criando o caldo de cultura para as manifestações maciças, que começaram nos últimos meses do ano passado e continuam até hoje, deixando um saldo de centenas de mortos e feridos. A gota que fez o copo transbordar foi um episódio confuso, no qual vários trabalhadores palestinos foram atropelados por um veículo militar na Faixa de Gaza. Em sinal de protesto, o comércio fechou as portas e a



Cisjordânia e Gaza: poderiam constituir a base territorial do futuro Estado palestino

população árabe saiu às ruas para mostrar sua indignação, gerando-se as primeiras manifestações da rebelião.

Em 29 de novembro, proclamado Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Palestino, vários quilômetros da estrada que liga Telavive a Jerusalém foram bloqueados por uma manifestação de israelenses dos movimentos pacifistas e militantes palestinos, que gritavam em coro a palavra-de-ordem "Israel e Palestina: dois Estados para dois povos".

Naqueles dias, no entanto, uma pesquisa de opinião divulgada em Israel mostrava que 60% da população apoiava

uma política de linha dura para os territórios ocupados. Alguns fatos posteriores indicam que esse sentimento foi mudando, à medida que na rebelião da Cisjordânia e Gaza aumentava a participação de jovens, mulheres e até crianças, com proporcional aumento do número de mortos e feridos. Assim como o restante da opinião pública mundial, a sociedade israelense também sofreu um impacto, ao constatar que a população palestina não arrefeceu em sua mobilização, apesar da repressão extrema adotada por Israel.

A insensibilidade do governo diante das exortações da comunidade internacional, no sentido de respeitar os direitos humanos da população palestina e a censura do Conselho de Segurança da ONU, que, pela primeira vez desde a guerra do Líbano, não foi vetada pelos Estados Unidos, foram outros fatores que a sociedade israelense passou a considerar, para elaborar sua interpretação dos fatos.

Mas houve um aspecto do problema, que parece ter sido decisivo para ajudar a forjar uma nova visão da questão palestina, dentro e fora de Israel. Apesar de todos os esforços do governo em minimizar os alcances da rebelião e em dificultar o trabalho dos correspondentes e enviados especiais estrangeiros e nacionais, os meios de comunicação mostraram, em toda sua crueza, a repressão israelense: jovens desarmados foram brutalmente espancados; crianças tiveram as mãos quebradas, para não poderem continuar atirando pedras; o uso de armas de precisão, como a Beretta .22, que foi responsável pelo grande número de mortos – apesar de Israel insistir em dizer que a ordem era de não atirar para matar; um jovem (Mohamad Affana, 20 anos) usado como escudo humano, amarrado na parte dianteira de um veículo militar israelense, em meio a uma chuva de pedras dos manifestantes – resultando em fraturas no crânio e no tórax; mulheres sendo empurradas e uma delas, grávida, morta por asfixia, devido ao uso de um poderosíssimo gás lacrimogêneo. Enfim, cenas que não se vêem nos meios de comunicação, nem mesmo no regime repressivo de Pinochet, no Chile, ou na ditadura da Coreia do Sul.

As imagens falaram por si mesmas. Uma rebelião popular como a que esta-

va se desenvolvendo em todos os cantos dos territórios ocupados dificilmente podia ser apresentada ao mundo como obra de "terroristas". Ainda mais: os meios de comunicação europeus começaram a especular sobre a irrupção de uma nova geração de líderes palestinos, surgida no calor da resistência nos territórios ocupados, que, inclusive, não se sentiria necessariamente subordinada às diretrizes da OLP. Yasser Arafat e sua linha moderada – como é apresentada pela mídia ocidental – teriam sido superados, segundo essas versões, pela combatividade da população da Cisjordânia e de Gaza.

Não é bem assim. Pessoalmente, podemos constatar que o apoio e a identificação com a OLP e seu dirigente máximo, Abu Ammar – como Arafat é conhecido no Mundo Árabe –, é algo intrinsecamente ligado, na população dos territórios ocupados, ao sentimento nacionalista e à resistência. E a versão apresentada pelo meios ocidentais não passava de um desejo de minimizar a importância da Organização para a Libertação da Palestina na luta de massas da Cisjordânia e Gaza, onde qualquer símbolo da OLP, a própria palavra Palestina e até as cores da bandeira nacional estão proibidos e sua simples evocação é justificativa suficiente para botar na cadeia – com os maus-tratos consequentes – a pessoa que os cite.

Pela primeira vez nos 40 anos de sua criação, Israel começava a perder a batalha no campo em que sempre teve tido a seu favor: os meios de comunicação. Mesmo os porta-vozes dos aliados incondicionais do governo israelense no cenário internacional se dobraram diante da força da evidência. Israel começou a ficar isolado.

E a sociedade civil israelense, que, de alguma forma, ainda vivia o impacto e a crise de consciência criada pela controversa invasão ao Líbano, passou a estar submetida a um outro desafio: a constatação de que, nos territórios ocupados, o povo palestino rebelado está disposto a fazer respeitar seus direitos e que alguma solução deve ser apresentada às suas reivindicações.

A 31 de dezembro passado, uma organização de soldados israelenses, que se autodenomina de "Há um limite", publicou um pedido com 161 assinaturas de reservistas e 28 de oficiais, afir-

mando que nunca mais aceitariam servir nos territórios ocupados. Outros casos semelhantes ocorreram nos meses seguintes, quando, pouco a pouco, se foi fortalecendo no exército israelense o repúdio ao papel de polícia repressora dos civis palestinos.

A 23 de janeiro último – um sábado, dia de descanso semanal da comunidade judaica –, nas ruas de Telavive, mais de 50 mil manifestantes convocados pelo movimento "Paz Agora", surgido depois da invasão ao Líbano, protestaram contra a continuidade da ocupação ilegal dos territórios árabes e contra a repressão adotada para conter a rebelião. Tratava-se da mais importante manifestação desde a guerra do Líbano. O tema do futuro da causa palestina, que está intimamente ligado ao próprio futuro e estabilidade do Estado de Is-



Shimon Peres (esq.) e Yitzhak Shamir (dir.): sem respostas

rael, tornava a ser colocado com todo vigor. E, em particular, o destino dos territórios ocupados, sobre o qual o governo de coalizão do Likud e do Partido Trabalhista nunca chegou a um acordo.

Enquanto o Likud, do primeiro-ministro Yitzhak Shamir, sempre esteve tentado a anexar definitivamente a Cisjordânia e Gaza – só não o fazendo por falta de força política –, o trabalhismo do chanceler Shimon Peres manteve uma posição ambígua que, na prática, levou ao imobilismo e não lhe rendeu politicamente os resultados que esperava.

A adesão dos palestinos de Israel

Uma mudança qualitativa no decorrer dos fatos aconteceu, quando a rebelião da população dos territórios ocupados passou a contar com a solidarieda-

de aberta dos palestinos que vivem em Israel e que têm cidadania israelense (embora não gozem de todos os direitos civis dos israelenses judeus).

A atitude, tradicionalmente cautelosa, dos palestinos de Israel mudou com a decisão de realizar, no final de dezembro passado, um dia de greve geral, em apoio e solidariedade aos compatriotas da Cisjordânia e Gaza.

Fontes palestinas, naquela altura, já falavam em mais de 2.500 detidos, 50 assassinados e várias centenas de feridos.

A adesão à greve geral foi maciça. Na cidade portuária de Haifa, dez mil dos 12 mil trabalhadores palestinos aí residentes não se apresentaram ao trabalho. No caso dos 140 mil palestinos dos territórios ocupados que trabalham em Israel, a paralisação foi total. "Não me lembro de nada parecido", comentou

um oficial israelense a um correspondente estrangeiro. Praticamente todos os setores da economia de Israel se viram afetados pela greve. Pela primeira vez, ficava claro o peso decisivo da mão-de-obra palestina na economia de Israel. E, com isso, o poder de pressão dessa comunidade, em particular a partir daquele momento, em que surgia uma coordenação política visível entre os palestinos de Israel e os da Cisjordânia e Gaza. O *Jerusalem Post*, um dos diários mais importantes do país, qualificou a greve geral maciça de "a primeira etapa da insubordinação civil".

Um ano difícil

A essa altura dos acontecimentos, a comunidade mundial já compreendeu o que o governo israelense se nega a ad-

Parlamentares brasileiros visitam campos de refugiados

Delegação parlamentar brasileira, integrada por senadores e deputados, esteve uma semana na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, no final de janeiro passado, a convite da Associação de Jornalistas Palestinos. Na volta ao Brasil, a comissão elaborou um relatório sobre o que viu nas áreas visitadas, encaminhando o documento ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e ao presidente da República, José Sarney.

A conclusão dos parlamentares brasileiros é de que a paz depende da realização de uma conferência, da qual participem Israel e os palestinos, estes representados pela Organização de Libertação da Palestina-OLP.

A delegação brasileira foi formada pelos senadores Maurício Correa (PDT-DF) e Nelson Wedekin (PMDB-SC), e os deputados Amaury Müller (PDT-RS), Osvaldo Sobrinho (PMDB-MT), Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Rose de Freitas (PMDB-ES), Victor Buaiz (PT-ES), Edmilson Valentin (PCdoB-RJ), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Augusto de Carvalho (PCB-DF), Bete Azize (PSB-AM), e Raquel Capiberibe (PMDB-AP), além do ex-deputado e atual secretário da Liga Parlamentar Árabe-Brasileira, Airton Soares.

"O gueto de Varsóvia está se repetindo - lamenta o deputado Amaury Müller (PDT-RS). O que nós vimos foram verdadeiros campos de concentração: guetos cercados por muros e telas, uma população ilhada, sob controle rigorosamente militar."

Existem 29 campos de refugiados, segundo o relato dos parlamentares, com uma população calculada em 450 mil pessoas, não incluindo as crianças.

Os parlamentares reconhecem que não chegaram a ser molestados pelo governo de Israel, mas tiveram o acesso impedido a alguns dos campos de refugiados. Quanto às afirmações do ministro da Defesa israelense, Isaac Rabin, de que os senadores e deputados deveriam preocupar-se com as favelas cariocas e paulistas, e não com a precariedade das condições de vida dos palestinos, Amaury Müller considerou que Rabin não atingiu o grupo parlamentar, mas o próprio Brasil:

"Fomos a convite da Associação dos Jornalistas Palestinos. Não interferimos, de modo algum, na vida interna de Israel, e, dentro da linha diplomática brasileira de não-intervenção, defendemos a paz, a qual só chegará através de uma conferência, da qual participem Israel e Palestina, esta através da OLP, reconhecida pelo Brasil como legítima representante do povo palestino, cujo território está sob ocupação israelense", destaca o deputado gaúcho.

O deputado Lysâneas Maciel chama a atenção para o clima de terror, observando que não há leis, nem regulamentos, o que deixa a população palestina inteiramente à mercê dos humores da autoridade militar do dia. Raquel Capiberibe assinala que pedradas, lançadas por crianças, servem de pretexto às forças militares israelenses para represálias contra a população. "Famílias chegam a ter o acesso à própria casa vedado", testemunha a deputada amazonense Bete Azize relata que pessoas feridas são deixadas sem atendimento médico, porque as forças militares israelenses impedem a circulação das ambulâncias da própria ONU.

"Presenciamos - conta Amaury Müller - soldados israelenses impedirem a passagem de seis caminhões a serviço da ONU, que levariam agasalhos e alimentos para a população palestina."

O deputado conta, ainda, que as casas desejadas por cidadãos israelenses têm de ser imediatamente desocupadas pelos palestinos. Além disso, ainda nas zonas ocupadas, "os israelenses estão montando colônias, com casas bellissimas, criando mais um elemento a dificultar a desocupação da terra palestina. E tais ocupantes nem agricultores são. Outro tipo de discriminação afeta os salários: por um mesmo serviço, deve-se pagar o salário-mínimo de 150 dólares para o palestino, e de 450 dólares para o israelense", completa.

Clóvis Sena

mitir. Como resumia o ex-chanceler austriaco Bruno Kreisky, "a única solução é o diálogo entre todas as partes interessadas"

Por sua vez, a OLP reafirmou a posição que vinha sustentando desde há algum tempo: aceita a resolução 242 da ONU, se for reconhecido o direito à existência de um Estado palestino independente. A resolução 242 das Nações Unidas exige a retirada de Israel a suas fronteiras de 1967, isto é, a retirada dos israelenses da Cisjordânia e de Gaza, que poderiam vir a ser a base territorial do futuro Estado palestino independente. Ao acatar essa resolução, a OLP admite o direito de Israel a existir como nação, dentro dos limites geográficos de 1948.

Embora a insurreição civil nos territórios ocupados dificilmente vá arrefecer, não é provável que, no decorrer de 1988, se assista a mudanças políticas significativas em relação ao problema palestino. Por um lado, porque se trata de um ano eleitoral nos Estados Unidos, fato que tende a dificultar a tomada de decisões de peso na esfera internacional. E, por outro, porque em Israel também haverá eleições e o governo de coalizão atual, que não tomou nenhuma iniciativa até agora, seguramente não o fará, já no final de sua gestão.

Mas, sem dúvida, o problema palestino será um dos temas que polarizarão a campanha eleitoral israelense, obrigando os candidatos a uma definição mais nítida que a de hoje.

Em todo caso, pode-se esperar que a comunidade internacional assumira um papel mais ativo, em favor da realização de uma conferência internacional sobre o tema do Oriente Médio, que tenha como eixo a questão palestina e dê início a uma negociação, cujos atores principais, em última instância, serão as autoridades israelenses e a OLP.

Num terreno tão cheio de incertezas, talvez a única coisa que esteja clara é que, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, nada será como antes. Quando o preço de uma rebelião popular chega a mais de meia centena de mortos e a tão elevado número de prisioneiros, feridos e deportados, é sinal de que foi superado o principal elemento de contenção do inconformismo popular: o medo. Daí em diante, o caminho continua cheio de obstáculos, mas o estopim já está aceso.

SENEGAL

Comecemos pela escola

O presidente da Liga Africana de Direitos Humanos, Moustapha M. Seck, está convencido de que o respeito às liberdades individuais deve ser ensinado desde criança

Rubython / Preston / Gamma

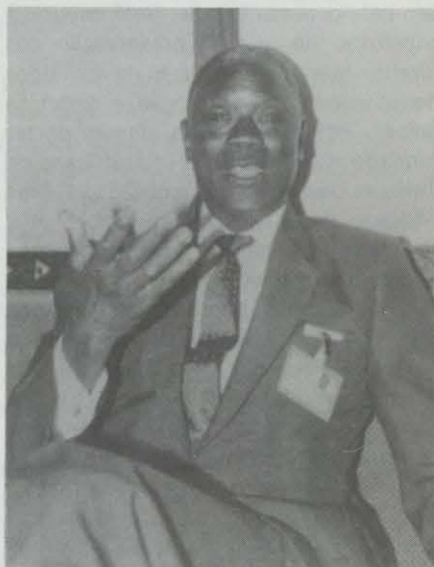


Na África do Sul, as liberdades individuais sofrem flagrantes violações

As violações aos direitos humanos são o pão-de-cada-dia na América Latina, África e Ásia. Com raras exceções, a resistência popular à opressão e à exploração, em defesa das liberdades individuais, do direito ao trabalho digno e à justiça social, é reprimida por diferentes governos – alguns de origem ditatorial, outros constitucionais – com uma interpretação do conceito de *democracia*, onde o que conta são os aspectos formais, como a divisão de poderes e não o conteúdo social de um sistema de governo, que deve respeitar a vontade das maiorias e o direito das

minorias.

À luz dessa realidade, surgiram numerosas instituições para a defesa dos direitos humanos e a denúncia de suas violações. Muitos defensores das causas populares salvaram suas vidas graças a elas. No continente africano, existe a Liga Africana dos Direitos Humanos (LADH), fundada por um advogado senegalês, Moustapha Seck, o seu presidente. Trata-se de uma instituição independente dos governos e partidos políticos, que tem feito contatos e realizado trabalhos conjuntos com instituições similares de outras regiões do Terceiro



Dr. Seck: defender os direitos humanos

Mundo, como o Congresso Bianual dos Direitos Humanos, realizado na Costa Rica em 1984 e no Senegal em 1986, e que voltará a se reunir na Índia em 1988.

Moustapha M. Seck se formou na Faculdade de Direito de Paris. Foi o primeiro africano aceito na Escola de Altos Estudos Comerciais, mas confessa que “não estava preparado para desempenhar atividades econômicas”, por isso preferiu estudar Direito. Terminada a universidade, em 1945, voltou a seu país e, em 1962, foi convidado a fazer parte do governo por Leopold Senghor. (O Senegal tornou-se independente da França, pacificamente, em 1960.) Ocupou os ministérios da Energia e do Petróleo – função que o levou a visitar projetos na América Latina, especialmente no Brasil – foi prefeito da segunda cidade do país, Saint Louis, e foi eleito presidente da Associação de Advogados do Senegal.

Durante este último período se convenceu da necessidade de estender a associação dos advogados a todo o continente africano, “a melhor forma de cooperar na defesa dos direitos humanos”. Quando as diferentes associações nacionais de advogados se reuniram na Organização Interafricana de Juristas (OIJ), Moustapha M. Seck foi eleito para ocupar a presidência, cargo que desempenha até hoje. “Estamos vinculados

com as associações de advogados árabes, da América Latina etc.", explica.

Com a experiência adquirida no desempenho dessa função, Seck chegou à conclusão de que "a preservação dos direitos humanos necessita de dois tipos de atividades: a promoção e a defesa deles". Por esse motivo, depois de ter fundado a Organização Interafricana de Juristas, incentivou a criação da Liga Africana de Direitos Humanos. A ela, compete a defesa e, à OIJ, a promoção dos direitos individuais.

"No Senegal, que é um país democrático, - afirma Seck - antes mesmo da independência, os direitos do cidadão antes sempre foram respeitados. Somos muito influenciados pelo estilo político europeu há três séculos. Isso nos tornou um país singular no contexto africano. Possivelmente, foi essa influência do meu país que fez com que eu me preocupasse com a situação dos direitos humanos em outras nações do continente, em particular com a África Austral."

"Todo africano está comprometido com a luta na África Austral", afirma o presidente da Liga Africana dos Direitos Humanos. E explica que uma das atividades desenvolvidas em favor do povo sul-africano foi, por exemplo, organizar um seminário para discutir o papel dos profissionais liberais na luta pela libertação. "É uma contribuição dos juristas à enorme tarefa que nossos compatriotas sul-africanos têm aqui para frente. Além do quê, toda vez que é necessário,

Reuter



Pérez Esquivel, Nobel da Paz



D. Hélder Câmara, bispo de Recife: ausência lamentada no congresso de Dacar

convocamos organizações, como Anisita Internacional e outras, a intervirem em favor dos direitos humanos na África do Sul".

"Mantemos contatos permanentes com advogados sul-africanos e com o povo em geral, tanto na África do Sul quanto na Namíbia. Nossa posição é a mesma com todos os povos que lutam por seus direitos".

A igreja africana e os direitos humanos

"Na América Latina a defesa dos direitos humanos conta com uma grande colaboração da igreja e de muitos leigos. Na África é diferente", explica Seck. "A igreja, como instituição, está fora dessa questão, ainda que, obviamente, existam sacerdotes que são muito ativos. Mas, lamentavelmente, nem todos são Desmond Tutu. Existem muitos re-

ligiosos que são reacionários. Isso destaca a importância do papel de Tutu, que muito admiramos".

Seck enfatizou que os vínculos com organizações similares do continente latino-americano começaram a se estreitar a partir da realização, em Dakar, Senegal, em 1986, do 2º Congresso Mundial de Direitos Humanos, organizado por ele. "Contamos com a participação de Pérez Esquivel, da Argentina, Roberto de la Ossa, da Costa Rica, de representantes do Panamá e da Colômbia e lamentamos a ausência de uma das figuras mais respeitadas a nível mundial por sua grande experiência na defesa dos direitos humanos, d. Hélder Câmara, que não pôde participar".

Moustapha Seck, que devido ao seu frequente contato com juristas latino-americanos fala um pouco de espanhol, assinalou que atualmente está traba-

"Sou um internacionalista"

Sobre sua experiência no governo do ex-presidente Leopold Senghor, Moustapha M. Seck fala com carinho: "Senghor é um homem extraordinário", afirma. "Me pediu que fizesse parte do seu governo e o fiz por minhas relações pessoais com ele, por coincidir com seus ideais humanitários. Porém, nunca tive afinidade política com seu partido. Pelo contrário, pois antes de fazer parte do seu governo, eu já tinha fundado dois partidos de oposição", explica.

Foram o Partido Senegalês de Solidariedade (organizado por Moustapha M. Seck em 1959) e o Mass Block Party (1961). "Talvez minha divergência com Senghor não estivesse tanto nas idéias defendidas mas nos caminhos para concretizá-las, ou seja, no tipo de consenso que estávamos dispostos a admitir para as questões políticas. Hoje sou um internacionalista, enquanto Senghor sempre privilegiou a relação com a França".

lhando "exclusivamente com a questão dos direitos humanos". No 2º Congresso Mundial de Direitos Humanos ficou decidido que o terceiro encontro devia ser na Ásia. A Índia será a sua próxima sede, em 1988.

"Na condição de organizador do congresso anterior, faço parte do comitê encarregado da preparação do próximo. É um grande desafio". Seck havia contado com o apoio da Costa Rica (sede do primeiro evento) para todo o trabalho de organização do 2º Congresso, realizado no Senegal.

Em Dakar, os congressistas começaram a discutir o "direito ao desenvolvimento" - um tema "bem terceiro-mundista", lembra Seck - e o direito das "minorias". Na Índia, como em grande parte do continente asiático, o problema das minorias étnicas e religiosas tem um peso muito particular. Por isso, espera-se que haja um estudo mais profundo de ambos os temas.

"No congresso de Dakar também foi analisada a situação legal da mulher - em particular nas zonas rurais -, a discriminação racial, os conflitos étnicos, a tortura, os direitos civis e políticos e o ensino dos direitos humanos. Esse tema mereceu uma resolução específica do 2º Congresso, através da qual exortamos os governos a incluírem a cadeira de 'Direitos Humanos' em todos os níveis de ensino - do primeiro grau à universidade - de modo a criar uma consciência sobre a questão. Analisamos também a política dos meios de comunicação, tentando estudar a relação entre as violações aos direitos humanos, o papel dos *mass media* na sociedade moderna e o problema da inclusão dos direitos individuais no ensino."

Atualmente Moustapha M. Seck está trabalhando na promoção de um concurso de literatura sobre o tema dos direitos humanos. "Temos que juntar os fundos necessários", afirma.

Outra tarefa na qual está empenhado é a criação de um Centro de Documentação sobre direitos humanos na África, continente no qual não existe nada organizado em relação ao assunto. "Será, obviamente, criado no Senegal, o que de certa forma me permite supervisionar o seu funcionamento sem me desviar das minhas atividades fundamentais".

B.B.

O julgamento de Honduras

□ Pela primeira vez em seus 20 anos de existência, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em San José da Costa Rica, julga um Estado da região pelo desaparecimento forçado de pessoas. Trata-se de Honduras, país acusado pela CIDH do desaparecimento de dois costarrriquenhos e de dois hondurenhos. O governo de Honduras, através do advogado Ramón Pérez Zúñiga, que é um dos seus representantes no julgamento da CIDH, qualificou de "audaciosa" a acusação judicial apresentada pela CIDH. Porém, aceitou comparecer ao julgamento para fazer sua defesa, "apesar de não terem sido apresentadas provas concretas e concludentes de nossa responsabilidade".

As audiências públicas começaram no início de outubro do ano passado. Os desaparecidos são: Francisco Fairen e Yolanda Solís (1981), costarrriquenhos, e Manfredo Velásquez e Saúl Godínez, hondurenhos (desaparecidos em 1981 e 1982, respectivamente).

A primeira testemunha apresentada pela Comissão de Direitos Humanos foi o parlamentar suplente pelo Partido Hondurenho de Inovação e Unidade e presidente do Comitê de Direitos Humanos da cidade de Cortez, Miguel Angel Pabón. A testemunha relatou vários casos de desaparecidos dos quais teve conhecimento como presidente do Comitê de Direitos Humanos em seu estado, na sua maioria sindicalistas, líderes estudantis e dirigentes de organizações populares.

Outra testemunha foi um ex-sargento de um batalhão de informação das forças armadas, que revelou ter comandado o sequestro de mais de uma centena de pessoas, por questões políticas, entre 1981 e 1984.

As testemunhas deixaram a impressão de que, durante os primeiros anos dessa década, Honduras fez do desaparecimento de pessoas uma prática constante. Assessores da Comissão de Direitos Humanos manifestaram sua convicção de que a sentença, que deverá ser conhecida em janeiro, será condenatória. Apesar disso, organizações de direitos humanos hondurenhas denunciaram que a violência contra associações profissionais, longe de diminuir, aumenta perigosamente.

Em 7 de outubro do ano passado, as forças armadas hondurenhas anunciaram a detenção de 14 camponeses no estado de Yoro, no norte do país, acusados de serem membros da frente guerrilheira "Lorenzo Zelaya". A maioria deles pertence à Central de Trabalhadores do Campo (CNTC). Mas um médico designado pela justiça de El Progreso, cidade do norte de Honduras, afirmou que os camponeses foram torturados para que declarassem serem membros desse grupo armado de esquerda. Depois de examinados, constatou-se que apresentavam escoriações no crânio e outras partes do corpo, ocasionadas por golpes e choques elétricos.

A verdade é que, apesar de tudo, o governo de Honduras teme uma sentença desfavorável da Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois não só teria que indenizar os familiares dos desaparecidos, como também que o país poderia ser denunciado a outros fóruns internacionais.

Para neutralizar o efeito negativo do julgamento, as forças armadas hondurenhas decidiram patrocinar um simpósio sobre "O respeito aos direitos humanos", segundo anunciou o procurador-geral da República, Rubén Zepeda.



Reuter

NICARÁGUA

Uma visita à zona de guerra

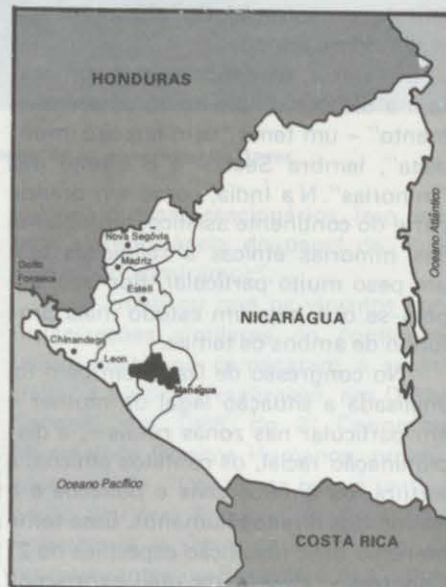
Acompanhando um batalhão do exército sandinista, nosso enviado especial percorre a fronteira norte, área das operações dos "contras"

Jaime Brener

Os "contras" não são uma ameaça militar ao regime sandinista, têm sofrido rachas em suas bases de apoio e hoje dedicam-se basicamente a emboscadas e ações terroristas contra a economia do país, para "mostrar serviço" e convencer o Congresso dos Estados Unidos a lhes destinar novos fundos. Exemplo disso foram os ataques contra as minas de Bonanza, Siuna e Rosita, região centro-norte do país, que, em dezembro, causaram a morte de 213 pessoas.

pelas montanhas de Jinotega, norte da Nicarágua, entre os rios Negro e Yali. A viagem expôs, a cada momento, as "duas Nicaráguas" que formam o país: uma, a da costa do Pacífico, região mais densamente povoada, onde a hegemonia política e militar dos sandinistas é incontestável. A outra, dos extremos norte e sul, e das montanhas da zona central, onde a ação de seis mil "contras", aliada ao bloqueio comercial dos Estados Unidos, tem projetado o país em uma grave crise econômica. Com uma inflação de 1.225% em 1987 - a maior da América Latina -, o governo sandinista enfrenta a corrosão da economia, considerada como "caldo de

Reuter



As bases "contras" se localizam principalmente em certos pontos da fronteira com Honduras

norte do país, pelo comandante da 1ª Região, capitão Javier Altamirano, que explicou a tarefa do "nosso" batalhão: perseguir uma parte do comando "contra" conhecido como *Quilali*. "Eles se dividiram em pequenos grupos para não nos enfrentar diretamente, e estão com problemas de reabastecimento, bem distante de seus acampamentos em Honduras, 'topando' conosco o tempo todo", disse o capitão.

De fato, horas depois de nossa viagem, dois aviões sem identificação, provenientes do território hondurenho, atacaram a área, ao que tudo indica para aliviar a pressão sandinista sobre o "Comando Quilali".

Durante nossa estada de quatro dias, o batalhão percorreu 360 km², mas não entrou em combate. O único susto ficou por conta de uma granada, disparada acidentalmente por um soldado sandinista, a 15 metros do grupo de



Os soldados do exército sandinista mantêm um respeito irrestrito aos camponeses

Essas são as conclusões do enviado especial de **terceiro mundo**, após uma jornada de quatro dias na zona de guerra, acompanhando o 1º Batalhão de Caçadores do exército sandinista

cultura" ideal para a volta ao poder dos conservadores.

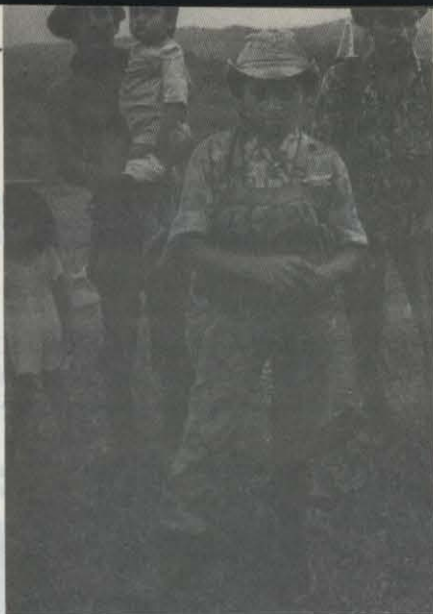
Antes da nossa partida para as montanhas, fomos recebidos em Estelí,

atônitos jornalistas. Pudemos ver, entretanto, choques entre pequenas unidades "contras" em fuga e sucessivos batalhões do exército. Em um desses combates, presenciamos a captura de um "contra", olhos esbugalhados, visivelmente drogado. "Não sei o que ele tinha, combatia de pé, sem proteção, parecia louco", disse o soldado que o conduzia.

Também passamos por uma cooperativa, atacada dias antes, com um saldo de dois camponeses mortos. As cooperativas, organizadas a partir de terras de latifundiários que abandonaram o país, são um dos alvos prioritários dos "contras". Em meio aos ataques a cooperativas, os rebeldes costumam promover discursos, exortando os camponeses a cultivarem "seus próprios lotes de terra", e a não aderirem às estruturas cooperativistas.

O exército como fator político

Os sandinistas sabem que o exército é seu principal instrumento de penetração política nas regiões mais distantes do país, como Jinotega. Assim, cada batalhão anda com seu médico, que presta assistência à população. Os soldados mantêm um respeito irrestrito aos camponeses. Compram seus alimentos e pagam o que o produtor pedir. Qualquer abuso é punido com a imediata prisão do militar. Essa ação



Um "filhote" de Sandino: alto moral

exemplar do exército, que contrasta com os roubos e as violações dos "contras", tem ampliado a base de apoio dos sandinistas na região.

Fiel à diretriz de priorizar a vitória sobre os "contras", o governo nicaraguense não deixa faltar nada aos soldados, desde armas e mantimentos até sabonetes, papel higiênico e desodorantes, produtos hoje quase inacessíveis à maior parte da população.

À noite, ao pé da fogueira, dividindo o pouco café de campanha, pudemos ter uma idéia da composição do exército. O tenente Manuel Solorzano, comandante de uma das companhias, é

veterano da luta contra Somoza. A grande maioria dos combatentes, porém, é composta de "cachorros (filhotes) de Sandino", rapazes de 17 a 19 anos de idade, que cumprem os dois anos de serviço militar obrigatório. Alguns voluntários têm só 14 anos, pouco maiores que o fuzil, ferozes no combate e que, nas horas vagas, brincam de esconder-se.

Um alto moral

Segundo um jornalista espanhol que nos acompanhou, a guerra entre sandinistas e "contras", que já entrou em seu sétimo ano e causou a morte de mais de 50 mil pessoas, "é uma batalha entre um exército de meninos e um exército de drogados".

"O moral dos 'cachorros' é altíssimo. Os 'contras' já não nos enfrentam como faziam em 1984. Agora, eles só tratam de sobreviver e fazem emboscadas de vez em quando", afirmou Carlos Montoya, que naquele dia chegava à maioria. Ele me contou que pretende estudar agronomia no exterior. "Quem sabe no Brasil...", disse, sorrindo. Já mais íntimos, perguntei ao soldado se havia sido ferido em combate alguma vez. "Não". Insisti: "E mataste algum 'contra'?" Montoya abriu um novo sorriso: "Também não. Que sorte, né?".

Esse espírito dos "cachorros" foi bem definido pelo subtenente Carlos Alberto

Negociações diretas

Em cumprimento aos acordos de Esquipulas, realizaram-se em San José da Costa Rica, nos dias 28 e 29 de janeiro último, as primeiras conversações diretas do governo sandinista com os rebeldes "contras", com a finalidade de encontrar uma solução negociada para o conflito armado na Nicarágua, que já dura sete anos.

Apesar de não terem chegado a nenhuma conclusão, as duas partes concordaram em realizar uma nova rodada de negociações, nos dias 10, 11 e 12 do corrente, dessa vez na Guatemala.

A proposta dos sandinistas é de um cessar-fogo a partir de 15 de março e o confinamento dos "con-

tras" a determinadas áreas, onde eles conservariam suas armas até decidirem aceitar a anistia e integrar-se ao processo na Nicarágua.

Já os rebeldes propõem um cessar-fogo com início 30 dias depois de o Congresso norte-americano votar o novo pedido de ajuda aos "contras" (36 milhões de dólares), com a condição de serem realizadas o que eles chamam "reformas democráticas no país".

O representante da igreja nicaraguense, o bispo auxiliar de Manágua, d. Bosco Vivas, classificou o encontro de "um êxito", embora reconheça a existência de divergências.

A delegação do governo sandinista foi formada pelo vice-chanceler

Víctor Hugo Tinoco e pelo diretor de Inteligência do exército, major Ricardo Wheelock, além dos seus assessores internacionais, o deputado alemão Jürgen Wischhnewski e o advogado norte-americano Paul Riechler.

Os "contras" foram representados por Jaime Morales, Walter Calderón, Fernando Aguero e Roberto Urroz, e seus assessores, os ex-chanceleres da Costa Rica, Gonzalo Facio, e da República Dominicana, Ramón Jiménez.

O presidente Daniel Ortega, numa viagem pela Europa ocidental em busca de apoio, garantiu que o processo de paz seguirá, mesmo que o Congresso norte-americano aprove a ajuda suplementar aos rebeldes anti-sandinistas.

Gamez, responsável político do batalhão. "Queremos a paz, por isso lutamos com ardor para acabar logo com a guerra".

Mas as coisas não são simples. Os acordos de paz da Guatemala estão atolados em um impasse. Embora os sandinistas tenham realizado uma abertura política interna para impulsionar o cumprimento dos tratados, os

"contras" continuam operando a partir de Honduras e Costa Rica, em aberta violação ao documento assinado em agosto pelos cinco presidentes centro-americanos.

O governo Ronald Reagan tentou utilizar esse impasse para conseguir novos fundos destinados aos "contras", jogando-se de corpo e alma nessa empreitada. Pediu 36 milhões de dólares, e

não 270 milhões como pretendia, para tornar possível a aprovação da ajuda. Entretanto, por uma diferença de oito votos (219 contra 211), a Câmara rejeitou, no início deste mês de fevereiro, a proposta de Reagan, o que representa uma derrota para a sua administração e um reforço ao caminho do diálogo e da negociação, traçado nos acordos de Esquipulas-2.

A desorganização dos "contras"



As medidas adotadas pelo presidente Ortega (ao centro) praticamente inviabilizam a estratégia belicista dos "contras"

□ A guerrilha "contra" foi organizada em 1981, com o apoio da Casa Branca, no momento em que a administração Reagan iniciava um violento bloqueio econômico contra a Nicarágua. O embrião da guerrilha foram as organizações de ex-guardas somozistas exilados em Miami. Os "contras" também se beneficiaram da adesão de "sandinistas desiludidos", que ansiavam pela instauração de uma "democracia ocidental" no país, como o empresário Alfonso Robelo e o "Comandante Zero", Edén Pastora, ex-vice-ministro da Defesa do governo sandinista.

Certos erros dos sandinistas contribuíram para que os "contras" ganhassem algum respaldo popular. Na Costa Atlântica, por exemplo, o novo regime olhava com desconfiança a

tradicional autonomia dos índios misquitos, sumos e ramas, que falam o inglês. Os "contras" instrumentalizaram o descontentamento indígena, criando uma organização armada anti-sandinista.

Em Jinotega, o atraso na realização da reforma agrária impediu que, numa primeira fase, o sandinismo ampliasse seu respaldo entre os camponeses, possibilitando aos "contras" o estabelecimento de uma rede de colaboradores na área.

O governo nicaraguense conseguiu reverter boa parte desse processo com relativo dinamismo. A partir de 1985, deu maior impulso à entrega de terras a camponeses pobres de todo o país e, em agosto do ano passado, a Assembléia Nacional aprovou o estatuto de autonomia para os ín-

dios da Costa Atlântica. Uma semana depois, 400 rebeldes indígenas se entregaram com todo o armamento, pedindo incorporação ao exército sandinista.

O trabalho do governo vem sendo facilitado pela própria dinâmica interna dos "contras". Como os Estados Unidos se responsabilizam pela manutenção da guerrilha, os "contras" dependem cada vez menos de apoio popular. Cresce, então, o número de camponeses que acusam os rebeldes de roubos, sequestros e estupros.

A tudo isso, deve-se acrescentar a luta intestina pela distribuição dos dólares vindos de Washington, o que completa um quadro de inviabilização dos "contras" como alternativa política para a Nicarágua.

A estratégia da esquerda

O histórico bipartidarismo na Colômbia enfrentará uma séria ameaça da esquerda que resolveu unir suas forças visando às eleições regionais de março

Micaela Ramada

Nos últimos dois anos, morreram na Colômbia mais de 11 mil pessoas em consequência de atentados terroristas promovidos na sua maioria pelas cerca de 140 organizações paramilitares, incrustadas no aparelho de segurança do Estado. Somente em 1987, apenas o partido União Patriótica, formado em 1985 como braço político do movimento guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), perdeu 500 de seus militantes. E nas últimas semanas do ano passado, começou a ocorrer um verdadeiro êxodo de intelectuais, jornalistas, médicos e técnicos de alto nível rumo ao exílio. Eles foram ameaçados por cartas anônimas por causa de suas convicções políticas. Por sua vez, o exército reconhece a morte de 148 militares em choques com a guerrilha.

A guerra suja tende a crescer diante da impunibilidade de seus autores, conforme afirmam especialistas políticos colombianos, como o ex-ministro das Relações Exteriores, Alfredo Vásquez. O principal alvo dos grupos paramilitares são, além da guerrilha, os líderes da União Patriótica. Bernard Jaramillo, 33 anos, preside a UP desde outubro do ano passado, quando seu antecessor, Jaime Pardo, foi assassinado. Ele é o número um na lista dos terroristas da extrema-direita colombiana.

Há pouco mais de dois anos, a União Patriótica deixou a clandestinidade e passou a agir legalmente. Qual a sua avaliação dessa mudança?

— Nossa avaliação não se baseia apenas no fato de que vários dirigentes da União Patriótica tenham sido assassina-



Jaramillo: opção pela via legal

dos e nem de que os movimentos guerrilheiros colombianos tenham sido obrigados a voltar à ação clandestina, diante do fracasso do acordo de cessar-fogo assinado em 1985. Esses são os aspectos negativos do processo, que tem, por outro lado, aspectos positivos que ainda continuam válidos.

Entre os fatores positivos podem ser mencionados: o avanço das lutas camponesas, o afastamento de chefes militares comprometidos com atos contra os direitos humanos, a criação da central unificada de trabalhadores, e o surgimento do Comando Unido dos Estudantes. Todos esses fatos mostram um crescimento constante da organização popular e do nível de luta dos setores interessados numa verdadeira democracia.

Assim, acreditamos que nossa opção pela via legal continua válida, apesar do surgimento de grupos paramilitares, dos assassinatos e da atitude cada vez mais irrealista do governo, que ignora o agravamento das tensões e da radicalização política por parte da extrema-direita. Nossa opção continua válida, por-

que quem está isolado politicamente não são as forças democráticas e sim o governo, o militarismo e a ultradireita.

No seu entender, então, a opção política abriu para a UP um espaço maior do que a opção guerrilheira?

— Sem dúvida que sim, mas eu gostaria de acrescentar que os movimentos guerrilheiros que ainda existem na Colômbia ocupam um espaço político importante. O que, no entanto, nos parece mais decisivo, é o fato de que o povo colombiano está cansado da violência, quer uma saída progressista. Mas também não há dúvida de que, se essa saída política não-violenta for bloqueada pela extrema-direita, o povo não ficará de braços cruzados.

A Convergência Democrática

Quando a União Patriótica se formou, havia uma grande expectativa por parte das Farc, do M-19 e da União Guerrilheira. Como estão hoje as relações entre a UP e essas organizações guerrilheiras?

— No campo guerrilheiro, as seis organizações existentes se uniram na Coordenação Guerrilheira "Simón Bolívar", dando um passo decisivo no sentido da unidade dos movimentos de esquerda no país. Quanto à atividade política, os movimentos armados afirmaram durante muito tempo que não havia possibilidade de um espaço político para uma ação legal.

Agora, no entanto, todos esses movimentos se abriram para a ação política, lançando projetos que têm recebido um razoável apoio dos setores ligados aos guerrilheiros. Hoje, eu posso dizer que existe não só uma aproximação, mas até acordos políticos entre a Coordenação Guerrilheira e a UP. Além disso, temos contatos com outras organizações como *Luchar* e a *Frente Popular*.

Na Colômbia, está funcionando um organismo chamado Convergência Democrática, que é muito amplo, incluindo desde políticos originários do Partido Liberal, até setores da igreja católica, como o Cinep (Centro de Pesquisa de Educação Popular), criado pelos jesuítas. Também fazem parte da Convergência, o Movimento Socialista Firmes, o Partido Comunista, os trotskistas, o Partido Socialista Revolucionário, além de personalidades políticas independentes.

O que propõe a Convergência?

— A organização está voltada basicamente para uma busca da unidade entre todas as organizações políticas de esquerda da Colômbia. No momento, a organização participa ativamente de todos os movimentos sociais e dos protestos contra a violência política no país.

Outro aspecto importante é o papel que a Convergência vem tendo nos preparativos para as eleições municipais deste ano. Nosso objetivo é conquistar o maior número possível de prefeituras para as forças democráticas e não apenas para a UP. Temos feito acordos com setores do Partido Liberal, com os chamados neoliberais (dissidentes do Partido Liberal), procurando basicamente encontrar candidaturas unitárias. Nós esperamos ganhar em muitas regiões do país, especialmente na área rural. Mas nossas chances também são grandes em Bogotá, onde a esquerda lançou a candidatura de Clara López Obregón.

O senhor acredita que esses recentes assassinatos, inclusive o do presidente da UP, sejam esclarecidos pelo governo?

— A maioria dos assassinatos políticos não foi e nem será esclarecida. No caso de Jaime Pardo, o ministro da Justiça disse que o crime já está esclarecido depois que o governo atribuiu a culpa aos narcotraficantes. Mas nós conseguimos provas que apontam Gonzalo Rodríguez Gacha como responsável direto pelo crime. De fato, trata-se de um traficante de drogas, mas que é ligado à extrema-direita. A execução de Pardo não foi um crime isolado como o governo afirma, pois o narcotráfico integra uma obscura rede de pessoas, da qual participam setores das forças armadas, dos partidos tradicionais e, inclusive,

grupos de empresários. Nossa interpretação é que Rodríguez Gacha foi apenas o executor de um crime planejado e preparado por outros.

O assassinato do senador da UP, Pedronel Jiménez, por exemplo, foi executado por duas pessoas, que investigações posteriores feitas por um juiz mostraram serem ligadas às forças armadas e ao narcotráfico. Essas ligações

— O governo atual é um governo muito frágil, pois é um virtual prisioneiro das forças militaristas, que não estão apenas dentro do exército. É um governo desacreditado, cujo desgaste se tornou evidente já no seu primeiro ano de mandato. Sobre as forças armadas, nossa posição é a de fazer uma distinção entre o corpo da organização e setores da mesma. Esses setores são os

que mais preocupam os democratas porque têm uma visão militarista, extremada, anticomunista, do processo político em andamento. Esses setores se consideram forças de ocupação dentro do seu próprio país, usam métodos fascistas e preferem o anonimato para agir. Mas a grande maioria dos oficiais do exército não participa dessa tendência militarista. Nós não englobamos o conjunto das forças armadas como envolvidas na ação terrorista contra a esquerda.

Qual é a estratégia e a plataforma política da UP?

— Nós propomos como ponto de partida um grande acordo democrático. Nós acreditamos que não é possível qualquer avanço social e democrático neste país, sem a participação de setores políticos dos partidos Liberal e Conservador. Outro objetivo nosso é elevar a participação política do povo, nota damente daqueles setores que se omitem nas eleições, já que o voto não é obrigatório. Nas últimas eleições, a abstenção foi um pouco abaixo dos 60%.

Há um consenso de que o bipartidarismo vigente no país há várias décadas é um dos maiores responsáveis pela abstenção eleitoral e pelo desencanto do povo em relação à política. A UP quer alterar esse quadro. Nosso projeto político visa à implantação de um governo democrático amplo. Nós achamos



Busca de drogas: até militares estão envolvidos no narcotráfico

nunca são claras, e é essa situação a responsável pela existência de mais de 140 grupos paramilitares na Colômbia. Hoje, depois de quase 500 assassinatos políticos, não existem mais de dez pessoas presas, o que é ridículo.

O governo atual é controlado pelas forças armadas?

que em nosso país é necessário conquistar a democracia, porque não há democracia na Colômbia. Para alcançar isso, necessitamos de uma ampla reforma constitucional, através da eleição de uma Assembléia Constituinte que depois submeta a nova Carta a um plebiscito. O povo deve dar a palavra final e não como aconteceu no passado, quando uma minoria oligárquica, liberal ou conservadora, sempre decidiu os destinos do país. Essas mudanças devem vir acompanhadas de reformas estruturais, como a reforma agrária, reforma urbana, reforma na legislação sindical e trabalhista. Deve haver uma depuração das forças fascistas dentro



O comitê de Coordenação da Guerrilha: a resistência armada em busca da unidade

Reuter



Tropas do M-19: "A União Patriótica mantém estreitas relações com todos os grupos guerrilheiros colombianos"

do exército, marinha e aeronáutica. Queremos acabar com os subsídios à educação e à medicina privadas. Queremos a redistribuição das terras urbanas para que se acabem a marginalidade e as favelas. Enfim, uma modernização de nossa Constituição e da nossa estrutura econômica.

Sobre a dívida externa, achamos que devemos destinar apenas 10% da receita de exportação para o pagamento de amortizações e juros. Novos empréstimos só podem ser feitos de governo a governo. E, principalmente, queremos que seja extinto o Fundo de Garantias através do qual o Estado paga as dívidas de empresas privadas insolventes. A UP exige que o atual sistema de nacio-

nalização dos bancos seja alterado, pois o que está acontecendo é que o governo compra os bancos falidos, os recupera e depois os revende aos antigos donos.

Qual a política da UP com relação ao tráfico de drogas?

— Não acreditamos que o narcotráfico seja o problema central da crise colombiana, como o governo afirma. Acreditamos que a reforma agrária pode dar uma contribuição decisiva nesse setor, porque o camponês será estimulado a produzir outros cultivos fora da coca e da maconha. Com isso, acreditamos que seja possível minar a ação dos traficantes a partir da própria base do sistema montado por eles.

Somos contra o tratado de extradição, pois se constitui numa aberração jurídica o fato de colombianos terem sido julgados nos Estados Unidos por delitos que em meu país não são considerados graves. Além do mais, acreditamos que cabe à Colômbia julgar seus cidadãos e não a outro país.

Outro fato incontestável é que o narcotráfico não é apenas um problema dos países produtores, mas também uma questão dos consumidores. Se os Estados Unidos não fizerem nada para reduzir internamente o consumo de drogas, de nada adianta a repressão na Colômbia, porque os traficantes vão rapidamente transferir suas operações para outros países ou continentes. ●

Na mira, o Canal

A campanha da Casa Branca contra o general Noriega tem como alvo o tratado Torrijos-Carter, que devolve o Canal à soberania panamenha



Manifestação contra Noriega na capital panamenha: as classes alta e média se mobilizam

Roberto Bardini

"MAN GO", dizem as palavras-de-ordem pichadas por um grupo de oposicionistas nos muros da Cidade do Panamá. A frase quer dizer "Fora, homem", e todo mundo compreende a quem é dirigida a advertência. Para que não haja dúvidas, a explicação é simples: a palavra inglesa "MAN" também significa as iniciais de Manuel Antonio Noriega, comandante das Forças de Defesa e homem forte do governo panamenho.

Os autores da palavra-de-ordem se vestem de branco e agitam lenços da mesma cor, batem frigideiras e panelas, tocam as buzinas dos seus carros e se dirigem agressivamente aos jornalistas. A maioria deles pertence às classes alta e média alta – embora também haja representantes dos setores populares – e são militantes da Cruzada Civilista Nacional, uma frente criada em junho de 1987 e que agrupa 122 organizações industriais, comerciais, profissionais e estudantis.

A Cruzada surgiu por iniciativa da

Câmara de Comércio, sendo que seis dos seus dirigentes – uma espécie de "contras" de colarinho branco – estão exilados ou foragidos. Entre suas reivindicações, exigem a criação de uma junta provisória de governo integrada por três membros: um da oposição, outro da empresa privada e o terceiro, do atual governo. Propõem, também, a formação de uma Assembléia Constituinte que convoque novas eleições presidenciais. O ponto central de suas pretensões, no entanto, é um só: a renúncia do general Noriega.

Estado mental "atípico"

A crise começou em 6 de junho do ano passado, quando o coronel Roberto Díaz Herrera, ex-chefe do estado-maior das Forças de Defesa acusou o chefe militar de corrupção, lavagem de dólares e tráfico de drogas.

Repentinamente convertido a uma estranha religião oriental e atacado de misticismo, o coronel também garantiu que Noriega foi o autor intelectual dos assassinatos do general Omar Torrijos, em julho de 1981, e do médico Hugo Spadafora, ex-vice-ministro da Saúde e,



General Noriega: personagem controvertido

na época, um dos cabeças anti-sandinistas, que apareceu decapitado na Costa Rica em setembro de 1985. Três meses mais tarde, a 10 de setembro, Díaz Herrera se retratou das suas declarações: disse que tinha agido assim sob "um estado mental atípico" e pediu um perdão presidencial. Depois acusou a oposição de utilizar suas "denúncias" para derrubar o governo, mas já era tarde: tinha desencadeado uma tempestade política no Panamá.

Por outro lado, não é casual que a palavra-de-ordem pedindo a destituição de Noriega esteja pichada em inglês: a campanha desestabilizadora conta com o aberto respaldo da embaixada dos Estados Unidos. O Panamá, assim, se tornou um laboratório da guerra psicológica, que compreende desde pressões econômicas, militares e diplomáticas de Washington até uma onda de boatos e distúrbios de rua, executada por comandos urbanos especializados.

Um indício muito claro da crise: o vice-presidente Roderick Esquivel – um médico de 52 anos, casado com uma norte-americana e membro do Partido Liberal, empossado em 1984 – foi virtualmente destituído a 22 de outubro,

quando o alto comando das Forças de Defesa ordenou o fechamento do seu gabinete no Palácio do Governo. Era de conhecimento público que Esquivel estava em confronto com o presidente Eric Delvalle, desde que se iniciaram as manobras desestabilizadoras: havia várias semanas que ele não assistia às reuniões de gabinete e mantinha uma postura crítica em relação ao general Noriega. Soube de sua destituição quando participava na Nicarágua de um encontro de dirigentes liberais da América Latina e condenou "o estilo vulgar com que agem os setores ligados ao governo", fazendo caso omissivo do fato de que, até 24 horas antes, ele fazia parte desse mesmo governo. Mais um detalhe: no seu regresso ao Panamá, a 25 de outubro, foi recebido no aeroporto pelo embaixador norte-americano Arthur Davis.

As pressões da Casa Branca

A presença do diplomata norte-americano no terminal aéreo não foi um fato nada especial. Ao contrário, fazia parte de uma longa série de ingerências nos assuntos internos do Estado panamenho. A filha do funcionário estrangeiro, por exemplo, participava das marchas da Cruzada Civilista e o ministro conselheiro da embaixada era um assistente assíduo das reuniões da organização oposicionista.

Por outro lado, a 18 de agosto, lanchas patrulheiras norte-americanas entraram no golfo de Tuira, na província (estado) de Darién, fronteira com a Colômbia. A população do local considerou o fato uma provocação e obrigou a tripulação a se retirar do lugar.

Menos de um mês depois, a 13 de setembro, enquanto o presidente Delvalle viajava para os Estados Unidos e o general Noriega se achava no México, se realizou no populoso bairro de San Miguelito uma manifestação convocada pela Cruzada Civilista em comemoração ao segundo aniversário da morte do contra-revolucionário Spadafora e para exigir do governo a apresentação dos culpados. David Miller, adido comercial da embaixada norte-americana, foi detido no local.

Dez dias depois, ocorreu um incidente ainda mais grave: 120 soldados norte-americanos saíram da Zona do

Canal em dois caminhões, entraram na capital sem autorização e se dirigiram à representação diplomática do seu país. O governo panamenho enviou uma nota de protesto pelo incidente e o chanceler Jorge Abadía qualificou o fato de "uma aberta e grosseira provocação". Um comunicado da embaixada se limitou a explicar que os caminhões transportavam 25 jovens cadetes que faziam cursos no Air War College e que tinham ido visitar o embaixador Davis.

Apenas um dia depois, 24 de setembro, o Senado dos Estados Unidos decidiu por unanimidade - 97 votos contra nenhum - aplicar o boicote econômico e militar se o Panamá "não restabelecer nos próximos 45 dias a vida democráti-

mais intervenções e falta de respeito". A resposta norte-americana foi dada extra-oficialmente no mesmo dia e partiu de solo panamenho: um helicóptero *Black Hawk UH-60* saiu da base Howard, na Zona do Canal violou o espaço aéreo nacional e estacionou a sete milhas de uma guarnição militar local, desrespeitando ordens das Forças de Defesa.

Diante da decisão do Senado norte-americano, o jornal pró-governo "Crítica" sugeriu que os termos da relação fossem invertidos: a 2 de outubro, propôs ao Parlamento panamenho que desse a Washington um prazo "não-coercitivo" de 45 dias para cumprir um certo número de pontos necessários "para estabelecer uma verdadeira de-

Reuter



Por trás da campanha, estão os interesses dos Estados Unidos na Zona do Canal

ca e o governo civil". A resolução foi patrocinada pelo senador Christopher Dodd, democrata por Connecticut, e pôs em perigo os 33 milhões de dólares de assistência financeira previstos para 1988.

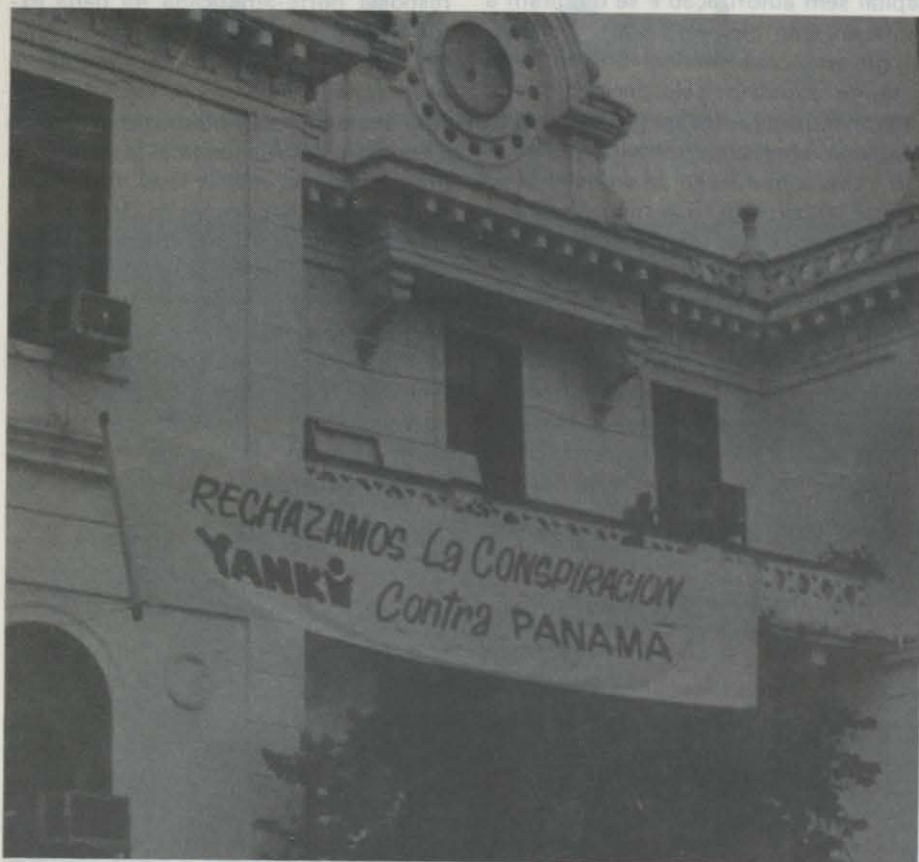
A medida do governo norte-americano, além de constituir uma séria ingerência, ameaçou suspender as compras de açúcar. O Panamá recebe dos Estados Unidos cerca de 20 milhões anuais pelas vendas desse produto: exporta 45 mil toneladas por ano ao preço de 18 centavos e meio de dólar a libra-peso, quase três vezes o preço de mercado, que é de seis centavos e meio.

Em 48 horas, o governo de Eric Delvalle reagiu por meio de um comunicado no qual advertia que "não tolerará

mocracia nos Estados Unidos". A demanda reivindicava a devolução ao México do território do Texas, a independência de Porto Rico e a retirada das bases militares norte-americanas de Cuba, Honduras, Espanha, Filipinas e outros países. Da mesma forma, incluía o restabelecimento dos direitos humanos de milhares de pessoas que vivem nos guetos do Bronx, a eliminação da Ku Klux Klan e punição para os autores dos assassinatos de Martin Luther King, John Kennedy e Robert Kennedy.

A proposta de "Crítica", obviamente, não teve sucesso. Mas pelo menos deixou ver claramente a que equivalia a resolução patrocinada pelo senador Christopher Dodd.

terceiro mundo - 27



Faixa no Ministério das Relações Exteriores: protesto contra a ingerência norte-americana

A ingerência norte-americana no Panamá continuou. A 7 de outubro, nove militares que serviam no Comando Sul – entre os quais se encontrava um tenente-coronel veterano do Vietnã – foram surpreendidos quando participavam de distúrbios antigovernamentais, levantando barricadas e incendiando pneus de automóveis. Cinco deles pertenciam à força aérea, três eram marinheiros e o restante era membro do serviço especial da base Howard. Os soldados ficaram detidos por 11 horas e foram deixados em liberdade como demonstração de boa-vontade.

Washington não viu as coisas por esse lado. Dois dias depois, o Pentágono protestou pela detenção dos militares e Charles Redman, porta-voz da Casa Branca, qualificou o fato de “uma hostilização que dificultava as relações bilaterais”.

No mesmo dia, enquanto continuavam as manifestações de rua, o governo decidiu a deportação do coronel (reformado) Charles Stone, ex-adido militar durante cinco anos, aposentado em 31

de julho e casado com uma panamenha. Stone distribuía panfletos favoráveis à Cruzada Civilista e já tinha sido detido a 30 de agosto por participar de distúrbios.

Uma personagem controvertida

O general Noriega, comandante das Forças de Defesa e principal alvo da campanha norte-americana, é uma personagem controvertida, digna dos romances de espionagem de John Le Carré. Nos meios políticos, diplomáticos e jornalísticos da América Central, circula um comentário irônico: “Acusam Noriega de ser agente, ao mesmo tempo, da CIA e da KGB, dos árabes e dos israelenses, do narcotráfico e da guerrilha: nem Gabriel García Márquez tem tanta imaginação”.

A verdade é que, há tempos, o militar é objeto de ataques reiterados que vêm dos Estados Unidos. A 12 de junho de 1986, um ano antes de estourar a crise política panamenha, o *The New York Times* publicou na primeira página que ele estava envolvido em atividades de

dupla espionagem, fornecimento de armas a grupos rebeldes, venda de tecnologia norte-americana a países comunistas e tráfico de drogas. A 22 de julho desse mesmo ano, o senador ultraconservador Jesse Helms, republicano por Carolina do Norte, afirmou à cadeia de televisão ABC que Noriega “é o narcotraficante número um do continente e sócio nos negócios de Fidel Castro”.

Já Torrijos, em 1969, um ano depois de chegar ao poder, chamou-o de “o homem da lealdade”, por ter Noriega desarticulado uma tentativa de golpe de estado, enquanto o falecido líder panamenho se encontrava no México. Desde aí, se manteve ao lado de Torrijos como “um soldado de confiança”.

A 12 de agosto de 1983, Noriega passou a general de brigada e foi designado comandante da Guarda Nacional (posteriormente rebatizada de Forças de Defesa). Desde então, se mostrou um homem pragmático, preocupado com a situação política da área. As mediações discretas parecem ser sua especialidade. Em abril de 1985, declarou ao diário “Crítica”: “Somos um país do Terceiro Mundo, com autodeterminação e pluralismo político. Procuramos o equilíbrio e nosso equilíbrio é aberto e franco. Conversamos e somos mediadores silenciosos e discretos”.

Em novembro de 1983, em visita oficial à Costa Rica, reuniu-se com o então presidente Luís Alberto Monge e garantiu que o Panamá estava disposto a defender aquele país em caso de “uma agressão externa”. A meados de agosto, foi à Nicarágua e depositou uma coroa de flores no mausoléu que guarda os restos mortais de Carlos Fonseca Amador, fundador da Frente Sandinista.

A 15 de outubro de 1984, o jornal costarrriquenho *La Nación* publicou uma entrevista na qual Noriega manifestava preocupação “pelo excessivo armamentismo da Nicarágua”, o que constituía “uma força divisionista na América Central”. Sete meses mais tarde, no entanto, anunciou que aceitaria ser mediador entre a Nicarágua e Honduras. A mediação não se concretizou mas o chanceler nicaraguense Miguel D’Escoto foi um dos principais interessados na participação de Noriega.

Sua defesa do Grupo de Contadora também não é nova. Em outubro de

1983, assistiu à XV Conferência de Exércitos Americanos realizada na Venezuela e, diante dos rostos tensos da maioria dos militares do continente, afirmou que "nunca como hoje estamos tão próximos do parto da guerra" e reiterou sua confiança nas gestões de paz de Contadora. Em março de 1985, foi mais contundente ao garantir que se o grupo pacificador deixasse de existir, "só restará a linguagem dos punhos, das balas e dos mortos".

Em novembro de 1986, Noriega afirmou que o Panamá "desempenharia um papel muito importante" na reativação do Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca), uma aliança militar regional criada em 1964 por iniciativa dos Estados Unidos, com propósitos contra-insurgentes. A 28 de maio de 1987, condecorou o general norte-americano John Galvin, chefe do Comando Sul na Zona do Canal e símbolo da presença militar estrangeira em seu país.

Este é o homem de atuação contraditória que, segundo uma recente pesquisa de opinião da agência Gallup, tem 75% da população panamenha contra si. Como ele mesmo reconhece: "Os Estados Unidos me colocaram na sua lista negra: primeiro, foi o xá do Irã, depois o general hondurenho Gustavo Alvarez Martínez, e em seguida, Ferdinando Marcos...".

Mas, ao chegarmos nesse ponto, cabe fazer a seguinte pergunta: a campanha desestabilizadora dirigida abertamente pelos Estados Unidos e executada

da pelos setores empresariais panamenhos, aponta somente para a destituição de Noriega? A manobra, pelo que parece, vai mais além.

A questão do Canal

Independentemente das circunstâncias políticas conjunturais, a transferência do Canal do Panamá para mãos nacionais no ano 2000 continua sendo a questão mais importante na vida do país. Além de constituir uma antiga reivindicação de soberania, depois de 72 anos de serviço, a via interoceânica é o principal recurso do Panamá: em 1986 gerou receitas de 525 milhões de dólares e um crescimento de 2,8%.

O Panamá foi separado da Colômbia em 1903 por imposição dos Estados Unidos e, no ano seguinte, iniciou-se a construção do canal. Em 1914, foi inaugurada a rota aquática de 90km de comprimento que, através de duas eclusas, une os oceanos Atlântico e Pacífico em apenas oito horas.

Sob o lema "não há colonialismo que dure cem anos nem panamenho que o aguente", o general Omar Torrijos iniciou uma dura luta pela recuperação do Canal, que o levou a negociar sucessivamente com os presidentes Richard Nixon, Gerald Ford e, por último, James Carter. Os tratados Torrijos-Carter foram assinados em 7 de setembro de 1977 e entraram em vigor a 1º de outubro de 1979. O convênio estipula que a administração norte-americana na Zona



General Omar Torrijos

do Canal deve acabar a 1º de dezembro de 1999.

Atualmente, existem na Zona do Canal cinco grandes bases militares dos Estados Unidos e 77 estabelecimentos anexos, espalhados por 147 mil hectares. Aí estão estacionados 10 mil soldados e 45 mil civis norte-americanos.

O 10º aniversário da assinatura dos tratados Torrijos-Carter encontrou o Panamá na pior crise política dos últimos 20 anos.

O governo de Eric Delvalle endureceu suas posições. A 28 de julho fechou todos os meios de comunicação oposicionistas e despediu cem funcionários públicos. A 22 de outubro, quando era anunciada uma grande passeata da Cruzada Civilista, proibiu todas as manifestações de rua a partir daquela data. A crise, inclusive, alcançou as fileiras do Partido Revolucionário Democrático (PRD), no poder: muitos dos seus integrantes consideram Noriega indefensável... Mas, quem colocar no seu lugar? A mesma pergunta é feita no alto comando das Forças de Defesa. E até não ter uma resposta satisfatória, a corporação armada cerrou fileiras em torno do seu comandante.

Quem é Noriega

□ O general Manuel Antonio Noriega tem 45 anos, ingressou na Guarda Nacional do Panamá em 1960 e estudou engenharia na academia militar de Chorrillos (Peru). Seu currículo atesta que ele fez cursos na Escola das Américas (Zona do Canal do Panamá) em 1965 e 1967, de sobrevivência na selva (Fort Sherman), operações psicológicas e de contra-insurreição (Fort Braggs, Carolina do Norte), documentos e arquivos (Peru) e terrorismo e libertação de reféns (Universidade de Nova).

Há alguns anos, a imprensa do seu país o qualificou como "um homem astuto, com capacidade para manobrar em todas as direções". Seus colegas de armas o definiram como "católico, direito, disciplinado e perspicaz". Com certeza foram essas características que o mantiveram à frente da seção de inteligência e segurança (S-2) da Guarda Nacional durante 12 anos, um tempo quase recorde na América Latina.

IRÃ

A difícil sucessão de Komeini

O aiatolá Meshkini faz reviver a luta de tendências e abre a discussão sobre a frágil unidade do país



O poder centralizado em Komeini aumenta as especulações sobre a sua sucessão

Reuter



Cena comum: o brinquedo é uma arma

Alberto B. Mariani

Hoje, como na época dos omíadas e dos abassidas¹, o califato está em mãos de usurpadores, gente sem mérito algum que continua ocupando aqui os cargos mais importantes", declarou recentemente o aiatolá Meshkini (presidente do Conselho de Guardiães) na presença do próprio Komeini. Através de suas palavras foi possível perceber que havia começado outro capítulo da luta de tendências, uma guerra aberta e total que se trava desde 1981 entre as principais figuras da República Islâmica, isto é, dentro do poder iraniano.

O aiatolá Meshkini, que era considerado um dos mais fortes aliados do presidente do Parlamento, Ali Akbar Hashen Rafsandjani, havia sido convocado por Komeini por causa das suas críticas — feitas em caráter privado — à atitude de "tutor constitucional" (*Faghih*) da República Islâmica. "Juntamente com Mohammad Ghilani (aiatolá responsável pela importante prisão de Evine),

temos dado provas de nossa fidelidade ao imã e à revolução, ao ponto de que com nossas próprias mãos assinamos a condenação dos nossos filhos, que se tornaram 'hipócritas'². Mas, infelizmente, apesar de o filho de Rafsandjani ter desempenhado um papel chave na venda de armas norte-americanas ao Irã e recebido comissões de vários milhões de dólares, o imã continua confiando todos os assuntos do país a Rafsandjani", disse Meshkini a outros *molah*.

Ruptura na cúpula

Sem dúvida, essa declaração marcou a ruptura entre Meshkini e Rafsandjani e, conseqüentemente, entre Meshkini e o próprio Komeini. A disputa é séria. Basta lembrar que Meshkini conta com o apoio do também aiatolá Ghilani e de seu genro, Mohammed Nik (aiatolá Ray-Chari), ministro da Informação e principal responsável pela polícia secreta do regime, a *Vevak*.

Mas como todos sabem, esta não é a única fissura na cúpula iraniana. A guerra já está deflagrada entre os partidários de Mehdi Hashemi e os de Rafsandjani, entre os de Rafsandjani e os de Ali Khamenei (o presidente da República), entre os *hodjatis* (representantes do Islã conservador) e os seguidores de Montazeri (designado imã) e, *last but not least*, existe uma guerra política e ideológica entre os *hodjatis* e os *maktabis*, isto é, entre os partidários de uma interpretação conservadora do Islã e aqueles que no Irã são chamados de "seguidores da linha do imã".

Essa rede de conflitos e de tendências políticas anuncia a iminência de racha na coligação governamental e questiona a estabilidade das instituições políticas do país.

Um futuro imprevisível

Deve-se esperar em um futuro próximo a implosão do regime do aiatolá Komeini? Na opinião do ex-presidente

Bani Sadr, atualmente exilado em Paris, não há nenhuma dúvida a respeito.

"A República Islâmica está agonizando", declara a **terceiro mundo**. "Não sou eu quem o afirma, e sim os próprios dirigentes do regime. Em uma recente reunião, as mais altas autoridades do país - o presidente do Parlamento, M. Rafsandjani, o primeiro-ministro, Mir Hossein Mousavi e o responsável pelo Conselho Superior de Justiça, Mousavi Ardabili - disseram isso clara e abertamente a Komeini".

No entanto, nem todos são da mesma opinião. Algumas das principais figuras do "Partido de Deus" (*Hezbollah*) acham que essas conclusões não têm fundamento. "As divergências dentro

tem outros conflitos provocados pelos ciúmes de um *mollah* em relação à capacidade, riqueza ou influência política de outro *mollah*. Mas esse tipo de problema tem sido realmente muito ocasional", afirmam.

Como interpretar corretamente essa luta de tendências? É válido falar de "moderados" e "extremistas"? Existe, de fato, uma direita e uma esquerda dentro da República Islâmica? O professor Charok Vaziri, que atualmente trabalha na Universidade de Lausanne, na Suíça, considera que é um erro dar muita importância ao discurso oficial dos *mollah*. "Na maior parte das vezes - afirma Vaziri - eles se valem de uma terminologia de esquerda ou de direita,

Mashemi (executado recentemente), pertencem a páginas já viradas dessa revolução singular.

Atualmente, o regime de Teerã é a expressão de uma aliança de fato entre duas tendências da revolução islâmica: a dos Fundamentalistas da Tradição Xiíta Duodecimal (*hodjatis*) e a dos Revolucionários Pragmáticos da Linha do Imã (*maktabis*).

Os primeiros tomaram seu nome da palavra árabe *hodjat*, que também é um dos nomes do 12º imã. Ou seja, *hodjatis* significa "aqueles que esperam o imã". São a maioria dos quadros religiosos do regime atual. Em geral, se diferenciam dos *maktabis* por serem conservadores em termos políticos, por seu funda-



Ali Khamenei



Ali Rafsandjani



Bani Sadr



Mehdi Bazargan



Chapur Baktiar

do regime iraniano não podem ser comparadas às lutas políticas ou ideológicas do tipo ocidental", rebatem. Ao contrário do que acontece nos países ocidentais, segundo eles, há no Irã questões essenciais em relação às quais há uma unanimidade de critérios entre todas as correntes: a) que Komeini - em sua condição de *Faghih* infalível - está acima de todas as leis e tem a última palavra; b) que o Islã, como base ideológica e política do regime, prevalece sobre qualquer lei que tenha sido decretada; c) que o fim (isto é, a preparação do terreno para a volta do 12º imã e para o restabelecimento da justiça na Terra) justifica os meios.

"Isso significa - alegam os seguidores do Partido de Deus - que o *Velayat Faghih* (em tradução literal, "o governo dos doutores em Fegh", isto é, os doutores na ciência do Corão, na tradição e na jurisprudência islâmica), é o governo mais aceitável até a volta de Mohammed al-Mahdi, o 12º imã de nossa tradição. Não é realmente em torno das idéias que existem divergências dentro de nosso governo, mas sim em relação à interpretação que cada dirigente faz dos princípios de nossa tradição. Exis-

extremista ou moderada, simplesmente para marcar suas diferenças com os adversários, que têm um discurso oposto".

"No Ocidente, quando se fala de luta de tendências, se pensa em partidas de xadrez entre falsos adversários que disputam o poder. Entre as autoridades do regime iraniano, embora existam rivalidades porque todos desejam suceder Komeini, há um acordo tácito: todos querem continuar no governo."

Mas... quem governa?

A revolução islâmica foi depurando sucessivamente diferentes tendências. Os "islamistas modernizantes" (grupos inspirados politicamente na obra e pensamento de Ali Shariati, do aiatolá Telegani, do ex-presidente Bani Sadr, do ex-primeiro-ministro Mehdi Bazargan e do ex-ministro da Saúde Pública, doutor Sami, todos eliminados do cenário político interno entre 1979 e 1981); os *Moudjaheddines Khalq* (eliminados em 1981); os "tradicionalistas religiosos" (que se inspiravam no pensamento do aiatolá Chariat Madari), eliminados politicamente entre 1982 e 1984; e os "islamistas revolucionários", de Mehdi

mentalismo religioso e por sua postura diplomática, mais aberta em relação ao Ocidente. Esse fundamentalismo "puro e duro" preconiza a aplicação ao pé da letra do Corão e do *hadith* (palavra árabe que significa "conversação") da tradição xiíta iraniana. São partidários da flagelação e do apedrejamento até a morte e do direito a cortar as mãos dos ladrões. Consideram a mulher como absolutamente inferior ao homem e a obrigam a cobrir-se com o *hedjab* (tradicional roupa islâmica). Não aceitam nenhum tipo de mudança social.

Os *hodjatis* têm cem deputados no Parlamento (*Majless*), seis cadeiras no Conselho de Salvaguarda da Constituição (de 12 membros), uma espécie de Conselho de Estado, e são maioria na Escola de Teologia de Qom. Contam com o apoio do jornal *Fessalat* ("A Missão"), dirigido pelo aiatolá Azari Khomy e com vultosas contribuições financeiras da maior parte dos comerciantes iranianos (os *bazaris*).

Na opinião do ex-presidente Bani Sadr, eles contam também com o apoio de importantes personagens no governo: do atual presidente da República, Ali Khamenei; do aiatolá Khaz-Ali (membro

Decreto apóia reformistas

□ Um decreto, aprovado recentemente pelo aiatolá Komeini, concede ao primeiro-ministro Mir-Hossein Moussavi poderes para legislar sobre certos temas, sem consulta ao Parlamento. A promulgação do decreto criou polémica, pois não foi do agrado das correntes conservadoras do governo (*hodjatis*), defensoras da obediência irrestrita às leis islâmicas estabelecidas pelo Corão e aos preceitos do profeta Maomé.

Ao contrário, a decisão de Komeini apóia os grupos reformistas (*maktabis*), que defendem uma

maior flexibilidade na interpretação do islamismo, no sentido de facilitar as soluções para problemas que um Estado moderno tem de enfrentar, tais como: a política para os setores bancários, de utilidade pública e relações trabalhistas.

Komeini fez censuras à atitude do presidente Khamenei por este ter criticado o decreto. Já o seu sucessor designado, o aiatolá Ali Montazeri, fez um apelo aos integrantes do Conselho de Guardiães a serem menos conservadores e a interpretarem as leis islâmicas "de acordo com as necessidades do tempo, da revolução e do povo".

do Conselho de Estado); do aiatolá Madavi Khani (um religioso que mantém contato com a oposição, em particular com o ex-primeiro-ministro Mehdi Bazarghan) e o *hodjatoleslam* Falsani, muito próximo a Komeini.

Por sua vez, a tendência que no Irã é conhecida como dos *maktabis*, palavra que em árabe significa "pessoa que frequenta a escola teológica", reúne a maior parte dos quadros civis e religiosos diretamente vinculados a Komeini. São pessoas que, analisadas a partir de uma perspectiva de "esquerda-direita", "moderados-progressistas", "sinceros-oportunistas", são indefiníveis. A própria palavra *maktabi* é usada para qualificar uma pessoa que é "fiel à doutrina oficial", o que no momento significa "fiel ao modelo, às idéias e ao pensamento do aiatolá Komeini".

Komeini não é apenas o tutor (*faghih*) infalível da República Islâmica, mas também o chefe de uma das facções políticas da revolução. Quem são os

verdadeiros *maktabis* e como reconhecê-los? Ninguém sabe.

Em princípio, qualquer pessoa pode dizer que é *maktabi*. Basta autodefinir-se como seguidor de Komeini. Por isso mesmo, ninguém pode evitar que essa autodefinição esteja baseada no oportunismo político. Em geral, dentro do regime tem-se a tendência de medir a fidelidade à linha do imã pelo número de mártires que cada um possa atrair para se sacrificar pela causa – mártires que potencialmente poderiam se sacrificar no futuro.

Por isso, é quase impossível identificar com clareza a linha divisória entre quem pertence ou não ao grupo dos *maktabis*. Geralmente, se diz – e nisso coincidem as opiniões de todas as tendências políticas e religiosas – que a única coisa que os une é o fato de gravitarem em torno da ideologia "komeinista". São homens que na sua maioria estudaram nos Estados Unidos e defenderam uma interpretação do Islã "prag-

mática e revolucionária".

O Islã: uma idéia-força

Trata-se de uma concepção do Islã que se rebela contra a intromissão ideológica do exterior e que tende a interpretar a religião muçulmana como uma "idéia-força" para a libertação dos povos do Terceiro Mundo. Para cumprir esse papel político, consideram legítima a incitação à propagação dessa religião por todo o mundo, se opõem a todos os partidos políticos e a qualquer outra interpretação religiosa que exista no mundo muçulmano atualmente.

Os *maktabis* são minoritários no aparelho religioso, mas controlam a maioria dos setores vitais da República: os tribunais extraordinários, a rádio, a televisão, os jornais, a organização dos *Pasdarán* (os guardiães da revolução islâmica), do Partido de Deus, dos "Voluntários Islâmicos" (*Bassij*) etc.

Controlam os eixos do sistema, mas não a base militante que garante ao regime seu consenso. Estão diretamente ligados ao carisma e ao poder que emana do imã Komeini. "Sem Komeini, os *maktabis* não existiriam", declarou a **terceiro mundo** um comerciante de Teerã. "E seus principais líderes, como Rafsandjani e Mir Hossein Moussavi, provavelmente não desempenhariam nenhum papel nas instituições do país".

Contra a maré

Embora uma das características da República Islâmica seja a falta de unidade, apesar de inspirar-se em uma ideologia exclusivista e globalizadora – o Islã –, nela não se manifesta o centralismo institucional que aflora na maioria dos Estados totalitários. Caracterizada pela multiplicidade dos centros de decisão, a República Islâmica não conseguiu estabelecer entre eles uma coordenação política mínima.

Esses centros de decisão estão controlados pelos *maktabis*, mas o poder religioso dos *hodjatis* atua como contrapeso. O conjunto está unido em torno do carisma de Komeini e justificado no fanatismo das massas, que em grande medida continuam fiéis aos ideais da revolução que, em 1979, derrubou o xá, apesar das depurações que se sucederam desde então, da eliminação siste-

mática dos adversários e da corrupção.

No plano econômico, a diminuição das exportações de petróleo de 11,7 milhão de barris por dia em 1985, para os atuais 1,1 milhão de barris; o déficit no balanço de pagamentos, superior a 2,7 bilhões de dólares; o crescimento negativo de -5%; a inflação superior aos 30% ao ano etc. provocaram insatisfação social. Não é para menos: as injustiças sociais não só não foram superadas, como se aprofundaram; aumentou a insegurança; o desemprego atinge mais de 12 milhões de trabalhadores e o empobrecimento da população é notório nas cidades e no interior.

Com esse panorama, lutando aparentemente contra a maré, como é que a revolução iraniana consegue sobreviver?

Se formos pela opinião dos simpatizantes do ex-primeiro-ministro Chapur Baktiar, a sobrevivência do regime pode ser explicada por três fatores: a corrupção generalizada, a cumplicidade econômica do Ocidente e o apoio político das grandes potências ocidentais. "Fora isso, só a repressão e o uso permanente da violência podem garantir a 'estabilidade' do regime", afirmou o **terceiro mundo** o ex-primeiro-ministro. "É fácil recrutar alguns milhares de pessoas de todas as aldeias do país e levá-las a desfilar 'com pompa' pelas ruas de Teerã, diante das câmaras. Mas, na verdade, isso não representa o sentimento do povo iraniano", acrescentou Baktiar.

Para o ex-presidente Bani Sadr, que, como Chapur Baktiar, está há anos exilado em Paris, o regime de Komeini se mantém porque é "como um câncer: vai



Criança com cabeça raspada: sinal de que sua mãe aceitaria que ele fosse um mártir

avançando, até tomar todo o corpo e matá-lo". E acrescenta: "Komeini tem conseguido sobreviver politicamente por causa da guerra contra o Iraque. Uma guerra que foi se transformando de luta ideológica em luta política, até chegar a ser uma guerra total e generalizada, contra o Iraque e contra o mundo".

O ex-presidente também explica a sobrevivência do regime pelo nível que atingiu a corrupção. "Dentro do regime, todos se corromperam", afirma. "Cada facção tem em seu poder um cossido sobre a corrupção das outras, a fim de que, no momento apropriado, possa utilizá-lo para disparar um tiro certo naquele que deseje destruir". Ao con-

trário do que se afirma, "o Irã importa mais terrorismo do que exporta", assinala Sadr. E explica porquê: "A maior parte das facções do regime acerta suas contas através do terrorismo. É dessa forma que governam".

Evidentemente, o aiatolá Ghafari — que trabalha atualmente como embaixador de Teerã perante o Vaticano — não concorda com essas opiniões. "Há 14 séculos que os muçulmanos iranianos tentam se governar segundo seus próprios princípios, sem interferências externas. Por que haveríamos de renunciar agora a exercer esse direito?", diz. "A revolução islâmica se mantém no poder porque o povo iraniano assim o deseja".

Será a República Islâmica a expressão verdadeira de uma revolução que após nove anos no poder continua fiel a seus princípios? Ou será uma farsa, como afirmam os opositores de Komeini?

É difícil sabê-lo, ao menos por agora. É provável que tudo fique mais claro no dia em que falte o cimento ideológico gerado pela presença do aiatolá Komeini. Possivelmente, nesse momento comecem a surgir as respostas. ●

¹ N. da R.: Os omíadas são descendentes de Omeyyah, califa da segunda dinastia muçulmana de Damasco (Síria), em linhagem direta de Maomé. Os abassidas formam a terceira dinastia dos califas árabes sucessores de Maomé, fundada em 750 por Aboul Abbas, descendente de Abbas, tio do Profeta.

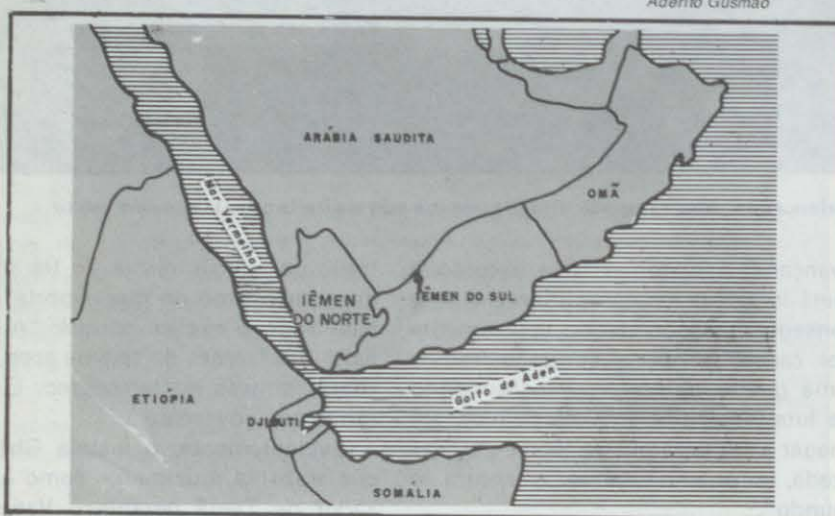
² Nota do autor: Meshkini se refere aos *Moudjahedines Khalq*, que agora lutam contra a revolução, a partir de posições de esquerda.



Exilados iranianos na Suíça montam uma peça teatral, contra o regime de Komeini

Um país tranquilo

O único país árabe que escapou da colonização européia é um dos estados politicamente mais estáveis da região



Adêrito Gusmão

Mohamed Salem

Em setembro de 1962, quando aconteceu a insurreição contra Al-Badar, o último imã do país, o Iêmen do Norte era uma das nações mais atrasadas e subdesenvolvidas do mundo. Não existia nada: nem água, nem escolas, nem estradas. Depois de ter permanecido isolada durante séculos, a República Árabe do Iêmen parece caminhar hoje, decididamente, pelo caminho do progresso.

"A água, as escolas e as estradas – declarou recentemente a **terceiro mundo** Ali Makatari, um funcionário da embaixada italiana em Sana'a, a capital iemenita – são um mérito inquestionável do atual presidente Abdallah Saleh. E o povo iemenita lhe está muito agradecido".

De fato, é difícil encontrar alguém que se manifeste contra o atual governo. Tudo funciona: o comércio, o setor de construção, a agricultura e a indústria. Pelas estradas iemenitas rodam milhares de automóveis japoneses e

alemães, os preferidos dos homens do governo. À crise de 1984, com suas restrições a importações, seguiu-se uma etapa de abundância e prosperidade. Graças ao florescente contrabando tolerado pelas autoridades, existe um diversificado estoque de artigos de consumo a preços inferiores aos europeus.

Expansão agrícola e desenvolvimento industrial

A construção está em plena expansão. As principais cidades iemenitas, como Sana'a, Taiz, Ibb, Hajah, Al-Bayda', Hodeida e Dhamar ultrapassaram a muralha ancestral das tradicionais *medinas* (cidades) árabe-muçulmanas e se espalham como uma mancha de óleo pela campina ao redor.

Graças ao concurso direto das forças armadas, a agricultura está proporcionando ao país um aceitável nível de auto-suficiência em alimentos. Sob o comando do tenente-coronel Nagi al-Roheshan, a campanha para a reativação agrícola, iniciada em 1984, começa a dar os primeiros frutos. Mais de oito mil

hectares de terras não-cultiváveis foram transformadas em zonas férteis e produtivas. Por toda parte florescem as plantações de melão, pera, mamão e manga, ladeadas por vastas extensões de culturais tradicionais.

A incipiente indústria fez gigantescos avanços no campo da conservação de alimentos e da transformação de produtos agrícolas de primeira necessidade. O artesanato está em pleno desenvolvimento e o turismo – reservado exclusivamente a uma clientela seleta – começa a dar frutos.

O dr. Abdel Rahman – diretor do escritório técnico que se ocupa da reconstrução da parte histórica da cidade de Sana'a – explica que os iemenitas desejam estimular um turismo estritamente seletivo. "O turismo de massas, de gente 'inculta', capaz de 'devastar' o patrimônio do país, não nos interessa", diz ele. "Não queremos que o Iêmen do Norte se transforme em outro Egito". E acrescenta: "Queremos reservar nossas belezas arqueológicas para visitantes que sejam capazes de apreciá-las e saibam respeitar o patrimônio histórico e cultural do nosso país".

Com nove milhões de habitantes distribuídos em 11 estados e com quase 195.000km², a República Árabe do Iêmen conseguiu se manter à margem dos dois blocos, capitalista e socialista, e garantir a ajuda dos bancos internacionais e dos Estados Unidos, da União Soviética, da Comunidade Econômica Européia (CEE), China, Iugoslávia, Turquia e quase a totalidade dos países árabes produtores de petróleo.

Até há pouco tempo, a Arábia Saudita estava disposta a assumir a totalidade dos gastos do Estado e do exército iemenita. Desde, é claro, que o governo de Sana'a se comprometesse a não fazer prospecção de petróleo e a manter a sociedade iemenita num estado de subdesenvolvimento moderado.

A independência econômica

Mas a situação mudou a partir de 1984. Com a ajuda de uma pequena empresa petrolífera norte-americana, a US Hunt Oil Co., o país entrou definitivamente na era do petróleo e do desenvolvimento econômico. A Yemen Hunt Oil Co., a filial iemenita da empresa norte-americana, depois de localizar

importantes jazidas de hidrocarbonetos, construiu com a participação de grupos alemães e italianos um oleoduto que liga a zona petrolífera de Mareb à capital e ao porto de Hodeida, no mar Vermelho. Essas jazidas estão dando ao jovem coronel Ali Abdallah Saleh a possibilidade de realizar seu sonho de independência econômica.

Um oleoduto, de cerca de 450km de comprimento, com uma capacidade de mais de 300 mil barris diários, entrou em atividade em outubro do ano passado. Com ele, o país poderá se libertar da sua atual submissão à Arábia Saudita, o poderoso e temível aliado do Norte. Um aliado cada vez mais incômodo para o regime de Sana'a, principalmente do ponto de vista do tratado de Al-Alif firmado em 1934 entre a Arábia Saudita e o então reino do Iêmen do Norte. O acordo bilateral prevê a devolução inadiável das províncias iemenitas de Najran, Assir e Jaizan - atualmente sob domínio saudita - ao Iêmen do Norte, em 1994. Enquanto isso, a monarquia saudita não quer nem ouvir falar do assunto e está fazendo todo o possível para convencer os dirigentes iemenitas de renunciar a esses territórios.



Enquanto a nação se desenvolve, Sana'a, a capital, mantém as características tradicionais

Uma original filosofia política

O regime, que há nove anos, está no poder, parece gozar de apoio popular. O presidente Ali Abdallah Saleh - um ex-sargento promovido a oficial em 1963 e que chegou ao poder depois dos assassinatos consecutivos de dois presidentes, Al-Hamdi e Al-Ghashmi - goza de um indiscutível prestígio entre a população. A "filosofia política" do jovem presidente de 42 anos, é extremamente original. Poderia ser resumida em uma das muitas palavras-de ordem que disputam as paredes das principais praças do país: "Nos negamos categoricamente a aplicar as teorias e doutrinas políticas, econômicas e sociais vigentes nos demais países". Um eslogan que reflete claramente a vontade de seguir seu próprio caminho.

O regime de Saleh é claramente anti-comunista, apesar dos seus sólidos laços políticos e militares com a União Soviética. Está orientado em direção ao Ocidente, embora não aceite se entregar, de pés e mãos amarrados, aos Estados Unidos. É pró-árabe e defende

a integridade territorial dos países árabes, mantém um contingente de cinco mil homens no Iraque e se diz disposto a enviar um corpo expedicionário à Líbia se a integridade da Faixa de Aouzou for ameaçada pelo Chade. Também é pró-palestino: permite que *fedayines* (que quer dizer "aquele que dá a própria vida se for preciso") armados desfilarem no seu exército e concede à OLP uma base permanente em seu território, na ilha de Kamran, no mar Vermelho.

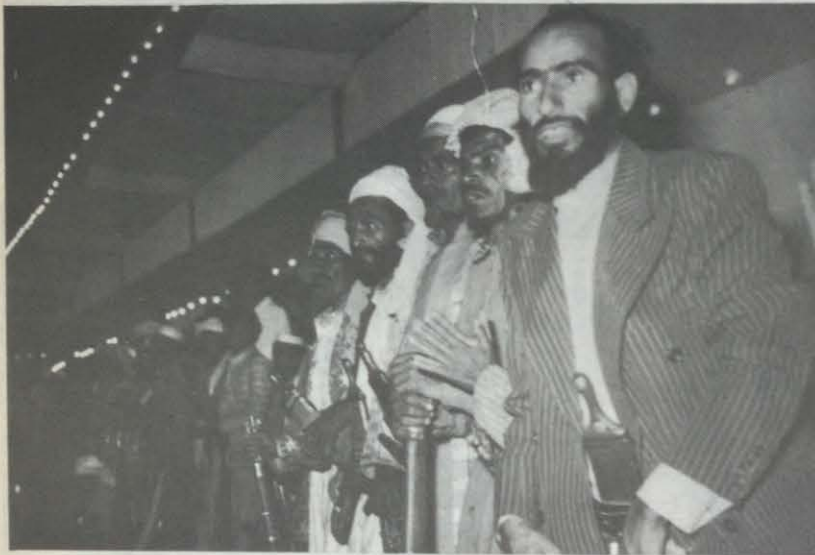
Um alucinógeno nacional

As figuras mais proeminentes do regime, como o primeiro-ministro Abdul Aziz Abdel Ghani, o chanceler Abdel al-Karim al-Iriani e o vice-primeiro-ministro Mohammed Said al-Attar, são personagens admirados e queridos pela maioria da população. "O único verdadeiro problema do país - nos confiou um dos responsáveis pelo hospital de Sana'a - é o *qat*, a droga nacional mastigada diariamente por mais de cinco milhões de iemenitas". De fato, a *catha*

edulis é a única praga do país. A maioria dos problemas de saúde provém do consumo desse alucinógeno (câncer da boca, impotência, úlcera duodenal etc.). Inclusive outros problemas como a corrupção, a delinquência juvenil, a desagregação familiar e a redução da capacidade produtiva do setor agrícola também derivam do consumo de *qat*.

Um técnico estrangeiro residente em Sana'a comentou para **terceiro mundo** que o descobrimento de jazidas de petróleo provocará, a curto prazo, uma prosperidade econômica no Iêmen que levará o preço do *qat* às nuvens e os mais pobres não poderão mais se dar ao luxo de comprá-lo. Em cinco ou seis anos, o fosso entre os ricos e pobres pode se alargar, levando o país novamente ao triste caminho dos golpes de estado, que em outros tempos ensanguentou a República Árabe do Iêmen. Por enquanto, o homem comum da rua não parece se preocupar com essa possibilidade. Está contente com sua situação e sonha com dias melhores, enquanto enche a boca de *qat*... ●

Unir dois povos irmãos



Muitos iemenitas do norte vão sempre a Adén, capital do Iêmen do Sul, a fim de demonstrar sua adesão à causa da unificação dos dois países



O ministro Abdel Karim al-Iriani

Entrevista exclusiva com o chanceler iemenita, Abdel Karim Al-Iriani

Durante as cerimônias do 25º aniversário da revolução iemenita, diversas personalidades oficiais se referiram à possibilidade de unificação dos dois Iêmen. O que há de verdade nisso?

— Há muitos anos trabalhamos pela materialização desse sonho. Se Deus permitir, muito em breve estaremos em condições de conseguir a unidade do povo iemenita.

E a Arábia Saudita e a União Soviética permitiriam que isso ocorresse?

— Não é assunto deles. Sana'a e Adén não são províncias nem do Kremlin nem de Riyad.

Então o sr. nega que Adén seja hoje um dos mais firmes aliados de Moscou na região?

— Isso não nos preocupa. O que é realmente importante é que os dirigentes dos dois Iêmen desejam sinceramente a unidade política e administrativa de ambos os países.

"A unidade será feita pelo povo"

O projeto de união dos dois Iêmen já custou a vida de dois presidentes norte-iemenitas: Ibrahim el-Hamdi, assassinado em 1977, e do seu sucessor, Al-Ghashmi, morto numa explosão de uma maleta cheia de explosivos. O senhor não teme que esse novo projeto possa matar mais dirigentes?

— Essas são as versões que circulam, mas até hoje ninguém conseguiu provar ser esse o móvel dos crimes. No que nos diz respeito, estamos muito tranquilos e podemos garantir que conseguiremos a unidade.

Mas, com quem fazer isso? Com o ex-presidente Ali Nasser Mohammed, que atualmente vive aqui em Sana'a, ou com os atuais dirigentes de Adén?

— A unidade entre os dois povos não é um assunto de pessoas, nem de grupos políticos. Nós a faremos com aqueles que queiram realizá-la. O principal agente será o nosso povo.

No hospital militar de Sana'a está sendo atendido atualmente um certo número de soldados norte-iemenitas que teriam sido feridos na frente iraquiana. Quantos solda-

dos do corpo expedicionário norte-iemenita estão no Iraque?

— Não existe um corpo expedicionário. Os internos no hospital militar são simplesmente voluntários que se ofereceram para ajudar seus irmãos iraquianos em dificuldades. Foram feridos lutando pela causa árabe.

Mas dizem que no Iraque há mais de cinco mil soldados norte-iemenitas...

— Não posso lhe responder. Alguns norte-iemenitas se engajaram no exército iraquiano, é verdade, mas ignoro quantos são.

A Líbia parecia disposta a solicitar apoio militar norte-iemenita depois das sérias derrotas sofridas pelo exército de Kadhafi no Chade. Que atitude vocês adotariam?

— É muito simples. Se o Chade chegasse a ameaçar a integridade territorial da Líbia, nós interviríamos em apoio ao coronel Kadhafi.

Aouzou, para nós, é intocável. É parte integrante do Estado líbio e da nação árabe. O Iêmen do Norte é uma república árabe e como tal tem o dever de defender com todos os seus meios a integridade dessas nações.

A.B.M.

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

Acerte sua vida.



Prêmios para quadra, quina, Sena, Sena anterior

Acerte na Sena.



e Sena posterior. Aposta única: 60 cruzados.

Todo mundo está perguntando. SENA? O que é SENA? É o rio da França? É cena de filme? Não é nada disso. SENA é uma nova Loteria de Números, onde você só pode apostar 6 números. O que dá a todo mundo as mesmas chances de ganhar. Quem acerta os 6 números sorteados faz a sena. E fatura milhões de cruzados. Ganha também quem fizer a **quadra**, a **quina**, a **sena anterior** e a **sena posterior**. Sena anterior é o acerto de cada um dos números imediatamente anteriores a cada um dos números sorteados. Sena posterior é o acerto de cada um

dos números imediatamente posteriores a cada um dos números sorteados. Veja o quadro.

COMO CONFERIR SEU JOGO EXEMPLO

DEZENAS SORTEADAS: 05 12 17 26 39 46

SENA ANTERIOR	SENA	SENA POSTERIOR
04	05	06
11	12	13
16	17	18
25	26	27
38	39	40
45	46	47

Fácil, não? Assim, todo mundo que vivia raspando a sorte tem agora mais chances de ganhar. Também pode ocorrer da SENA acumular. Tanto na sena como na sena anterior e na sena posterior. Não se esqueça. Você tem a semana inteira para apostar. E o sorteio é toda segunda-feira. Ficou mais fácil acertar sua vida. Acerte na SENA.

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**



Uma receita de sucesso com sabor popular



A São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos produz e distribui alimentos de preparo fácil e paladar bem ao gosto da gente.

Com tecnologia avançada, é líder absoluto do mercado por traduzir as necessidades dos consumidores, contribuindo para melhorar a sua alimentação e fomentar o desenvolvimento na área de sua atuação.

PRODUTOS SÃO BRAZ:

uma família que presta muitos benefícios aos seus consumidores.

Vitaminas, proteínas, calorias e sais minerais presentes nos produtos São Braz constituem uma saudável fonte de energia para os seus consumidores.

Farináceos, açúcares e temperos formam uma verdadeira família, cujo principal objetivo é o de estar sempre presente à mesa dos seus consumidores, com alta qualidade e baixo custo, respeitando os hábitos alimentares de cada região. Contribuir para a alimentação de um povo é sempre um empreendimento muito gratificante para a São Braz, uma empresa voltada para os processos de alimentação em grande escala.



SÃO BRAZ S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Tel. (083) 321-2044 • Telex (083) 2227
Campina Grande - Paraíba - Brasil

MALÁSIA

Cresce a onda repressiva

Usando como pretexto os conflitos raciais, o governo reprime a ação da imprensa e dos militantes e dirigentes da oposição

Reuter

Bill Hinchberger

Durante os últimos meses, o governo da Malásia deteve cerca de 100 pessoas, inclusive militantes e acadêmicos vinculados à defesa dos direitos civis, a organizações de proteção aos consumidores, movimentos sindicais, organizações comunitárias e de defesa do meio ambiente, assim como dirigentes de vários partidos políticos. Três jornais – inclusive o influente *The Star*, o mais lido entre os jornais de língua inglesa – foram proibidos e suspensas as autorizações da polícia para a realização de reuniões públicas, seminários, assembléias e manifestações.

O governo sofre a crescente pressão de uma ala dissidente dentro do seu partido – a Organização Nacional de Malaio Unidos (UMNO) – e dos setores de oposição independentes, parecendo ter escolhido o problema racial (um tema que divide a sociedade malaia) como trunfo na tentativa de ficar no poder. Dos 16 milhões de habitantes que vivem nesse arquipélago vizinho à Indonésia, 48% são de origem étnica malaia, 33% chinesa, 10% indiana e 8% de população autóctone.

O primeiro-ministro Mahathir Mohammed acusou os detidos de terem tornado públicos problemas que tocam fundo no sentimento da população e, em consequência, terem acirrado os conflitos entre os malaio e não-malaio (particularmente com a minoria de origem chinesa). O governo afirma que as medidas de segurança são necessárias para impedir o confronto racial.

A provocação partiu do governo

Ironicamente, parece que existem elementos dentro do governo do pri-



Um soldado é detido depois de matar uma pessoa, num bairro sensível aos conflitos raciais

meiro-ministro Mahathir Mohammed que estimulam os conflitos étnicos. Vários dirigentes da coligação do governo lideraram uma manifestação de 30 mil pessoas para denunciar o descontentamento da minoria chinesa pela nomeação, para suas escolas, de professores e diretores que não falam o seu idioma.

Um telegrama publicado no semanário londrino *The Guardian* cita um diplomata ocidental que afirma: "Sem dúvida, os agitadores pertencem ao governo e deixaram que o conflito acontecesse para salvar a própria pele". A coligação UMNO foi abalada por grandes divergências internas durante os últimos meses, que colocou a facção liderada pelo primeiro-ministro Mahathir – conhecida como Equipe "A" – contra

um grupo rival liderado pelo ex-ministro da Economia, Tengku Razaleigh, a Equipe "B". Esta última facção não acatou o resultado da eleição partidária através da qual Mahathir conseguiu a presidência da UMNO, pela pequena margem de 40 votos num total de 1.500 delegados. O problema foi apresentado à justiça pelos inconformados, que denunciaram a atitude anti-regulamentar de certos funcionários do partido e a eleição ilegal de delegados para a convenção partidária.

A corrupção oficial

Outro episódio desgastante para o governo foi o ganho de causa do líder da oposição Lim Kit Siang num proces-

so para impedir a concessão de um projeto de construção de uma estrada, orçada em 1 bilhão e 500 mil dólares, a uma empresa de propriedade da UMNO. Outros dirigentes da oposição se juntaram à ação judicial de Lim, questionando os termos leoninos do contrato que afetaria as finanças públicas, ao impor enormes riscos e responsabilidades ao Estado. Os opositores denunciaram também a forma secreta como foram realizadas as negociações e a falta de ética do caso.

Tanto Lim como seu advogado Karpal Singh, integrante da UMNO, figuram entre os detidos pelo governo, junto com os militantes que mais ativamente denunciaram o projeto. Trinta e três parlamentares também foram presos, incluindo sete integrantes do partido de oposição Ação Democrática, representante da comunidade chinesa. Os mais importantes partidos políticos não foram poupados na repressão desencadeada pelo governo. Tanto a UMNO como a Associação Sino-Malaia – representante político da minoria chinesa dentro da coligação do governo – e o Partido Islâmico Pan-Malaio (oposição) foram atingidos pelas medidas. Um jornal controlado pelo governo comentou que “as detenções abrangeram o mais amplo espectro dos críticos mais persistentes do regime e ativistas políticos”.

Atingir os defensores dos pobres

Possivelmente os mais atingidos têm sido os ativistas ligados aos grupos que defendem mudanças econômicas e sociais e ajuda à população indígena e aos setores mais pobres. Entre os detidos estava a advogada Meenakshi Raman, assessora jurídica da Associação de Consumidores de Penang e dos Amigos da Terra Malaia (FEM), que defendeu dois casos que se tornaram sérios problemas para o governo. O primeiro foi o caso Bukit Merah, onde 20 mil moradores dessa localidade moveram uma ação contra a empresa japonesa Asian Rare Earth – com participação igualitária de capital nacional – para impedir que ela continue produzindo rejeitos radioativos. Os moradores conseguiram uma medida cautelar provisória, que ordena a paralisação da produção dos rejeitos enquanto o tribunal continuar examinando a questão para pronunciar-

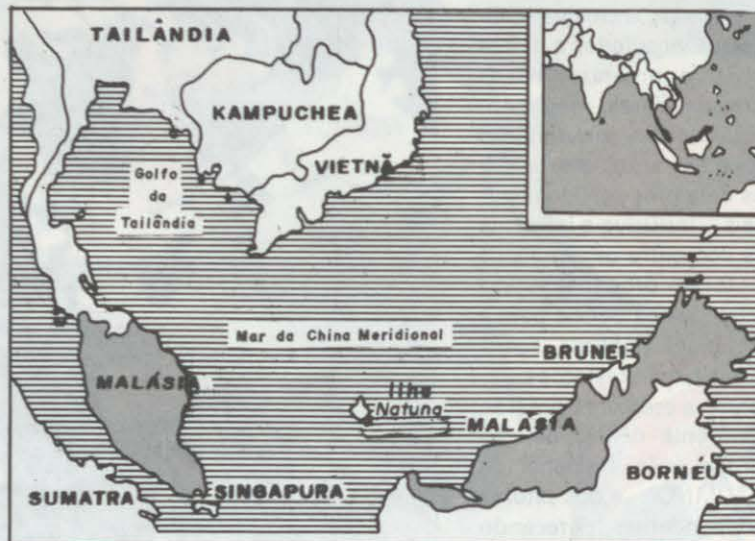
se definitivamente. No segundo caso, a advogada defende sete mil agricultores e suas famílias contra latifundiários e especuladores que pretendem expulsá-los da zona agrícola de Penang.

Entre os detidos também figuram Harrison Ngau, dirigente da FEM no estado de Sarawak (Bornéu), que assessorou as comunidades tribais em sua luta para impedir que fossem despejados de suas terras ancestrais pelas companhias madeireiras, e Chandra Muzaffar, presidente da Aliran – uma organização que luta pelos direitos humanos e civis – que denunciou a corrupção do governo e seus abusos de poder. Do total de detidos, 11 já foram

preso pela última vez em 1976, quando ocorreu um sério conflito interno, depois da morte do primeiro-ministro Tun Razak. Naquela oportunidade, foram presos dois secretários de Estado pertencentes ao partido do governo e vários dirigentes de outros partidos políticos.

Quando o atual primeiro-ministro Mahathir assumiu o governo, em 1981, prometeu liberar os presos políticos e democratizar a vida do país. Porém, uma série de leis repressivas, além do Decreto de Segurança Interna, continuam em vigor: a permissão que os jornais diários devem requerer a cada ano para continuar saindo; o registro das

Adérito



A Federação da Malásia (329.749km²) está integrada pela Malásia Peninsular e os estados de Sarawak e Sabah, na parte norte da ilha de Bornéu. Sua população total é de 14.860.000hab.

libertados (inclusive a advogada Meenakshi Raman), sendo que Chandra Muzaffar teve negado o seu pedido de habeas-corpus pelo Supremo Tribunal da Malásia.

Há pouco tempo, a Aliran pediu a formação de uma comissão para revisar a Constituição do país, uma medida que foi interpretada como um ataque ao governo do primeiro-ministro Mahathir. Entre os jornais afetados – além do *The Star* – figuram o quinzenário no idioma malaio *Watan* e o diário *Sin Chew Jit Poh*, da comunidade de língua chinesa.

Estado de sítio

As detenções foram efetuadas com base no Decreto de Segurança Interna do Estado, que permite a reclusão de pessoas por tempo indeterminado, sem processo judicial. Esse decreto foi apli-

organizações políticas; limitações ao direito dos trabalhadores se organizarem e restrições ao direito de greve; a proibição de realizar reuniões públicas sem autorização policial e manifestações durante a campanha eleitoral.

Em meados de novembro do ano passado, o governo da Malásia propôs uma emenda à Lei de Imprensa no sentido de aumentar ainda mais as restrições à ação no país de agências noticiosas nacionais e estrangeiras.

Os observadores estrangeiros consideram que os dirigentes da UMNO, ao provocarem os distúrbios raciais, estão “estimulando o conflito para obrigar o governo a declarar o estado de emergência”. A partir daí, Mahathir e seus seguidores poderiam prescindir da justiça e reprimir ainda mais violentamente seus críticos para assegurar a continuidade da Equipe “A” no poder. ●

CONFERÊNCIA DE ACAPULCO

Reuters



A conferência presidencial de Acapulco: boas intenções, que definirão em grande medida, o futuro da dívida externa latino-americana

A união faz a força

A criação de um instrumento de consulta e de acordo político pode ter uma influência determinante sobre os problemas econômicos latino-americanos, particularmente sobre a dívida externa

Pablo Piacentini

Os presidentes de oito países latino-americanos (que têm duas coisas em comum: serem democráticos e estarem entre os maiores devedores do mundo) tomaram decisões que poderiam ser a base para a solução dos seus gigantescos débitos. Os ban-

cos credores, no entanto, cujos interesses seriam afetados pelas medidas, reagiram com calma e consideraram que as decisões afastavam os temores sobre a formação de um "clube de devedores", que pudesse impor uma solução unilateral do problema. Essa contradição sugere a dificuldade para analisar os efeitos reais dos acordos sobre a dívida, assinados a 29 de novembro último, em Acapulco, pelos chefes de Estado da

Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

Do ponto de vista político, a reunião – a primeira desse tipo realizada à margem dos Estados Unidos e da Organização dos Estados Americanos (OEA) – foi considerada um passo histórico em relação aos objetivos de independência e integração da região latino-americana. Porém, no caso específico da dívida, um dos principais temas em discussão, esse



Alan García: suas audaciosas propostas não foram adotadas em favor da unidade

juízo é particularmente difícil. Em princípio, os oito países poderiam encontrar uma solução para a dívida, com a condição de concordarem num programa de ação e o aplicarem com vontade política firme e unânime.

O Grupo dos Oito totaliza 80% da população da América Latina e Caribe, três quartos do território e o grosso do endividamento da região (340 bilhões de um total de quase 400 bilhões de dólares).

Nessas condições, se os oito tivessem formado o tal "clube de devedores", tão temido pelos bancos comerciais dos Estados Unidos, que seria o setor credor mais afetado, certamente não haveria dúvidas a respeito dos resultados de Acapulco. Porque se trataria de um grupo que apresentaria um pacote de condições precisas e unilaterais, deixando para os seus interlocutores uma reduzida margem de negociação.

A arma das sanções

Essa fórmula poderia acarretar um confronto que, com certeza, teria levado

os bancos e o governo dos Estados Unidos a usar a arma das sanções econômicas.

Foi por isso que, na reunião do México, o presidente colombiano, Virgilio Barco – sem dúvida, o mais conservador dos oito –, defendeu posturas mais brandas e moderação no "compromisso de Acapulco pela paz, pelo desenvolvimento e pela democracia". E certamente ele o conseguiu.

Não satisfeita com isso, a delegação colombiana, depois das deliberações, emitiu um comunicado e, nesse documento inusitado, reivindicou para si uma influência chave nas resoluções, pois afirma que "a posição colombiana contribuiu decisivamente para que o estudo do assunto (a dívida externa) fosse equilibrado". Da mesma forma, rejeitou qualquer interpretação da reunião como um precedente para a formação unilateral de um suposto bloco de países devedores.

Assim, algumas das reivindicações mais claras, defendidas pelo presidente peruano, Alan García, foram diluídas em favor da unidade. Talvez tenha sido

isso que acalmou os banqueiros, preocupados com a possibilidade de que prevalecessem posturas mais duras.

É fato, no entanto, que as resoluções de Acapulco traçam um diagnóstico correto da situação, da mesma forma como enumeram os princípios para uma solução do problema. Em primeiro lugar, invocam a co-responsabilidade das partes no endividamento. Já que a dívida se agigantou até tornar-se intolerável e inviável, devido a decisões alheias aos recebedores dos empréstimos – em particular, o efeito multiplicador dos exorbitantes aumentos dos juros norte-americanos –, a co-responsabilidade significa que todas as partes envolvidas devem compartilhar os sacrifícios.

Agora, os presidentes vão orientar seus ministros para que prossigam as negociações, baseadas no princípio da co-responsabilidade. Não se trata de um clube ou de um bloco, já que se fala, exatamente, de negociação e de acordo entre as partes. No entanto, cabe perguntar qual será a resposta dos países latino-americanos se os bancos e governos credores respondem com negativas ou com posições que reiterem os termos já conhecidos. Isto é, pagar a totalidade do principal e dos juros acumulados, sem maiores concessões do que as relativas às renegociações que se sucederam nos últimos anos.

Desse ponto de vista, as perspectivas de acordo parecem pequenas, pois, no conteúdo, as posições são opostas. De fato, os oito afirmam que se deve limitar o "serviço da dívida à real capacidade de pagamento de cada país" e que esse custo deve ser compatível com o desenvolvimento econômico das nações. Sabe-se que o serviço da dívida – amortização mais juros – excede amplamente essa capacidade. Os países endividados só conseguem pagar os juros, graças à concessão de novos empréstimos. Enquanto isso, todas as partes – inclusive os banqueiros – sabem que a devolução do principal está fora da realidade. Portanto, esse princípio implicaria uma importante modificação no tratamento do problema.

A diminuição da carga

O documento de Acapulco menciona as fórmulas concretas que deveriam ser

aplicadas. Em primeiro lugar, a redução do montante dos créditos, que deveriam se relacionar com o mercado secundário, ou seja, com os valores pelos quais os títulos da dívida são negociados no mercado. Como esse valor comercial é aproximadamente a metade do valor nominal, a aplicação desse princípio implicaria uma diminuição substancial da carga financeira.

Um outro aspecto capital da questão é a redução dos juros. É evidente que a diminuição do montante, juntamente com a redução dos juros, constituem os únicos termos em que parece concebível a solução do endividamento.

A flexibilidade das formas não deve esconder a dureza das opções que se delineiam. Se o setor bancário reiterar sua negativa em reduzir o montante e

em revisar e programar os juros, estará, de fato, recusando a proposta feita em Acapulco.

Nesse caso, a própria dinâmica dos fatos pode levar a um endurecimento dos oito na reunião que realizarão no segundo semestre de 1988. Presume-se que esse encontro ocorrerá depois das negociações ministeriais e que a atitude e a disponibilidade de todas as partes já estarão, então, definidas. Na realidade, os presidentes prevêem que o conflito se precipite e que alguns países optem pela imposição de soluções unilaterais. Um trecho importante do documento de Acapulco diz:

"Se não se concretizarem oportunamente os avanços pretendidos, alguns países, à luz de suas próprias circunstâncias, poderão se ver obrigados a to-

mar medidas unilaterais para limitar o serviço da dívida de forma coerente com as suas necessidades de desenvolvimento. Nesse sentido, expressamos nossa solidariedade com os países que, no exercício de sua soberania, tomarem medidas para limitar o serviço de sua dívida à sua capacidade de pagamento."

No decorrer de 1988, serão esclarecidas as incógnitas e as dúvidas que foram colocadas depois das deliberações de Acapulco. Consiga-se ou não uma solução para o endividamento, as posições respectivas estarão mais nítidas. Pelo menos nesse sentido, deve-se reconhecer que o Grupo dos Oito discutiu o assunto em termos que exigem definições, criando um instrumento de consulta e de acordo político que não existia.

NOTAS

MÉXICO: AUSTERIDADE PARA PAGAR OS BANCOS

No final do ano passado, o governo do presidente Miguel de la Madrid anunciou o chamado "Pacto de Solidariedade Econômica", acertado com os empresários e com as organizações que congregam os trabalhadores mexicanos. O acordo prevê a execução de medidas de austeridade econômica, com as quais se pretende conter a inflação, que chegou a 150% em 1987.

O plano corresponde à típica receita orientada pelo FMI: desvalorização da moeda nacional (o peso mexicano) frente ao dólar norte-americano; aumento substancial das tarifas dos serviços públicos (84% de aumento para a energia elétrica, 85% para o serviço telefônico e 17,2% para os trens); aumento do preço da gasolina e outros derivados do petróleo (85% para a nafta e 79% para os fertilizantes) e um virtual congelamento dos salários (aumento de apenas 15%), a fim de reduzir o poder de compra da população.

A característica desse "pacto de solidariedade" é que ele acabou sendo tão pouco "solidário", que alguns dos que o assinaram começaram a criticá-lo assim

que as primeiras medidas foram tomadas.

O plano se propõe a reduzir os gastos públicos. Para isso, o orçamento de investimentos do Estado serão reduzidos em 20,5%, em 1988, e várias empresas do setor público serão privatizadas, em particular as do setor açucareiro, construção naval e mineração.

Dezessete engenhos de açúcar, três estaleiros e um número não-determinado de empresas mineradoras serão colocadas à venda e, no setor energético, a companhia paraestatal "Petróleos Mexicanos" reduzirá o ritmo da construção da segunda etapa de uma de suas refinarias, sendo cancelado o projeto de uma outra.

Para muitos políticos da oposição e meios de comunicação, não se trata de um mecanismo sério destinado a corrigir distorções na economia do país, mas sim de um concessão ao setor privado, em detrimento dos trabalhadores.

Um dirigente do Partido Socialista Mexicano (PSM), o ex-candidato Heberto Castillo, afirmou que as medidas, longe de deter a inflação, só conseguirão desencadear uma nova etapa recessiva.

ARGENTINA: AUMENTAM AS FALÊNCIAS E O DESEMPREGO

Uma análise de uma universidade argentina revelou que as falências e recursos preventivos de credores afetaram, em 1987, 1.308 firmas do país, quase 80% a mais do que em 1986. A bancarrota de empresas foi atribuída à recessão que afetou a atividade econômica em 1987, devido à forte queda da demanda interna. O relatório indicou, além disso, que os altos rendimentos no mercado financeiro - que nos últimos anos chegaram a 20% - desviaram fundos do setor produtivo para as operações bancárias.

A capacidade produtiva ociosa chegou a 40%, em média, nos diversos ramos, durante o último trimestre do ano anterior e o desemprego e o subemprego aumentaram 5,2% e 7,8%, respectivamente. Uma comparação com o mesmo período de 1986 projeta um crescimento de 0,7% nos índices de desemprego e de 1,5% nos de subemprego.

A população economicamente ativa em Buenos Aires e nos subúrbios é de quatro milhões e 200 mil pessoas, das quais 218 mil estão desocupadas e 328 mil subempregadas.

MOÇAMBIQUE



A importância da água para o ser humano é o assunto do vídeo moçambicano premiado na Somália

Medalha de ouro para vídeo

Fruto do esforço em formar quadros na área do vídeo, surge um filme didático, quase sem uso da linguagem oral, que recebeu seu 2º prêmio internacional

Etevaldo Hipólito

O vídeo moçambicano "O poço" acaba de receber mais uma consagração internacional. Da primeira vez, isso ocorreu no Brasil, durante o 3º Festival Internacional de Cinema e Vídeo, em 1986, no Rio de Janeiro. Os jurados dessa mostra concederam um prêmio especial pelos esforços feitos para estabelecer formas de comunicação por meio de imagens nas zonas rurais.

O novo prêmio – medalha de ouro, equivalente ao 1º lugar – aconteceu na Somália, em outubro do ano passado, por ocasião da concorrida Mostra Pan-Árabe de Filmes Africanos. O encontro

teve o patrocínio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e contou com a participação de 45 países. O segundo lugar foi atribuído ao filme "O Mundo", do realizador Pierre Yameogo, de Burkina Faso.

"O poço", um vídeo experimental de 20 minutos, foi produzido pelo Gabinete de Comunicação Social (GCS), uma instituição que conta com o auxílio do Unicef, com o objetivo de apoiar programas de educação sanitária do Ministério da Saúde. Seu tema básico é a importância da água para o ser humano e os consequentes cuidados que a comunidade deve tomar em relação à proteção das fontes e nascentes, ao transporte e armazenamento desse líquido indispensável à sobrevivência do homem. Tudo isso é transmitido por imagens gravadas

nos arredores de Maputo, a capital moçambicana. Os "atores" são pessoas oriundas do local.

Apenas num momento se utiliza a linguagem oral. É quando um agente da saúde explica, em português, a importância do poço para a vida da comunidade. Esse mesmo tema é retomado depois nas imagens que retratam incidentes em torno da fonte de água. Posteriormente, o Gabinete de Comunicação Social promoveu uma pesquisa junto ao público dos subúrbios, sobre a compreensão e retenção das mensagens divulgadas. Os resultados da análise demonstraram a existência de uma nítida predominância da imagem visual sobre a oral.

Esse dado é de extrema importância para Moçambique. À semelhança de

outros países africanos, a diversidade de idiomas, a falta de uma "língua franca" e o baixo índice de alfabetização colocam sérios obstáculos à comunicação com a população no seu conjunto. A experiência bem-sucedida de "O poço" indica a existência de alternativas para a solução desse problema.

Formação de pessoal

A realização de "O poço" situa-se no contexto de formação de quadros para o GCS, no setor de vídeo. "Desde a sua organização, há cerca de três anos, já foram produzidos mais de 150 filmes documentários", sublinha Licínio Azevedo, assessor técnico, encarregado da formação de pessoal e realizador desse filme. Depois de passar por um período de aprendizagem na produção, quatro trabalhadores moçambicanos foram estudar no Brasil, na Televisão Educativa, Rede Globo e Televisão Gaúcha, fazendo estágios nas seções de edição, reportagem, câmara e montagem.

Todos os vídeos produzidos apresentam conteúdos bem determinados, sempre relacionados com saúde, agricultura e formação de público próprio. Além da emissão através da televisão experimental, em Maputo, esses filmes



"O poço" mostra um claro predomínio da linguagem visual sobre a oral

são usados para a formação de quadros em cursos promovidos pelos ministérios da Saúde e da Agricultura.

O nível do trabalho desenvolvido nos documentários vem despertando interesse no exterior. Depois do trágico massacre de Homóine, perpetrado pelo Renamo e no qual morreram mais de 400 pessoas (ver *terceiro mundo* nº 102, p.11), emissoras de televisão da Inglaterra, Canadá, França e União Soviética,

entre outros, disputaram o material elaborado pela equipe do GCS. Outra produção de grande impacto no exterior é o vídeo "Os deslocados", de Horácio Comé. Inicialmente apresentado como um vídeo comum para a TVE, o documentário sobre o drama vivido por milhares de vítimas da guerra movida pela África do Sul contra Moçambique conquistou, pela sua qualidade, espaço próprio nas cadeias de TV europeias. •

NOTAS

MÉXICO: ACHADOS ARQUEOLÓGICOS

A partir desse mês, a área arqueológica de Ixtapa-Zihuatanejo, balneário do estado mexicano de Guerrero, ao sul do país, contará com mais uma atração turística, quando for franqueado ao público um centro cerimonial pré-hispânico e um museu, onde serão exibidas 900 peças arqueológicas.

A arqueóloga Elizabeth Palm, representante em Ixtapa do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), disse que nessa região do estado de Guerrero não se sabia, até dois anos atrás, da existência de civilizações autóctonas. Depoimentos dos habitantes do lugar permitiram realizar 55 achados arqueológicos.

ISABEL ALLENDE: "UM TERRÍVEL PARÊNTESES"

A escritora chilena Isabel Allende, em recente entrevista concedida na capital venezuelana, onde reside, negou-se a fazer previsões para este ano sobre as perspectivas democráticas em seu país de origem.

"Muitas coisas podem acontecer em 1988 e é difícil fazer profecias. A oposição está mais forte a cada dia que passa e, se medimos o futuro com a escala da nossa vida, é possível que ainda passem alguns anos mais, porém isso não quer dizer nada em relação aos séculos de vida do país. O destino do Chile é a democracia e este período que vivemos é apenas um terrível parêntese na sua existência."

SALVAR A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA

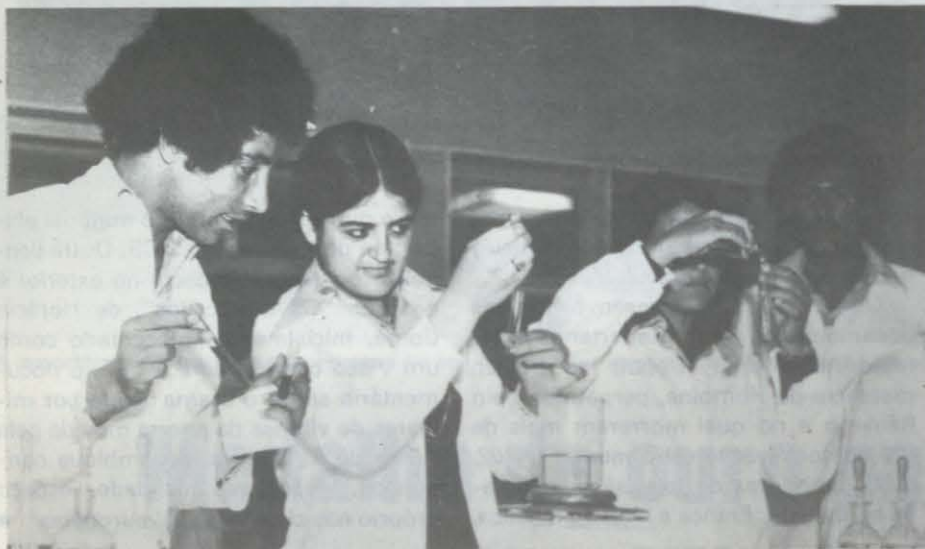
A Unesco acaba de lançar uma campanha para "o renascimento da biblioteca de Alexandria", no Egito, que teve o privilégio de ser a primeira biblioteca universal.

"A biblioteca de Alexandria necessita da ajuda de toda a comunidade internacional para recuperar sua dimensão como centro do pensamento universal: foi criada para coligir e conservar todos os escritos do mundo", afirmou em Paris um especialista.

Edificada na época dos Ptolomeus - dinastia grega do Egito helenístico -, a biblioteca de Alexandria sofreu grandes perdas num incêndio ocorrido no ano 47 antes de Cristo.

A lição das sementes

As transnacionais usarão os genes para continuar sua acumulação de poder e riqueza nos anos 90



A biotecnologia demonstra que, a nível genético, já não se diferencia um animal de uma planta

Maria Isabel Sanz

Os recentes avanços da biotecnologia e sua apropriação por parte das grandes empresas geram mecanismos de dominação mais poderosos que os estabelecidos pela "revolução verde", há 20 anos. A "revolução gênica" abre aos países industrializados infinitas possibilidades para vender seus produtos ao Terceiro Mundo; para substituir suas compras de matérias-primas provenientes dos países subdesenvolvidos; para submetê-los por meio da fome ou para combatê-los usando armas biológicas.

O alerta foi dado pelo professor canadense Patrick Mooney no plenário do XII Seminário Panamericano de Sementes, realizado recentemente no Uruguai. O plenário foi composto por

300 delegados de países da região e de organismos nacionais e internacionais, na sua maioria representantes de empresas como Ciba-Geigy ou Pioneer. Na exposição, onde havia estandes de firmas uruguaias e transnacionais vendedoras de sementes e agrotóxicos, o clima do seminário foi de preocupação em fechar negócios particulares e fazer cortatatos pessoais para conseguir convites de viagem ao estrangeiro ou cargos muito cobiçados.

As acusações de Mooney carregaram o ambiente de tensão. Só um grupo menor de estudantes e profissionais uruguaios se preocupou em divulgar suas denúncias e o convidou para uma palestra no anfiteatro da Faculdade de Agronomia.

Barreiras rompidas

A biotecnologia e, em particular, a

engenharia genética, permitem fazer combinações de características animais ou vegetais que rompem as barreiras interespecíficas e que, portanto, jamais poderiam ter ocorrido na natureza. O gene que determina a fosforescência do vagalume foi transferido, com sucesso, para o tabaco, por cientistas da Universidade da Califórnia. Agora, pode-se ver a plantação brilhando à noite. Cientistas canadenses conseguiram incorporar genes do rato em plantas de aveia, melhorando a absorção de água por parte do cultivo. Gens humanos foram transferidos para leitões com bons resultados, pois permitiram aumentar a produção de presunto.

Essas experiências demonstram que, a nível genético, já não se pode distinguir uma planta de um animal ou microorganismo. É possível realizar qualquer combinação e produzir seres vivos de qualquer tipo.

A "revolução verde", iniciada na década de 60, centrou-se no trigo, no milho e no arroz, que constituem 75% da dieta mundial de cereais.

A "revolução gênica" permite dominar qualquer combinação de plantas, animais ou microorganismos. Na revolução verde, trabalharam 830 cientistas, na gênica trabalharam cinco mil. Na revolução verde foram investidos 330 milhões de dólares por ano, enquanto na revolução gênica, até 1980, já se tinha investido 12 bilhões de dólares.

O melhor negócio

Segundo Mooney, no início da década de 70, a Shell, a Mobil Oil e a British Petroleum fizeram consultas ao Instituto de Tecnologia de Massachussets

sobre a conveniência de investir em novas áreas de tecnologia. A resposta foi o fornecimento de genes de animais e plantas. Pode-se esperar a expansão do mercado de sementes para mais de 50 milhões de dólares e, como se isso não bastasse, as aplicações agrícolas das novas tecnologias poderiam abrir novas áreas de mercado capazes de captar 100 bilhões de dólares adicionais por volta do final do século.

Calcula-se, por exemplo, que através de técnicas de cultura de tecidos celulares se poderá expandir a produção da cana-de-açúcar das 70-90 toneladas por hectare atuais para 150-200 toneladas por hectare, e a produção de tomate, de 20-40 para 60-100 toneladas por hectare.

Porém, às transnacionais não interessa desenvolver variedades de plantas que cresçam sem necessidade de fertilizantes, de rega ou de pesticidas. Ao contrário, não procuram fortalecer a resistência das plantas às pragas e sim aos pesticidas. As companhias transnacionais estão desenvolvendo 79 projetos para dar a diferentes culturas a resistência aos pesticidas. Se a Ciba-Geigy conseguir desenvolver uma variedade que sobreviva à atrazina, o mercado para esse pesticida será aumentado em mais de 125 milhões de dólares por ano. Se a companhia Monsanto conseguir criar uma cultura resistente ao glifosfato, aumentará seu mercado em 150 milhões de dólares. O mercado para variedades resistentes a pesticidas está estimado em 3,1 bilhões de dólares por ano para meados da próxima década e em seis bilhões para o ano 2000.

É muito mais barato adaptar uma planta a um produto químico do que fazer a operação inversa. Produzir uma nova variedade custa dois milhões de dólares. Encontrar a fórmula de um novo herbicida custa 40 milhões de dólares. Não é por acaso que das dez empresas que controlam o mercado mundial de sementes, oito sejam ao mesmo tempo produtoras de agrotóxicos; e que das dez empresas que encabeçam o ranking como vendedoras de agrotóxicos tenham, sem exceção, interesses e atividades no ramo da produção de sementes. Desde o final da década de 60, as empresas que tiveram maior influência na compra de firmas produtoras de sementes foram exatamente as petroquímicas e as farmacêuticas.

A nova estratégia das companhias está orientada à produção de embriões. São vendidos protegidos por pequenas cápsulas que contêm fertilizantes, fungicidas e herbicidas, prontos para serem colocados na terra. Esse procedimento já é usado para o aipo, tomate, cenoura e pimentão, já estando em estudo para trigo, cevada e sorgo. O agricultor não terá alternativa: se verá obrigado a comprar tudo junto.

Em outubro de 1986, os agricultores sudaneses estavam voltados para a introdução da goma arábica no mercado.

tados Unidos trabalha agora num mapeamento detalhado do genoma humano, em que já investiu três bilhões de dólares. A pesquisa objetiva identificar cada um dos pontos que afetam as características humanas. Dessa forma, poderão ser desenvolvidas doenças que afetem um só grupo étnico, um só sexo ou, mais especificamente, um único grupo de idade para determinado sexo dentro de um grupo étnico, afirmou o Departamento de Energia que, por outro lado, admitiu o objetivo bélico dos estudos.

Hélio Santos



Das 10 empresas que controlam o mercado de sementes, oito produzem agrotóxicos

Em outubro passado, quando se preparavam para começar a coleta, uma companhia novaiorquina anunciou que tinha desenvolvido um processo industrial para produzir goma natural, inclusive de melhor qualidade do que a do campo. De um dia para o outro, o terceiro produto de exportação do Sudão foi eliminado do mercado.

Em novembro do ano passado, os produtores de baunilha de Madagascar buscavam compradores. Setenta mil agricultores da ilha perderam sua principal fonte de renda, quando uma companhia do Texas pôs em prática um processo para a produção de baunilha natural em laboratório. Atualmente, é possível técnica e economicamente para o mundo industrializado substituir 14 bilhões de dólares, gastos em importações de matérias-primas provenientes dos países subdesenvolvidos.

Guerra biológica

O Departamento de Energia dos Es-

Mas na guerra biológica o maior perigo reside no ataque às plantações. Se milhares de pessoas morrem na Nicarágua por causa de uma determinada doença, a opinião pública vai perguntar o que acontece. Mas se as culturas de café ou algodão se perdem por causa de alguma praga, o governo sandinista pode cair sem que ninguém possa provar que houve intervenção externa.

Os Estados Unidos destinaram 34 milhões de dólares à "defesa" contra a guerra biológica em 1986. Cabe destacar que os meios de defesa contra a guerra biológica são os mesmos meios utilizados para as agressões.

Quando perceberam que, para dominar o mundo, se tem que manipular a vida e que os genes são suas alavancas de controle, as transnacionais se apressaram em monopolizar os recursos genéticos. Para se apropriarem desses materiais, recorreram aos sistemas de direitos autorais e patentes.

Já em 1830, o papa Gregório IV tinha tentado estabelecer direitos de proprie-

dade sobre todas as plantas dos jardins papais. Mas o primeiro passo nesse sentido foi de Hitler na Alemanha: em 1934, deu impulso a um sistema que concedia aos criadores direitos mais ou menos exclusivos para fixar as condições de multiplicação e venda sobre os produtos de valor especial.

Mas somente em 1961 – proclamado pela FAO como o ano Internacional da Semente –, foi que se realizou em Paris a Convenção para a Proteção de Novas Variedades de Plantas. Nessa ocasião, concordou-se em criar a União para a Proteção das Conquistas com Vegetais (Upov), firmado inicialmente pela Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos e Itália, ao qual posteriormente se juntaram a Dinamarca, Reino Unido, Suécia e Suíça. Desde então, a Upov promove o reconhecimento de direitos de propriedade sobre as novas variedades vegetais, alegando que os custos de pesquisa e produção no melhoramento genético devem ser recuperados, e que já que se produzem materiais de grande utilidade para o mundo, esse serviço deve ser remunerado.

A política central da Upov consiste em dar força à adoção do sistema de direitos de propriedade do criador em todos os países do mundo e uniformizar os critérios no campo da pesquisa para registro vegetal e fixação de tarifas. Os representantes oficiais da Upov visitam periodicamente a América Latina para fazerem promoção do seu sistema. Já em 1980 começou a divulgar seus modelos de lei especialmente formulados para o Terceiro Mundo.

Segurança alimentar ameaçada

Os meios alimentares serão para a década de 90 o que a energia foi nos anos 70 e 80, afirma o diretor da Occidental Petroleum. Os consultores dessa empresa de Chicago defendem que os produtos agropecuários representam um mercado em potencial dez vezes maior que o dos produtos farmacêuticos. As transnacionais sabem disso.

Nos Estados Unidos não se dá importância à crescente tendência à fusão de empresas porque agora ocorrem duas mil fusões ao ano e não mais seis mil, como na década passada. Mas, em 1973, o valor das fusões era de 11,8 milhões de dólares por ano e, em 1986, foi

de 200 milhões de dólares. Das 50 maiores companhias presentes no mercado de alimentos em 1979, só restam 30. As menores foram incorporadas pelas empresas líderes. (ver **terceiro mundo nº 91**)

As principais empresas do ramo de sementes do mundo são, por ordem de importância – segundo dados proporcionados por Enrique Estramil, pesquisador de fitotécnica da Faculdade de Agronomia do Uruguai: Royal Dutch

Hélio Santos



Alimentos: o potencial do futuro

Shell, Pioneer Hi-Bred, Sandoz, Cardo, Dekalb-Pfizer e Ciba-Geigy. Esta última também é a segunda no *ranking* mundial de empresas vendedoras de pesticidas; a Shell, a terceira, e a Sandoz ocupa o 19º lugar. A partir de fins da década de 60, a Shell comprou 68 empresas produtoras de sementes, a Pioneer 39, a Sandoz 37, a Cardo 39, a Dekalb 34 e a Ciba-Geigy 26.

Empresas desse tipo se apoderaram de segmentos cada vez maiores dos recursos genéticos sobre os quais se baseia a segurança alimentar mundial, presente e futura.

Alternativas, hoje

A Nicarágua e a Etiópia são dois bons exemplos de países do Terceiro Mundo que conseguiram estabelecer políticas próprias para contrabalançar o poder das transnacionais no controle dessa matéria-prima estratégica.

A Nicarágua destina à conservação gênica mais da metade dos recursos que canaliza para a agricultura. Gasta mais em coleta de material genético que o Brasil. Sabe que disso depende sua segurança alimentar. Quando os Estados Unidos impuseram o embargo alimentar ao regime de Manágua, os nicaraguenses se deram conta de que tinham que alcançar a auto-suficiência nesse campo. Os técnicos começaram a trabalhar junto aos produtores na coleta de numerosas espécies vegetais. Tradicionalmente importadora de semente de feijão, a Nicarágua conseguiu exportar diversas variedades desse grão num período de dois anos. Os cientistas nicaraguenses agora trabalham na cultura de tecidos celulares para o desenvolvimento de novas variedades de exportação e iniciaram a coleta de variedades de espécies medicinais que até hoje só existem em estado silvestre.

A Etiópia sofreu uma dura lição da natureza a respeito das possibilidades da revolução verde. Um milhão de pessoas morreram de fome em 1985 por causa de uma seca. As secas são frequentes na Etiópia, mas não a fome desse tipo, porque o país sempre tinha podido manter uma boa reserva de grãos. A fome aconteceu porque o milho híbrido praticamente não cresceu nos últimos anos. A razão? Precisa-se de grandes quantidades de água para alcançar a grande produção anunciada. O trigo não produziu absolutamente nada.

Só os agricultores que semearam suas próprias sementes de sorgo e milho – de baixo rendimento produtivo mas adaptados às condições climáticas da Etiópia – tiveram o que comer. A morte chegou até onde havia chegado a revolução verde.

Durante essa seca, fez-se uma grande coleta das variedades nativas que, naquele momento, estavam sendo cultivadas. Os cientistas trabalharam com os agricultores nas zonas onde o flagelo foi mais terrível, para garantir que a coleta fosse a mais ampla possível. Hoje, o país mais pobre do mundo tem o maior banco de genes do planeta. Criou 12 centros regionais de regeneração, para colocar à disposição dos produtores de suas próprias sementes.

SUPLEMENTO

BRASIL

O cuidado com o meio-ambiente é uma preocupação generalizada na sociedade, embora a prática do preservacionismo não lhe corresponda ainda em intensidade. A Amazônia ocupa lugar de destaque, tanto no nível de preocupação, quanto na falta de prática, o que está propiciando o surgimento de condições, que tornarão desérticas áreas até há pouco cobertas por densas florestas. A lentidão do machado cedeu a vez à voracidade das queimadas e das moto-serras, o capim sucede às árvores, planos de exploração de recursos minerais envolvem o consumo desenfreado de árvores transformadas em carvão. O vasto organismo amazônico – com influência no clima de todo o planeta – já começa a tossir: áreas do Pará e Rondônia sofreram secas desconhecidas.

O que é a Amazônia para o Brasil? O cofre dos recursos que permitirão ao país dar o salto definitivo de seu desenvolvimento, caso a exploração daquelas riquezas se guie por critérios racionais, garante o geógrafo Orlando Valverde, cuja entrevista neste **Suplemento** alerta para os crimes contra a natureza, que acabarão por se voltar contra a economia, o clima e o futuro do Brasil.

Outro tema de importância nacional, nesta edição, refere-se ao debate sobre o setor ferroviário no país, que nas últimas décadas perdeu 11 mil quilômetros de linhas, situando-se hoje, proporcionalmente, entre os países mais desprovidos de estradas-de-ferro do mundo. Um destaque que está custando fortunas diárias em dólares, para subsidiar o óleo diesel que movimentava o transporte rodoviário por distâncias irracionais, sob fretes que encarecem em excesso os produtos, a ponto de afetar até mesmo a competitividade internacional das exportações. Luís Cesário Amaro da Silveira, presidente da Abifer, expõe os prejuízos que uma continuada política antiferroviária traz ao país.

Na área educacional, o novo reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ivo Barbieri, comenta os problemas que cercam o ensino superior brasileiro, a partir da experiência concreta da instituição que dirige. Outro assunto de grande significação social é a questão dos negros: frei Davi Raimundo fala do movimento negro na Igreja, enquanto mulheres negras discutem sua dupla condição de discriminadas, em congresso estadual.



A polêmica do trem

O Brasil desperdiça recursos e encarece as mercadorias ao abandonar as ferrovias
p. 48-52

A selva dá vez à seca

A devastação da Amazônia começa a gerar seus monstros e ameaça o aproveitamento das riquezas
p. 53-56

Os crimes do latifúndio

O assassinato de lavradores sem-terra e de suas lideranças têm julgamento simbólico na Bahia
p. 57

Universidade em tempo de degradação

Um reitor analisa sua universidade, que retrata os problemas da estrutura de ensino no país
p. 58-60

Janeiro

Acontecimentos do mês
p. 61-65

Negócio da China

Parlamentares nacionalistas alertam governo contra proposta lesiva à Petrobrás e à economia do país
p. 66

Cimi mantém expectativas

Apesar da frente conservadora, o Cimi acredita que Constituinte preservará principais sugestões populares
p. 66

Consciência negra na Igreja

Negros marcam sua presença na Igreja e repensam novos valores para a liturgia
p. 67-69

Apontando a discriminação

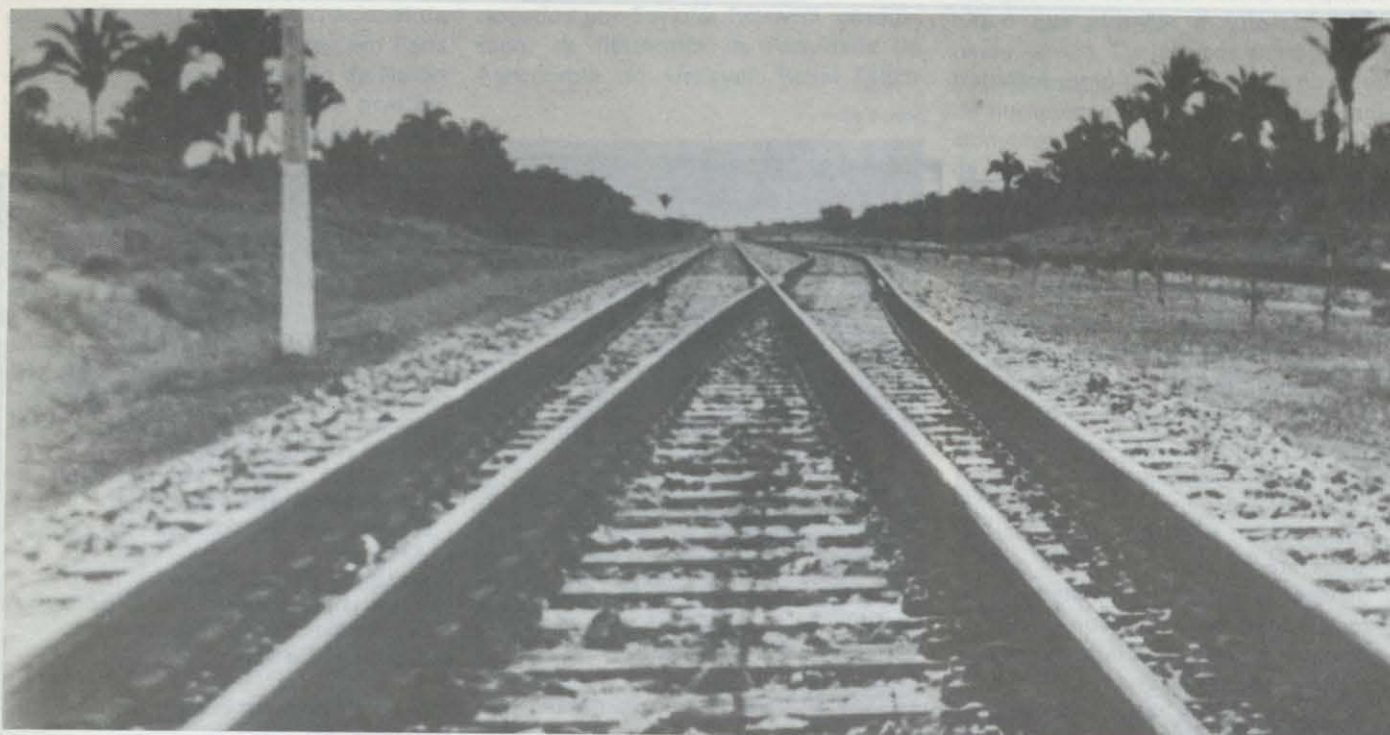
Mulheres negras realizam congresso e organizam-se para aprofundar conscientização social
p. 70-71

Opinião

Fraudes eleitorais no Chile, Paraguai e Haiti são comentadas por Neiva Moreira
p. 72

A polêmica do trem

Simefre



O país, que se viabilizou nos comboios da "Maria-fumaça", volta a debater a ferrovia, tema envolvido em preconceitos que se recusam a ver o gargalo econômico representado pelo diesel que queima pelas rodovias

O caminhão come distâncias, vem pesado com muitas toneladas e parece furioso, lançando ao vento a fumaça preta do diesel, por dois mil quilômetros, até estancar, durante dias ou semanas, nas proximidades do porto. A soja pagou, por isso, mais de 25% de seu valor internacional, e o fator transporte eliminou, em grande parte, a competitividade da mercadoria nacional. Se o destino não é o porto, então é o grande centro nacional, onde o consumidor pagará mais caro.

Bem mais ao norte, o comboio rompe as distâncias, carregando de um só vez 16 mil toneladas de produtos, que entrega no porto sem filas, viabilizando a concorrência da mercadoria nacional junto aos mais distantes compradores. Este é o trem de Carajás, que vale por

uma frota de milhares de caminhões, a um custo infinitamente menor.

A polêmica do trem reacendeu-se, no país-continente que se habituou, nos últimos 30 anos, a fazer tudo sobre pneus, cada vez mais exclusivamente sobre pneus e através de cada vez mais caras e menos conservadas rodovias, pagando uma gasolina de preço elevado, apesar de abundante, e um diesel barato, apesar de importado em mais de 50%. Acostumou-se a transportar subsidiado e, no conjunto, de modo economicamente irracional. Mas, que reações despertam nomes como Ferrovia do Aço - essencial para superar o já crônico estrangulamento do transporte Rio-Minas - ou a Ferrovia Norte-Sul, capaz de viabilizar a economia do centro-norte e dar vida ao primeiro grande

porto brasileiro na entrada do Atlântico Norte?

Parado no tempo

Hoje, o Brasil dispõe de uma malha ferroviária de 29 mil quilômetros (a França, território quinze vezes menor, tem mais de 34.000km), o que poderia não despertar maior espanto, caso não se soubesse que, nos últimos 20 anos, foram arrancados 11 mil quilômetros de ferrovias brasileiras, deixando somente aqueles 29 mil, quantidade igual à que o país possuía em 1922, isto é, há 66 anos, quando a população, a economia e a penetração interior eram várias vezes menores.

O transporte ferroviário apresenta diversas vantagens sobre o transporte rodoviário, em médias e longas distân-

cias, particularmente no caso de cargas, e é isso que o faz destacar-se no mundo inteiro. Os países mais desenvolvidos apresentam, invariavelmente, extensas malhas ferroviárias. Os Estados Unidos, a pátria do automóvel, dispõem de mais de 282 mil quilômetros de estradas-de-ferro, a União Soviética tem 141.000km, a Austrália, acima de 40 mil, enquanto o Japão move-se através de 27.000km de ferrovias, praticamente a mesma extensão do sistema brasileiro, embora aquele país compreenda um território que corresponde a apenas 4% do Brasil (veja quadro).

Existe uma explicação para o con-

traste do tratamento dispensado ao sistema ferroviário, quando se compara o Brasil com a maioria dos países? O trem não deu certo no Brasil ou era necessário afirmar o uso do caminhão, como uma forma de consolidar a indústria automobilística? O sistema de transporte brasileiro deterá alguma lógica especial, de modo que a rodovia se impõe, embora se preveja para breve um colapso, devido à sufocante necessidade de importar cada vez mais óleo diesel para uma frota que o recebe subsidiado pela população?

As respostas não são simples, mas as características do sistema de transporte

do país indicam que o perfil não é o mais apropriado, pois inexiste uma conjugação equilibrada e econômica das diversas modalidades, segundo os especialistas.

Na entrevista ao lado, você acompanhará as reflexões do presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária-Abifer, Luís Cesário Amaro da Silveira, cuja vivência do tema permite considerar que um grande equívoco tem lançado uma mentalidade rodoviária contra a necessária expansão ferroviária reclamada pela economia do país, distendida hoje em espaços cada vez mais distantes. ●

"Condenar o trem é desservir o Brasil"

O presidente da Abifer denuncia a irracionalidade do atual sistema de transporte no país

Walter Santos

A polêmica recente em torno da Ferrovia Norte-Sul deixou o saldo positivo de mobilizar a opinião pública para a questão ferroviária no país, segundo pensa o empresário Luís Cesário Amaro da Silveira, presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária-Abifer, que congrega todas as fábricas de material do setor. Ele acredita que o país vem sendo prejudicado por uma espécie de equívoco, que atribui todas as virtudes à rodovia e considera a estrada-de-ferro um sistema de menor importância e até ultrapassado.

Tal equívoco é o que está impondo ao Brasil sacrifícios extraordinários, tanto pelo aspecto de manutenção de uma frota rodoviária obrigada a percursos antieconômicos, que encarecem os produtos internamente, como pelo aspecto da competição internacional, onde o valor do frete é determinante.

"Seria insensatez ser contra a rodovia ou o caminhão. O que condenamos é que se faça por caminhão o transporte de grãos, por exemplo, desde o centro-oeste do país até o grande centro consumidor do litoral ou até o porto exportador. O custo dessa modalidade afeta os preços, sensivelmente: o con-



Silveira: a preferência exclusivista pela rodovia é insensata e dá prejuízo

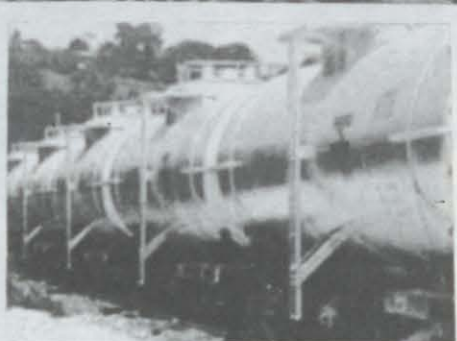


sumidor interno paga mais caro e, no mercado externo, nosso poder de concorrência diminui. Tal política não serve ao Brasil, pois opções exclusivistas são incapazes de atender às necessidades de um país da dimensão do nosso", reclama Amaro da Silveira.

Racionalizar

A racionalidade do transporte envolve a conjugação de todas as modalidades, de modo a que as vantagens de cada tipo possam resultar em economia. Concretamente, a vantagem do trem (e a desvantagem do caminhão) reside nos percursos de média e longa distâncias, pois o alto volume transportado permite à ferrovia entregar os produtos sem o peso de um frete que o caminhão necessariamente impõe à mercadoria.

"Isso significa - assinala - que um sistema de transporte racional envolveria uma malha ferroviária muito mais ampla, para a qual convergissem os produtos de cada região, através das rodovias, deixando ao trem a tarefa do



O comboio ferroviário transporta muito maior quantidade de cargas, o que determina fretes bem mais reduzidos

longo percurso, isto é, qualquer distância acima de 200km, a partir da qual o trem é imbatível. É o que ocorre aí pelo mundo afora, mas não no Brasil, onde nos damos ao luxo de dispor, neste momento, do mesmo número de quilômetros de vias-férreas que tínhamos em 1922, e, exemplo único no planeta, levamos carvão para siderúrgica de caminhão, pois a ferrovia existente para o abastecimento da Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, está saturada há muito tempo".

Lembra que a Ferrovia do Aço, ainda inconclusa, é a solução para tal estran-

gulamento, mas foi vítima de campanha tão forte, que acabou paralisada por diversos anos, quando já estava com 97% das obras executadas.

Cita a experiência dos países mais desenvolvidos, inclusive no caso do transporte de passageiros: "Na Europa, por exemplo, o transporte inter-regional e internacional predominante é o trem e não o ônibus. No Brasil, ao contrário, pode-se ir de ônibus de Porto Alegre a Belém, mas não de trem, e essa diferença, naturalmente, significa um custo muito mais elevado para todos".

Norte-Sul

"Agora, a discussão é em torno da Ferrovia Norte-Sul, que ligará o Planalto Central ao Centro-Norte, o que certamente viabilizará economicamente toda a região. Já se disse de tudo contra o projeto, menos que ele consolidará o grande porto brasileiro praticamente dentro do Atlântico Norte, que é o de Itaqui, no Maranhão. É algo estratégico, de alta significação econômica e que

dará aos produtos brasileiros exportáveis um novo patamar de competitividade. Só a ferrovia pode fazer isso. O projeto Carajás, por sinal, só se tornou viável devido à construção da Estrada de Ferro Carajás, de 870km de extensão, cujos comboios transportam, de cada vez, 16 mil toneladas de carga, permitindo que nosso minério possa concorrer, por exemplo, com o australiano, no mercado do Oriente”.

Amaro da Silveira lembra, a propósito, duas histórias: “A primeira, para ficarmos na região norte, é em torno da Petrobrás Distribuidora, que fazia suas entregas de combustíveis pelo interior do Maranhão, Pará e norte de Goiás, através de caminhões-tanque. Com a ferrovia, a estatal passou a transportar o combustível de trem, de S. Luís até Açailândia, onde construiu um terminal, do qual partem agora os caminhões. Resultado: o custo da distribuição baixou até quatro vezes”.

A segunda história envolve o maior produtor de soja do país e que seria, segundo alguns, também o maior produtor mundial, Olacyr de Moraes. Sua soja

Ferrovias no Mundo

País	Km	Relação territorial com o Brasil
Brasil	29.855	1,0
Estados Unidos	282.923	1,1
União Soviética	141.100	2,6
Canadá	70.715	1,1
Índia	61.717	0,4
China	48.000	1,1
Austrália	40.753	0,9
Argentina	34.600	0,3
França	34.032	0,06
Alemanha Federal	28.583	0,03
Polónia	27.236	0,04
Japão	27.161	0,04
México	20.256	0,2
Itália	20.083	0,04
Grã-Bretanha	17.735	0,03
Espanha	15.739	0,06
Cuba	14.730	0,01
Coréia do Sul	11.000	0,01

Fonte: Instituto Geográfico de Agostini / 1982

As economias mais desenvolvidas fazem repousar em extensas malhas ferroviárias seu sistema de transporte pesado, reduzindo custos, enquanto países mais pobres encontram na estrada-de-ferro o meio eficaz de diminuir o peso do petróleo na movimentação de bens, inclusive alcançando maior competitividade internacional para seus produtos



A indústria ferroviária brasileira fabrica locomotivas e vagões, exportando para o mundo inteiro. Quase não vende nada internamente



Só o trem viabilizou o Projeto Carajás e estimula a economia por onde passa

anda de caminhão dois mil quilômetros, até o porto de Paranaguá, onde já chega ao custo médio de 50 dólares a tonelada, cerca de 25% do valor da mercadoria no mercado internacional, devido ao frete rodoviário. Se houvesse trem para o transporte, a competitividade da mercadoria dobraria, pelo menos, pois o frete ferroviário ficaria a menos da metade do outro.

Discriminação

O presidente da Abifer chama a atenção para o tratamento discriminatório que envolveu a ferrovia, nas últimas décadas. Enquanto se realizaram maciços investimentos em estradas e terminais rodoviários, negaram-se investimentos para novas ferrovias ou aperfeiçoamento das já existentes, ao mesmo tempo em que se erradicavam 11 mil quilômetros de estradas-de-ferro. O setor ferroviário viu extinto o Departamento Nacional de Estradas-de-Ferro-DNEF, enquanto seu correlato rodoviário, o DNER, se manteve; perdeu, igualmente, o Fundo Ferroviário Nacional-FFN, transformando-se no único sistema de transporte a não dispor de um fundo próprio, pois existem o Fundo Rodoviário, o de Marinha Mercante e o Portuário.

'Ao lado disso - destaca - criou-se o mito de que ferrovia é deficitária. Não se diz é que o automóvel e o caminhão só usam a estrada que o governo faz e mantém, conservando a rodovia e cuidando de sua sinalização e da segurança, enquanto a cada companhia ferroviária cabe diretamente a responsabilidade de todos os gastos com a conservação, melhorias, sinalização e segurança de sua via permanente. Além disso, existe a própria pressão da indústria automobilística e das distribuidoras de combustível, áreas dominadas por gigantes mundiais, o que acabou por influir na determinação de políticas, enquanto o setor das firmas envolvidas com o sistema ferroviário, constituído por empresas privadas nacionais, não obteve espaço''.

A indústria ferroviária brasileira é das maiores do mundo, fabricando até locomotivas, mas, na maioria dos itens, a ociosidade ronda os 100%, por falta de encomendas internas. A exportação (Europa, Estados Unidos, América Latina, Ásia e África) ou a predominante reversão para fabricação de máquinas agrícolas, autopeças e material bélico é o que permite a esse segmento sobreviver.

P.M.

Sua pesquisa está mais fácil!

O Centro de Documentação de terceiro mundo coloca à disposição de estudantes, professores e pesquisadores, um ÍNDICE com todos os assuntos publicados pela revista terceiro mundo.

Além disso, dispõe para consulta de um acervo, reunido ao longo de 10 anos, de publicações como: revistas, jornais, relatórios, anuários, e informes especiais de vários países do mundo sobre a questão terceiro-mundista.

Para pesquisas em nosso acervo de publicações, marque seu dia e hora pelo telefone (021) 242-1957 ou pessoalmente, com o responsável do setor em nossa sede.

Desejo receber o ÍNDICE DE ASSUNTOS da revista cadernos do terceiro mundo. Estou remetendo em anexo vale postal (ag. Lapa) ou cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda, no valor de Cr\$ 250,00.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

Profissão:

Tel.:

Assinatura

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA. Centro de Documentação: Rua da Glória, 122 gr. 105 - Glória - CEP 20241 - RIO DE JANEIRO - Tel. (021) 242-1957.

AMAZÔNIA

Aselva dá vez à seca

A irracionalidade na exploração da Amazônia pode eliminar a possibilidade de salto econômico do país e gerar prejuízos definitivos para a região e para a humanidade

Vinícius Barros

O professor e geógrafo Orlando Valverde – vindo do recente I Congresso Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia e um dos mais antigos defensores da preservação daquele meio-ambiente – mostra-se um pouco mais tranquilo, quanto à conscientização da sociedade, mas não altera seu pessimismo com relação ao comportamento governamental, quando fala na forma com que se está ocupando a região amazônica brasileira, praticamente metade do território nacional e área dotada de singular quadro ecológico, que repercute até no clima do planeta.

“A ocupação da Amazônia tem uma característica básica: ela é predatória”, define o geógrafo, destacando a irracionalidade do lucro imediato que comanda a devastação da maior floresta tropical da Terra, destruindo a cadeia de condições climáticas e de vida que a tornam, para o Brasil, a principal reserva de recursos para o futuro, capaz de permitir ao país um salto definitivo em seu desenvolvimento econômico.

Compatibilizar interesses

O presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia-CNDDA refuta a idéia de que os problemas da região decorram da falta de planejamento a longo prazo no país. Ele assinala que a falha provém do conflito entre as necessidades locais e os interesses de fora, comandados pelo capital.



Moto-serra: vale muitos machados

“Até agora – diz Valverde – todas as políticas estabelecidas para a Amazônia decorreram de interesses estranhos à região, a começar pelo ciclo da borracha, um tipo de exploração que beneficiou exclusivamente as empresas fabricantes de automóveis, pneumáticos e artefatos de borracha, todas elas estrangeiras, pois, para o habitante da Amazônia, restou somente o empobrecimento e relações de trabalho desuma-



Orlando Valverde

nas. Quanto ao período atual, é preciso distinguir, em primeiro lugar, que existe no país o planejamento a longo prazo, bastando lembrar o projeto Carajás, que vem da década passada. O detalhe é que tal planejamento se faz com vistas à exploração dos recursos amazônicos para a exportação, voltando a região para o mercado externo, com o pretenso objetivo de pagar a dívida externa, a nosso ver impagável".

Tal destinação prioritária dos recursos da região para o mercado exterior acaba por criar uma dependência externa, e estimula o que o geógrafo define como "saque dos recursos naturais", praticado por empresas transnacionais.

"É o que já ocorre com o manganês do Amapá, com a bauxita do rio Trombetas, o ferro, o níquel e o cobre de Carajás, o estanho de Rondônia e Amazonas, o ouro, a madeira e as próprias terras, estas já açambarcadas por grandes empresas do sudeste brasileiro e igualmente por empresas estrangeiras", alerta Valverde.

Sua tese - que segue a linha dos maiores conhecedores da dinâmica ecológica da Amazônia, entre os quais ele cita o professor sueco Harald Sioli - é de que se deve conservar a mata natural, na maior parte da região, e buscar projetos não agressivos ao meio-ambiente nas áreas restantes. Entre estas, ele cita a serra de Carajás, para a extração mineral, e a região de Altamira, cujas terras roxas suportam serem destinadas para a atividade agrícola e seriam capazes de produção intensa de alimentos para toda a região.

A extração madeireira está entre os itens exploráveis, mas, de forma diferente da que hoje se pratica, com prejuízos ao equilíbrio da mata que poderão se tornar irreversíveis. "A Amazônia tem mais de 600 espécies de madeiras aproveitáveis, mas, no Pará, por exemplo, que é hoje o maior exportador do produto, somente 11 tipos são exportados, o que inevitavelmente levará à extinção dessas madeiras, desastre que já aconteceu na África e está acontecendo também na Ásia", destaca Valverde, alarmado com o fato de que as grandes madeireiras transnacionais já estão instaladas na Amazônia.

O presidente da CNDDA define que só existe verdadeiro desenvolvimento, quando há manutenção do equilíbrio

ecológico. "A Europa, por exemplo, é habitada e explorada há milênios, mas tem hoje seus solos mais férteis do que há 500 anos atrás. Lá não houve saque, mas a restituição de nutrientes ao solo, ao contrário do que acontece agora na Amazônia", compara.

Como francamente nocivos ou desvinculados dos interesses imediatos da região, ele cita os projetos de grandes hidrelétricas, como Tucuruí (destinada basicamente a alimentar duas grandes indústrias transnacionais) ou as do Xingu (Babaquara e Cararaó), voltadas para fornecer energia elétrica para o sudeste do país.

Favelados rurais

O estilo predatório da ocupação ignora que muitos dos recursos explorados não se renovarão. A desordem não é apenas física, mas também social, a começar pela progressiva extinção das comunidades indígenas. "Se pensarmos, porém, que se trata de um fenômeno da multiplicação da população, que estivesse ocupando terras para produzir, estaremos errados. O que está acontecendo lá é que a mata, ao desaparecer, dá lugar basicamente a pastos para criação de gado, enquanto a população trabalhadora fica sem meios de sobrevivência, sem acesso à terra", assinala.

Segundo Valverde, "o que ocorre é que se formam comunidades de dezenas de milhares de pessoas, em lugares que antes tinham população mínima, e todas estão desempregadas. A exploração predatória da Amazônia criou a figura do favelado rural".

Ele critica a própria legislação, que encara a floresta como obstáculo ao desenvolvimento e incentiva sua erradicação. O castigo, ele aponta, já está revelando sua atrocidade: em 1987, o leste do Pará enfrentou uma seca de intensidade desconhecida neste século. As perspectivas são igualmente alarmantes, principalmente em decorrência do chamado "projeto siderúrgico", que o geógrafo define como "o projeto mais louco que já vi".

Trata-se de um plano de implantação de usinas siderúrgicas na região, mas em locais considerados inadequados, por terem sido determinados em função de interesses de empresas açambarca-

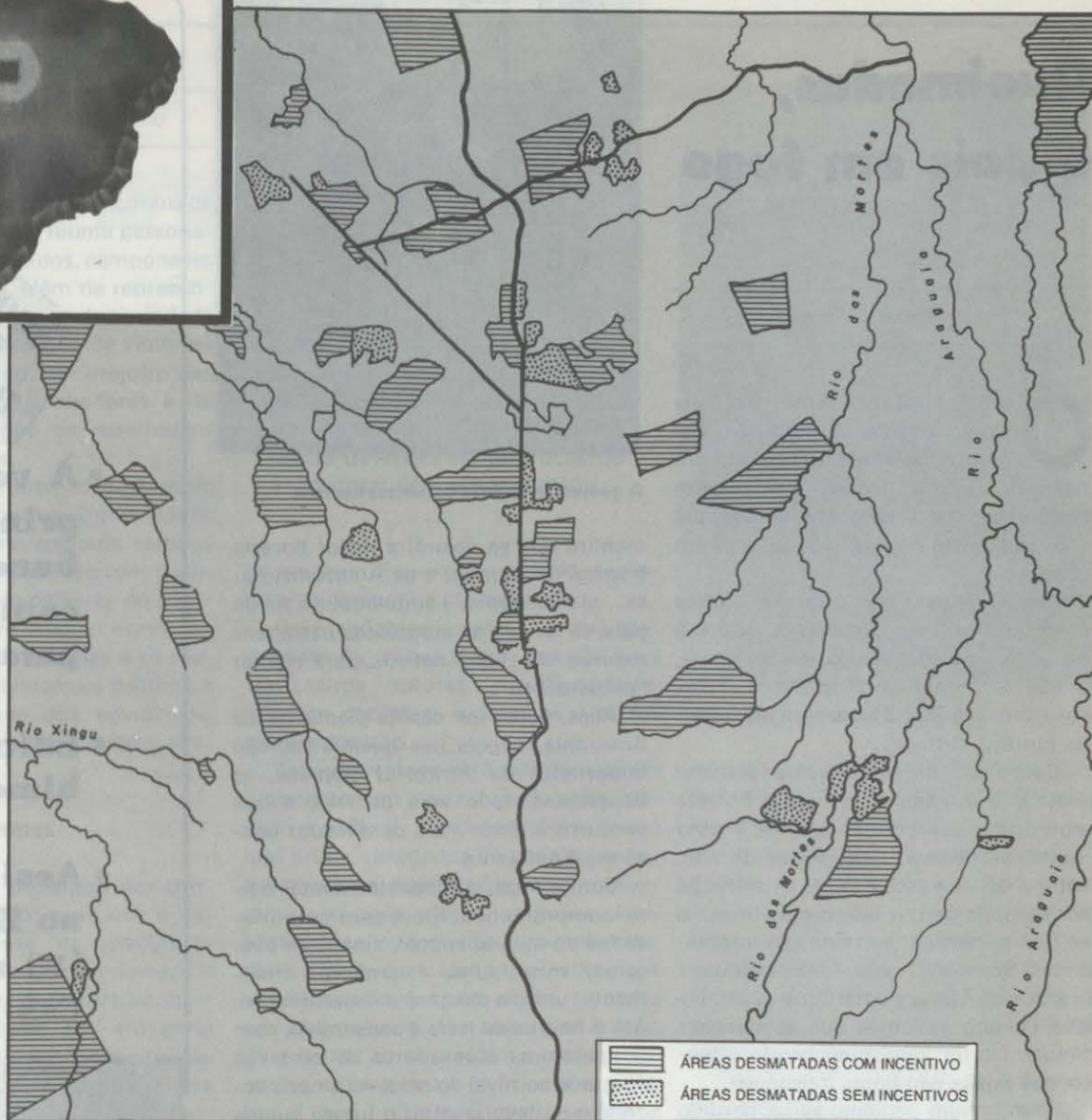
doras de terras. O perigo básico reside no fato de que tais siderúrgicas queimarão carvão de lenha, numa voragem de 35 hectares de mata por dia, ou 1 km² a cada três dias, provocando um desastre ecológico para nada, pois o objetivo está longe de ser o de industrializar a região: o que se quer é tão somente exportar ferro-gusa e carvão vegetal. "E um membro do Conselho Nacional de Siderurgia afirmou que isso é necessário para ajudar a pagar a dívida externa e que o modelo seguido será o de Minas Gerais, que é um estado pelado, saqueado em seus recursos florestais", escandaliza-se Orlando Valverde, lembrando que restam menos de 20% das florestas mineiras e que a devastação entregou os solos desses estados à extensa erosão.

A irracionalidade do projeto, do ponto de vista dos recursos florestais, é atestada pelo que já ocorre com relação à siderurgia de Minas Gerais: depois de consumir, sem repor, as matas de seu estado, está agora devastando as florestas goianas e sul-matogrossenses, das quais queima o carvão, que faz uma longa viagem de 1.000 quilômetros até os fornos mineiros, o que afeta a própria economicidade da siderurgia, pois onera o custo de produção do gusa em até 70%.



A crítica se estende, igualmente, aos grandes projetos do alumínio, entregues às transnacionais Alcoa e Nalco, que receberam as maiores facilidades de instalação, "inclusive custando ao país um empréstimo de 10 bilhões de dólares e gozando do fornecimento da energia elétrica mais barata do mundo (Tucuruí), de facilidades fiscais e subsídios, obtendo matéria-prima quase de graça e explorando ao máximo a mão-de-obra - um altíssimo negócio para eles", enumera o presidente da CNDDA. Ele estranha que o país tenha feito tal opção, pois essa exploração legará ao Brasil apenas os buracos de onde forem extraídos os minérios e as dívidas internacionais. "Se nós temos a energia, a tecnologia, a matéria-prima, os recursos e um amplo mercado, por que não são nossas as fábricas, o que criaria um sólido parque de alumínio nacional?", interroga-se.

Depois, o deserto?

Existe uma tese de que a mata ama-



Dados registrados pelo satélite Landsat, em 1986, indicam a intensidade do desmatamento que se processa na Amazônia, ao focalizar a devastação numa pequena área no norte de Mato Grosso, entre os rios Xingu e Araguaia

 ÁREAS DESMATADAS COM INCENTIVO
 ÁREAS DESMATADAS SEM INCENTIVOS

zônica exerce papel preponderante no equilíbrio climático do planeta, ao atuar como uma espécie de moderadora da temperatura, numa troca de energia com as regiões polares. Este papel, segundo tal tese científica, decorre exatamente da transpiração da floresta, cuja manutenção seria então imprescindível, para que não se desencadeiem fenômenos desestabilizadores do clima, a nível mundial.

"A seca, que agora atinge parte da Amazônia, já é o começo desse processo desestabilizador. A região começa a viver fenômenos desconhecidos, como a névoa seca, em parte do Pará e Rondônia, manifestações climáticas comuns

em Brasília e Belo Horizonte, por exemplo. Tal névoa seca decorre da poeira que se levanta do solo ressequido e que se combina com a fumaça das extensas queimadas", explica Valverde.

Ele não considera, porém, que essas áreas já profundamente afetadas sejam casos perdidos. Afirma que a base da preservação e da recuperação repousa apenas na fixação de uma política adequada de ocupação regional e na devida instrução dos agricultores, para que aprendam a conviver produtivamente com a floresta.

"Por outro lado - destaca - é preciso acentuar que o afluxo desordenado de

camponeses para a Amazônia é fruto apenas da crise agrária do Brasil extramazônico. Por isso, só uma verdadeira reforma agrária nas imediações dos grandes mercados fará cessar a corrente migratória de camponeses deslocados, na verdade expulsos da terra em seus locais de origem".

Para Orlando Valverde, o futuro brasileiro se decidirá na Amazônia, até a virada do século. Se o país souber desenvolver adequadamente a região, usufruindo de seus recursos, sem provocar devastação, os imensos recursos amazônicos serão os responsáveis pelo salto definitivo do desenvolvimento do Brasil. ●

Queimadas, o país em fogo

Paulo Ramos Derengoski

O biturbo Bandeirante sacoleja violentamente a mais de 900 metros de altura, parecendo um pássaro frágil e doente, perdido em meio à fumaça branca e venenosa que sobe das terras negras: o Brasil está em chamas...

Deixamos para trás o rio das Mortes e nos inclinamos, lentamente, sobre a serra do Roncador – mas, no horizonte, já não se desenham montanhas azuladas. Nem sequer há horizonte, só fumaça, fumaça, fumaça...

Daquelas alturas, o vasto planalto central, já em transição para a floresta amazônica, parece uma grande massa morta, petrificada. Observadas do alto, entre a neblina seca e cega, as serras se achatam, perdem o relevo e até mesmo os rios pertencem ao reino das imobilidades. Somente o véu – transparente e opaco – da fumaça determina as distâncias. Do alto, sabemos que as manchas sangrentas de fogo, manchando o lençol das cinzas, são flores traiçoeiras.

Voando num pequeno avião, perdido no vasto território das nuvens de fumaça da destruição, eu penso: "Teremos nós, brasileiros, direito de destruir de tal maneira a natureza, que é patrimônio da humanidade?" As gerações futuras responderão.

Visão da ciência

Os cientistas provam: as queimadas são mais prejudiciais em terrenos dobrados – por facilitarem a erosão – do que em áreas planas. Mas, os predadores de Be-Ra-Zil nem isso sabem.

Não se iludam os que acham que o homem, um dia, reconstruirá tudo aquilo que hoje está sendo destruído. O fogo afasta toda e qualquer possibilidade de regeneração das florestas. Parece



A queimada apressa os efeitos nocivos

mentira que se destrói a maior floresta tropical do mundo, a da Amazônia, para... plantar capim – enquanto, no sul do país, se lavram as magníficas pastagens naturais de capim nativo... para plantar "pinus-eliotti".

Aliás, todos os capins plantados na Amazônia, depois das queimadas, são importados da África. O colômbio, as braquiárias, tudo vem de fora, o que concorrerá ainda mais para alterar nosso meio ambiente.

Com o fogo, o ecossistema inteiro fica comprometido. Destroem-se variedades do mundo animal, ninhos de pássaros, microfauna, microflora. Finalmente, um dia chegará a desertificação. Até o húmus da terra é consumido, com temperaturas abrasadoras de centenas de graus ao nível do solo. A camada vegetal que deveria gerar o futuro húmus é a primeira a ser queimada. Há considerável perda de energia para a totalidade do *habitat*.

O solo, corroído pelo fogo e, depois, pelas intensas chuvas de verão, perde suas qualidades e apenas sobram vegetações parasitárias, que melhor se adaptam à devastação. Nessa passagem da floresta à savana, há perda de água e o próprio clima se altera violentamente.

O Brasil já teve mais de 5 milhões de km² de florestas. Hoje, tal área diminuiu sensivelmente. Os rios estão se assoando e a voçoroca avança dia a dia. O governo nada faz para impedir tais perdas.

Ao contrário da lenda de que "o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão" – o Brasil está virando deserto. ●

third world

AGORA
NO
BRASIL

• À venda nas principais bancas das capitais do país.

• Edição bimestral.

• Assinaturas no Brasil (10 n.ºs.)
Cz\$ 1.450,00

Desejo efetuar uma assinatura por 10 n.ºs.) de *third world*, ao preço de Cz\$ 1.450,00. Envio, juntamente com este cupom, cheque nominal ou vale postal (pg. Lapa) à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr.104 – CEP 20241 – Rio de Janeiro – RJ – Tel. 252-7440.

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

Profissão:

CEP:

Tel.:

Assinatura

Cláudio Bornstein e Elias Fajardo

Os crimes do latifúndio

A questão agrária vem-se caracterizando no Brasil pela brutalidade dos grandes proprietários contra posseiros e camponeses sem terra e seus defensores, provocando numerosos assassinatos

Pela segunda vez, um encontro de âmbito nacional reuniu personalidades, advogados, camponeses e suas organizações, além de representantes de diversos setores da sociedade brasileira, para a discussão da violência que domina o campo, em prejuízo das reivindicações dos trabalhadores e da própria vida dos que se manifestam pela reforma agrária.

O II Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio funcionou na Universidade Federal da Bahia, na segunda semana de novembro, mais uma vez com o objetivo de, segundo as palavras do coordenador do encontro, Miguel Pressburger, analisar as circunstâncias e os mecanismos que possibilitam os delitos e a posterior impunidade dos envolvidos. Quatro casos concretos foram examinados.

Executores e mandantes

Um dos pontos principais das conclusões do tribunal foi o de que é importante punir tanto os executores quanto os mandantes dos crimes. Os executores, que vez ou outra acabam identificados e presos, são em geral homens simples, que vivem em situação semelhante à da própria vítima e que se colocaram a serviço dos grandes fazen-

deiros por dinheiro ou devido a promessas de poder e proteção.

Os mandantes, porém, os que planejaram os crimes e por isso são seus verdadeiros autores — latifundiários, grileiros, capatazes e gerentes —, nunca sofrem punição.

Tal impunidade está relacionada diretamente com a estrutura de poder político e judicial, numa cumplicidade em que juízes, delegados de polícia, prefeitos e outras autoridades atuam ativamente ou por omissão, para que as investigações nunca alcancem os mandantes, o que se torna um estímulo à violência. São comuns, ainda, os casos em que policiais dão cobertura à ação de grileiros ou se prestam à intimidação contra os posseiros. A propósito, o tribunal ouviu diversos relatos sobre a

Jurandir Silveira / Ag. JB



No norte, o protesto é combatido a tiro

atuação do Instituto de Terras da Bahia (Interba), o qual, ao invés de demarcar corretamente as terras, acabava por emitir certificados de posse a favor de grileiros.

O tribunal ouviu, ainda, denúncias muito precisas, envolvendo pessoas e grupos econômicos, integrantes do judiciário e do sistema policial, além de prefeitos e outros políticos, em atos de violência no campo.

Segundo as conclusões do tribunal, é fundamental que a população tome consciência do conjunto de fatores que paralisa o desenvolvimento agrário, pois somente assim é que se alcançarão as mudanças necessárias, entre elas o fim dos crimes que têm tornado sangrenta a área rural. Ainda segundo o tribunal, as perseguições e assassinatos somente são possíveis, porque a população assume uma posição de impotência e conforma-se com o papel de espectador passivo do processo histórico.

As sessões do tribunal contaram com a presença de lideranças camponesas de mais de 20 sindicatos rurais nordestinos e, como juízes, atuaram Evaristo de Moraes Filho, Modesto da Silveira, J.J. Calmon de Passos, Arx Tourinho, Sílvio Loretto, Felipe Amodeu e Roberto Franca.



No sul, má divisão da terra move trabalhadores a protestos, apesar da repressão

UNIVERSIDADE em tempo de degradação

O ensino superior ressenete-se da falta de recursos e reflete à precariedade que mina a educação no país, desde a escola primária. O caso da UERJ

José Louzeiro

A universidade brasileira vive um instante de degradação. Entre os anos de 1979 e 1983, registrou-se drástica restrição de recursos no setor, quando os investimentos anuais totalizaram 1,82 bilhão de dólares - Cz\$ 91 bilhões, - ou seja: menos de 1% do PIB. Enquanto isso, cabe às universidades a produção de 90% da pesquisa científica e tecnológica que se realiza no país.

Desse quadro lamentável decorre a baixa remuneração dos professores, a precariedade dos laboratórios, a quase inexistência de verbas para pesquisas. Quando o segmento dessa universidade entra em greve - sempre por motivos salariais, como vem de ocorrer com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Uerj -, os professores ficam longas semanas e até meses procurando fazer-se ouvir, pois suas reivindicações não parecem sensibilizar as autoridades.

O Brasil está colocado no rol dos países - poucos, por sinal - que menos investem no ensino universitário. A propósito, diz o reitor da Uerj, Ivo Barbieri: "Recebemos, a título de subvenção, apenas 2,6 bilhões de cruzados, valor insignificante, se comparado aos 41 bilhões repassados pelo governo paulista às instituições de terceiro grau. Tais recursos, mesmo somados à receita própria e às diversas subven-

ções, são evidentemente insuficientes para transformar a Uerj num centro competente de saber".

Como se todas essas dificuldades não bastassem, eis que as autoridades policiais estão incumbidas de desarticular a quadrilha de falsários que vinha agindo no Cesgranrio, com o objetivo de fraudar o vestibular em diversas capitais, notadamente Rio de Janeiro e Goiânia.



Barbieri: formar profissionais competentes e críticos

Mariano



Alguns implicados "sem padrinhos" já foram detidos, mas outros, como o major-médico reformado do exército Edson da Silva Saramago e o médico Neiwton Alves Rodrigues, estão procurando na Justiça os caminhos da inocência, embora os policiais tenham boas provas materiais contra eles.

O escândalo da venda de provas veio à tona porque os estudantes Fábio Deslandes, Alexandre Sherman e Sérgio Henrique Souza foram presos em flagrante, vendendo questões que seriam utilizadas no vestibular deste ano.

Quantidade e qualidade insuficientes

Experiente profissional dedicado ao ensino universitário, o professor Ivo Barbieri assumiu a reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Uerj no início de janeiro deste ano, após ter sido vice-reitor na administração anterior. Na entrevista a seguir, Barbieri analisa sua instituição, cujos problemas apontam as mesmas carências que dominam o ensino superior por todo o país.

Professor Ivo Barbieri, como define a situação da universidade que dirige?

- A situação da Uerj é profundamente inquietante. Durante o período em que estive à frente da vice-reitoria, realizamos uma pesquisa, publicada no documento "Dados, Análises, Proposições - Diagnóstico Acadêmico", onde, ao traçar a radiografia acadêmica, no período de 1980 a 1985, pudemos constatar um quadro alarmante.

A Uerj está inteiramente voltada para a graduação. Apenas 17,4% da carga horária docente é utilizada em atividade de magistério para pós-graduação, de pesquisa e de capacitação e treinamento. Ainda não alcançamos as condições de formar profissionais tecnicamente competentes, críticos e em consonância com as necessidades sociais.

Currículos desatualizados e com um número de disciplinas e carga horária muito acima do obrigatório aliam-se a um corpo docente onde, em que pesem sensíveis e recentes melhorias, apenas 30,2% do total tem título de mestre ou doutor. Constatamos, por exemplo, que os índices de aprovação por nota são superiores aos de aprovação por frequência, o que só pode ser fruto de

Universidade e greve



Greve: reitor adverte que longas paralisações destruíram a universidade

Quando Ivo Barbieri assumiu a reitoria, no dia 4 de janeiro, a Uerj já estava em greve por mês e meio. Ele faz uma advertência:

"Apesar da justeza das reivindicações apresentadas, deve-se refletir seriamente a respeito da mobilização e seus efeitos sobre a instituição. A greve prolongada numa instituição pública de ensino é autofágica. O Hospital Universitário Pedro Ernesto, por exemplo, vive em situação pré-falimentar. Os prejuízos são da ordem de 1,5 milhão de cruzados diários. Mas, os custos sociais são ainda maiores: dos 800 leitos disponíveis, apenas 10% estão sendo utilizados e o número baixa continuamente. A população sofre com isso.

"Calculamos que será possível retomar suas atividades plenamente, em menos de um ano. A se prolongar a paralisação, é previsível sua desativação, em grande medida. Convênios não são cumpridos. Serviços não são prestados. Alunos se vêm impedidos de ingressar no mercado de trabalho ou de continuar os estudos, porque não se cumpriu o se-

mestre letivo. Os incipientes programas de pós-graduação e pesquisa estão seriamente ameaçados. O ônus de uma paralisação prolongada são insuportáveis para a instituição. O risco que se corre é o de reproduzirmos aqui o triste episódio que envolveu a Universidade Autónoma do México, que já foi uma das melhores instituições da América Latina, mas hoje, fruto de uma greve prolongada, ainda não se recuperou.

"Estou convencido - continua o reitor - de que as lideranças dos diversos movimentos universitários devem refletir seriamente sobre as formas de luta adotadas. Diante do impasse, todo o ônus de uma greve prolongada recai sobre a instituição e sobre a população que se beneficia de seus serviços. E isso sem que alcancem as necessárias compensações para os grevistas, devido a seu pequeno poder de pressão.

"Esperamos, no entanto, contribuir para resolver o impasse, em benefício da comunidade universitária e da população atendida por ela."

profundas distorções no processo acadêmico. Creio que todo o processo acadêmico deva ser repensado.

A pós-graduação na Uerj mal nasceu. Contamos com poucos cursos de mestrado, aperfeiçoamento e especialização. A produção científica ainda engatinha, falta uma política de pesquisa.

A comunidade universitária, no entanto, vem enfrentando tais problemas. Em outubro de 1984, realizamos o primeiro congresso interno, momento privilegiado de autoconhecimento, crítica e correção de rumos. Mais recentemente, a equipe da nova administração reuniu-se em seminário, para debater objetivos. Redefinir a graduação, para torná-la competente; incentivar a pós-graduação e desenvolver a pesquisa fundamental teórica, aplicada e tecnológica, além de promover as atividades de extensão e uma ampla reforma administrativa, e o reordenamento jurídico da Universidade, visando a sua democratização plena, são as metas básicas.

Como se relaciona a Uerj com a comunidade?

— Entendo que uma universidade se relaciona com a comunidade basicamente através de três vias: a produção do saber, a formação de profissionais e a prestação de serviços e atividades de extensão. A situação ainda é precária nos três campos. A produção acadêmica é quantitativa e qualitativamente insuficiente; a formação profissional, precária, e a extensão, mal definida. Já a prestação de serviços, seja através do Hospital Universitário Pedro Ernesto-HUPE, seja do Centro de Produção, tem atingido níveis relativamente satisfatórios, mas a serem aprofundados. A repercussão externa da paralisação prolongada, insignificante, mostra bem quão pouco a Universidade é ainda indispensável à comunidade fluminense.

A meu ver, seremos capazes de inserir produtiva e competentemente a Universidade na sociedade, desenvolvendo aqueles três aspectos assinalados. É nosso objetivo criar profissionais que, em consonância com as necessidades sociais, venham a produzir uma ciência criadora, transformando a Uerj num centro de competência intensamente provocativo. Pretendemos criticar, através de pesquisa feita por núcleos interdisciplinares, a implantação de tecnolo-

gias e metodologias estratégicas ao país, estabelecendo vínculos com o empresariado e o governo, no sentido de desenvolver solidariamente pesquisas aplicadas e tecnológicas.

Pretendemos definir uma política de pesquisa que, privilegiando o potencial científico disponível, se volte para a realidade social, para o ensino. Pretendemos também definir e implementar uma política para a atividade de extensão que privilegie a comunidade do Rio de Janeiro, a crítica de modelos de atuação assistencial através da prática, a sinergia entre cultura acadêmica e cultura popular, a prática da educação continuada, a crítica do processo educacional, a satisfação de uma carência de técnicos de nível médio, a interação com a rede de primeiro, segundo e terceiro graus, visando sua recuperação, a prestação de serviços, o estímulo ao debate e à produção cultural, como instrumento de integração, e o estímulo às atividades esportivas.

Integrar produtivamente a Uerj na sociedade significa, portanto — implementando uma política integrada de ensino, pesquisa e extensão —, saber desenvolver as atividades da Uerj em permanente interação com a comunidade do estado e seus sistemas sócio-econômico-culturais.

Como analisa a questão financeira?

— As fontes de financiamento da Universidade são de três tipos: a subvenção do governo do estado, a geração de recursos próprios, através da prestação de serviços, e as diversas entidades de fomento aos programas universitários. Os três campos devem ser incrementados harmonicamente.

Atualmente, a Uerj recebe do estado, a título de subvenção, apenas 2,6 bilhões de cruzados, valor insignificante, se comparado aos 41 bilhões de cruzados repassados pelo governo paulista às suas instituições de terceiro grau. Tais recursos, mesmo somados à receita própria e às diversas subvenções, são evidentemente insuficientes para transformar a Uerj num centro competente de saber.

De saída, vamos elaborar um orçamento que viabilize os atuais planos para a Universidade, esgotando todas as possibilidades de fontes de recursos, racionalizando sua aplicação e definindo

critérios orçamentários de prioridade e consistência. Pretendemos intensificar sobretudo a obtenção de recursos, através de agências de financiamento, estabelecendo comunicação com órgãos nacionais e internacionais, visando a adquirir recursos para patrocinar a atividade de pesquisa.

Naturalmente, como instituição pública, cabe-nos ampliar a obtenção de recursos provenientes do estado, seja através de ofertas objetivas, seja através da redefinição dos critérios orçamentários. Entendo que a solução definitiva de tal problema passa por garantir, junto à constituinte do estado, um percentual mínimo do orçamento estadual para a Uerj.

Qual o relacionamento da Uerj com a UNE e os estudantes?

— A UNE, mais que parte da história do país, é uma entidade indispensável ao progresso educacional e à consolidação democrática. Como interlocutoras legítimas do processo educacional e político do país, a UNE e as diversas entidades estudantis devem participar solidariamente dos destinos da universidade brasileira. Nossa postura é a de manter diálogo franco e democrático com a representação estudantil, buscando um conjunto de alternativas para a solução dos inúmeros problemas educacionais e culturais que temos de enfrentar.

Qual a atitude da Uerj frente aos políticos e partidos?

— Naturalmente, a Uerj é uma instituição apartidária e assim se manterá: como centro de saber, necessariamente plural e contraditório, a universidade deve integrar as mais diferentes ideologias e concepções políticas. Este é um espaço privilegiado de discussão, indagação e crítica. Por outro lado, queremos contar com as lideranças partidárias para uma colaboração proveitosa em benefício da população brasileira. Construir a Uerj exigida pela comunidade universitária e pela sociedade é uma tarefa que demanda a colaboração de todos, acima e além das diferenças ideológicas, preservando-as, mas integrando-as nessa pluralidade de idéias que deve ser a universidade. ●

Linha ortodoxa

Guilherme Romão/EBN

Darflio Paixão/EBN



Mailson chega sem auréolas de milagreiro, mas a fama de conhecer a "máquina" da administração

Com a acentuada preocupação de eliminar as apreensões do empresariado — sempre queixoso de mudanças radicais e heterodoxas na política econômica dos últimos dois anos — o novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez questão de definir seu programa de ação como o do "feijão com arroz", sem qualquer pretensão a lances inusitados para a recuperação da economia brasileira. Desde a entrevista inicial, Mailson condenou a política de *choques econômicos*, reafirmando uma linha econômica ortodoxa, de tempero apropriado ao setor empresarial.

Responsável agora pela decisiva pasta da economia, sucedendo a equipes que se notabilizaram pela identificação pemedebista e pela fama dos cursos de especialização no exterior, Mailson acentua sua origem pobre (família camponesa do interior da Paraíba), a face de funcionário de carreira (Banco do Brasil, ministérios da Indústria e Comércio e da Fazenda, onde tinha chega-

do a secretário geral do antecessor Bresser Pereira, depois de ter ocupado, ainda no regime militar, o mesmo cargo sob Ernane Galvêas), a modéstia de seu curso de economia, realizado em Brasília mesmo, e a desvinculação partidária.

Enquanto se ajeita no cargo, o novo ministro — que conheceu por dentro a política de Bresser Pereira — já acenou ao Fundo Monetário Internacional-FMI, cuja equipe deverá estar desembarcando no país neste começo de fevereiro. "O FMI já não é o mesmo", acredita Mailson, para quem um eventual entendimento com o Fundo não viria a produzir a recessão econômica que se verificou, no início da década, no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo que lhe seguiram as receitas.

Os gestos de maior flexibilidade se estendem, igualmente, aos bancos credores, com os quais estão sendo retomadas as negociações relativas à dívida externa. O plano brasileiro seria o de conseguir um acordo provisório com os



João Batista de Abreu voltou ao Planejamento como ministro e promete dedicar-se às grandes metas e cortar despesas

banqueiros, que facilitasse ao Brasil cumprir pelo menos parte dos pagamentos dos juros previstos para este ano (6 bilhões de dólares), sem que o país se visse obrigado a raspar o fundo do cofre, queimando as baixas reservas, calculadas, segundo cada fonte, entre pouco mais de 4 bilhões de dólares e pouco menos de 3 bilhões de dólares.

O otimismo de Mailson se estende também ao controle inflacionário, contrariando previsões pessimistas

de vários setores, e ele considera possível reduzir o déficit público de 6% a 2%, até o final de 1988, especialmente pelo fato de que será possível exercer maior controle sobre as contas oficiais, em função do orçamento unificado.

Depois dos planos Cruzado I, II e Bresser, é preciso ver se o "feijão com arroz" de Mailson, temperado a otimismo, consegue vencer os graves desafios com que se depara o desenvolvimento brasileiro.

Expectativas pessimistas

Enquanto o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, procurava transmitir otimismo e segurança, o clima de início do ano foi dominado por expectativas pessimistas, com relação ao desempenho da economia. Previram-se índices inflacionários de até 400% (em 1987, a inflação chegou a 365,96%), saldos no comércio externo em torno de 10 bilhões de dólares e crescimento da economia em torno de 3%, enfim um quadro muito problemático, no qual poderão exercer grande in-

fluência os primeiros sinais de uma recessão mundial produzida pela política de Ronald Reagan.

Hiperinflação, ao lado de estagnação, foi uma palavra muito usada pelos pessimistas, que não enxergam, a curto prazo, meios de modificação do panorama, ante os problemas da dívida externa, dos cíclicos programas econômicos, da realidade política nacional e da descrença que se espalhou pela opinião pública, particularmente nos setores envolvidos com a produção.

Exército expulsa capitão

□ A decisão da Auditoria Militar de Curitiba, na segunda semana de janeiro, foi por unanimidade: o capitão do exército Luís Fernando Walther de Almeida recebeu pena de prisão de três anos e, conseqüentemente, a de exclusão da arma, além de continuar detido, enquanto se processam outras fases do processo,

uma vez que ele tem, ainda, direito a apelação junto ao Superior Tribunal Militar.

O capitão Almeida comandou a invasão da prefeitura de Apucarana, no Paraná, em outubro do ano passado, para divulgar – depois de subir na mesa do prefeito ausente – um manifesto contra os baixos sa-

lários das tropas.

Caso não recorra ao STM – eventualidade admitida por seus familiares – a sentença permanecerá sem modificações, embora seu advogado pretenda utilizar o recurso, enquanto outras informações indicavam que a família do capitão se mobilizava para criar um movimento que pedisse ao presidente Sarney anistia para o militar.

No Rio, um conselho de

justificação está para remeter ao ministro do Exército as conclusões da investigação sobre a chamada *Operação Beco sem Saída*, que envolve os capitães Jair Messias Bolsonaro e Fábio Passos da Silva, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, denunciados pela revista "Veja", em dezembro, como autores de um plano para explodir bombas em quartéis, também como protesto pelos baixos salários.

O óleo amazônico

□ Menos de um ano após a primeira perfuração no meio da selva, a Petrobrás decidiu transformar a bacia do rio Urucu, no estado do Amazonas, 650km a sudoeste de Manaus, num de seus principais projetos: já com seis poços perfura-

dos e a previsão de um total de 20, Urucu poderá se tornar, já em 1988, a principal bacia petrolífera terrestre do país.

A descoberta de uma província petrolífera na Amazônia coroa 30 anos de pesquisas na região e faz superar as decepções ante-

riores, ao mesmo tempo que estimula novas sondagens. As jazidas de Urucu contêm 150 milhões de barris de petróleo, o que corresponde a cerca de 6% das reservas brasileiras.

A estatal pretende extrair 70 mil barris diários de óleo

Petrobrás

em Urucu, quando o sistema estiver completo (este ano serão investidos 80 mil dólares), começando com 5 mil barris, até chegar àquele total máximo. Desde o primeiro jorro, a Petrobrás surpreendeu-se com a qualidade do óleo de Urucu, que apresenta densidade de 42 graus, superior ao árabe, o que permite extrair maior quantidade de gasolina (cerca de 82%).

O campo terrestre de Urucu terá o gás reinjetado nos poços, para evitar desperdício e propiciar aproveitamento posterior, enquanto o óleo será levado à refinaria de Manaus, através de oleoduto (40 quilômetros entre o campo produtor e o rio Urucu) e de balsa (a partir do rio).

O óleo amazônico determinará modificações: a refinaria de Manaus terá a capacidade ampliada, passando dos atuais 10 mil barris/dia para 70 mil, e trocará o óleo potiguar pelo local, enquanto a refinaria projetada para o norte (a preferência era o Maranhão) ganhará outra localização, aumentando as chances do Ceará e de Pernambuco.



A floresta começa a revelar seus segredos e a Petrobrás aumentará os investimentos locais

terceiro mundo postal

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.

CONVITE

Quando vier ao centro do Rio, visite nosso setor de livros. Você vai gostar e "descontar".
Rua da Glória, 122 gr. 104



OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov

A perestroika, como continuidade da revolução, só avançará na medida em que esse caminho seja assimilado pelos próprios soviéticos, que devem, da mesma forma, como o autor aconselha, assimilar as experiências de outros países.

As mudanças que se sucedem na URSS, talvez sejam o mais importante passo depois de Outubro no sentido da democracia socialista. Democracia sem o estilo impositivo, de cima para baixo. 86 pág.

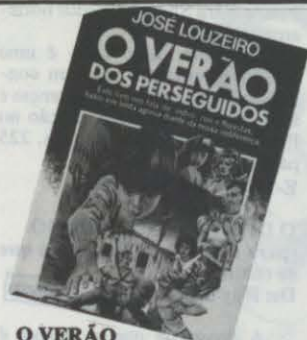
E-153 CZ\$ 200,00



MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO
De: Mikhail Gorbachiov

A URSS, hoje, é um laboratório para o qual estão voltadas as atenções do mundo. O que lá ocorre, já começa a influir sobre os nossos destinos - as perspectivas de se criar progresso no caminho do desarmamento são positivas. Gorbachiov, formula com audácia o princípio do caráter humanista que deve impregnar as relações internacionais em um universo cada vez mais independente. 77 pág.

E-155 CZ\$ 120,00



O VERÃO DOS PERSEGUIDOS
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 CZ\$ 450,00

O SEXO DO TRABALHO
Org.: André Kartchevsky-Bulport

O livro traz abordagens históricas das relações freqüentemente tumultuadas - sempre complexas - entre o movimento operário e o movimento das mulheres, e abordagens monográficas centradas nas operárias, seu trabalho e suas lutas. Uma vontade comum se expressa: pensar a classe operária no feminino. Participam 18 personalidades, estudiosas e líderes da questão da mulher no mundo. 193 pág.

E-118 CZ\$ 371,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO
De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O tema do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.

E-083 CZ\$ 170,00



RAUL SENDIC
AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO
Tradução: Cássia Corintha Pinto

As idéias de Raul Sendic se colocam em uma séria e digna perspectiva de transformação revolucionária latino-americana. Postura que os sete anos de prisão não quebraram e que em sua saída do cárcere estava expressa na seguinte proclamação que dirigiu ao povo uruguaio: "Amigos, há homens e mulheres que morrem na luta deste povo. Há outros que sofreram até enlouquecer nos calabouços. Há pais que não podem dar comida e nem vestir seus filhos. Eles nos dão força para seguir a luta e nesse sentido vamos nós e todos aqueles que queiram nos fazer companhia". 119 pág.

E-152 CZ\$ 190,00



MULHERES, ADÚLTEROS E PADRES
Org.: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais. 101 pág.

E-109 CZ\$ 200,00

LUTA DE TERRA BRIGA DE FOICE
De: Cláudio Thomás Bornstein

Baseado em um fato ocorrido na década dos setenta na região do Além-São Francisco, e que culminou no assassinato de um líder do sindicato rural, o romance conta, passo a passo, a caminhada de violências do Brasil agreste. 256 pág.

E-150 CZ\$ 400,00



NICARÁGUA, NICARÁGUITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓIA DEMOCRACIA LANÇAMENTO
De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaráguita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.

E-144 CZ\$ 310,00

VIRE. TEM MAIS LIVROS E O CUPOM NO VERSO.

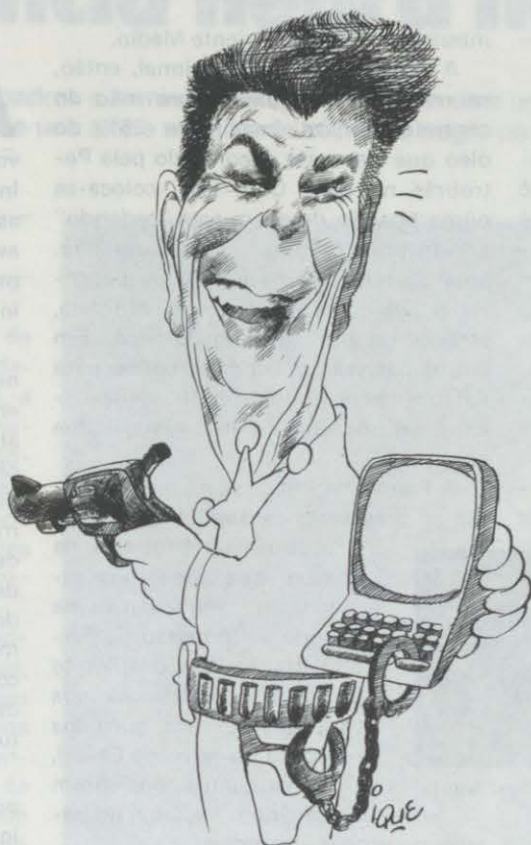
Informática, novas batalhas

A autonomia nacional na área da informática – um dos pilares do desenvolvimento – não será mesmo conseguida sem grandes batalhas (recorde, a propósito, a matéria de capa de **terceiro mundo** nº 106).

No dia 20 de janeiro, a reunião do Conselho Nacional de informática-Conin decidiu liberar a comercialização do programa MS-DOS 3.3, da firma norte-americana Microsoft, embora mantendo o veto com relação ao MS-DOS 3.2, principal cavalo de batalha da frente que ameaça retaliações comerciais dos Estados Unidos contra o Brasil. Os propósitos de prejudicar o país não se aplacaram, porém, e as ameaças perduram, porque se pretende obter maiores concessões brasileiras na área da informática.

O inegável desenvolvimento da indústria nacional de informática e a necessidade estratégica de amparar seu fortalecimento confrontaram-se, assim, com uma espécie de recuo, que, se não configura uma batalha perdida, deixa em alerta as áreas comprometidas com o desenvolvimento do setor.

Já antes da solução dada ao caso Microsoft, a indústria nacional da informática se mobilizava, para conseguir do Congresso a rejeição dos vetos presidenciais à Lei da informática, que Câmara e Senado haviam aprovado sem modificações. Os vetos presidenciais, analisados



como uma forma de amenizar a ira norte-americana, mereceram os protestos da Associação das Empresas de Serviços de Processamento de Dados (Assespro). Em documento enviado ao Planalto, Francisco Eduardo do Rego Ramalho, presidente da entidade, destacou os perigos para o desenvolvimento da informática, quando os vetos minam pontos básicos da reserva de mercado, permitindo que as empresas estrangeiras possam vir a dominar o mercado e a impedir a criação nacional no segmento de programas de computador.

Se conquistar o desenvolvimento equivale a vencer uma guerra, outras batalhas ainda virão, no setor da informática.

Informática e Constituinte

A capacitação tecnológica nacional é um dos pontos sensíveis da Constituinte: a questão da reserva de mercado para a Informática simboliza o confronto entre os partidários de um caminho autônomo e os seguidores da doutrina da dependência.

Assim, vem a propósito a publicação "informática e Constituinte", do engenheiro e ex-parlamentar Raymundo de Oliveira, que pretende fornecer dados e argumentos para o debate do assunto.

"Com pouco mais de dez anos de vigência da reserva de mercado – assinala o autor – os números são significativos: cerca de 300 empresas verdadeiramente nacionais, empregando 33 mil trabalhadores, enquanto as estrangeiras empregam 10 mil. Para o mesmo faturamento, as nacionais empregam 2,5 vezes mais profissionais de nível superior e 20 vezes mais na área de pesquisa e desenvolvimento".

Ainda segundo os dados do trabalho, o que está incomodando os adversários internos e externos da reserva de mercado é que o Brasil está efetivamente crescendo no setor da Informática.

O país assimila e desenvolve tecnologia, a ponto de ser, ao lado dos próprios Estados Unidos e Japão, um dos três únicos países do bloco capitalista a produzir mais computadores do que a quantidade que recebe do estrangeiro.

Na área do Terceiro Mundo, a vantagem brasileira decorre precisamente da reserva de mercado para empresas nacionais, na área dos microcomputadores, o que pode ser comprovado pelo atraso em que se encontram outros países do mesmo estágio de desenvolvimento econômico, como Argentina e México, que não adotaram a defesa da reserva de mercado, e "estão, seguramente, atrasados cinco anos ou mais, em relação ao Brasil".

Além das pressões, particularmente norte-americanas, que contam com a ajuda interna, o caminho de capacitação na informática deve enfrentar outros desafios com rapidez e coragem.

Negócio da China

Clóvis Sena

Parlamentares enviaram representação ao presidente José Sarney, solicitando o reexame pelo governo da solitação da transnacional Texaco, que pretende alterar um contrato-de-risco no Pará. O pedido da transnacional foi acolhido favoravelmente pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, mas considerado danoso aos interesses nacionais pelos constituintes.

Pela modificação sugerida pela empresa transnacional, de acordo com a



Temas econômicos revelarão a natureza da Constituinte

análise dos parlamentares, haveria uma inversão completa de papéis e incalculáveis prejuízos ao país, uma vez que a Petrobrás se veria na estranha situação de achar petróleo para dividir com a transnacional, em troca dos supostos direitos que esta teria sobre a área que não quer mais pesquisar.

Óleo de graça

Conforme o constituinte Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), no dia 6 de janeiro o Diário Oficial publicou parecer do consultor-geral Saulo Ramos, a favor da solitação da Texaco, que quer alterar um contrato-de-risco na bacia de Marajó, no Pará. Em suas alegações, a transnacional afirma já haver pesquisado 20 mil km², restando, ainda sem sondagens, outros 70 mil km². Exatamente nessa área desconhecida, a Texaco acena com possibilidades mirabolantes, afirmando que lá talvez exista petróleo, em quantidades comparáveis às da área do Recôncavo Baiano ou

mesmo de áreas do Oriente Médio.

A proposta da transnacional, então, se resume ao seguinte: abre mão do contrato-de-risco, mas quer 25% do óleo que vier a ser encontrado pela Petrobrás na área. Com isso, coloca-se numa posição de quem está "cedendo" à Petrobrás, empresa estatal brasileira, área do território nacional, "esquecendo-se" de que é simples concessionária, através de um contrato-de-risco. Em outras palavras: deixa de trabalhar para a Petrobrás (espírito do contrato-de-risco) e propõe que a Petrobrás trabalhe para ela.

A Frente Nacionalista, na representação ao presidente da República, destaca o absurdo da proposta da Texaco, que se arroga direitos, particularmente quando a Comissão de Sistematização da Constituinte já aprovou a extinção dos contratos-de-risco, surgidos na época do governo Geisel. Os constituintes consideram necessário o reexame do parecer do procurador-geral.

A questão tem obtido grande repercussão na Constituinte, apesar dos esforços do grupo "Centrão" em abafar o assunto, sobre o qual já se manifestaram dezenas de parlamentares, entre os quais Fernando Santana (PCB/BA), Luís Alfredo Salomão (PDT/RJ), Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), Amaury Müller (PDT/RS), Augusto Carvalho (PCB/SP), Brandão Monteiro (PDT/RJ) e José Genoíno (PT/SP).

Adhemar de Barros Filho (PDT/SP) fez apelo a Sarney, para que evite macular seu governo com uma decisão de tais consequências, e leu manifesto do ex-deputado Euzébio Rocha - autor do substitutivo da Lei 2004, que resultou na criação da Petrobrás, em 1953 - no qual o antigo parlamentar afirma que o país está frente a um novo "escândalo do petróleo", pois, se o parecer do procurador-geral vier a prevalecer, favorecendo a pretensão da multinacional, a Petrobrás vai assumir todos os trabalhos e despesas, ficando a Texaco com o petróleo. ●

Cimi mantém expectativas

A pesar de reconhecer o avanço da articulação da direita na Constituinte, com a crescente desenvoltura do grupo "Centrão", o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mantém as expectativas de que se consagrem os avanços desejados pelo movimento popular, entre os quais os relativos aos índios.

Do ponto de vista da entidade, o fenômeno do "Centrão" decorreu de um erro tático, isto é, o monopólio que se atribuíram a Comissão de Sistematização e as lideranças dos grandes partidos, com o conseqüente alijamento da maioria dos constituintes, em relação à definição de temas fundamentais. Não de deve esperar, porém - ainda segundo a mesma análise - que o agrupamento dominado pelos conservadores consiga sustentar uma coesão tal, que determine o espírito da futura Constituição.

As expectativas do Cimi incluem a possibilidade de que a multiplicidade de interesses abrigados no "Centrão" não consiga reeditar, nas votações sobre as matérias constitucionais, o mesmo nível de unidade que lhe permitiu decidir a questão prévia do regimento. Dessa forma, a sorte da futura Carta, de fato, depende do resultado de negociações entre o "Centrão", o Grupo dos 32, históricos do PMDB e o Movimento de Unidade Progressista-MUP.

Assim, estaria assegurada a brecha, para que o país possa vir a ter uma Constituição que corresponda às necessidades nacionais nesta virada de século. Dessa forma, se afastaria o perigo de apenas se apresentar uma Carta que reproduziria a de 1946, já ultrapassada em todos os sentidos e sem condições de servir à nação, que se transformou inteiramente e exige respostas para problemas e desafios novos. A presença do "Centrão" não inviabiliza o avanço, mas seu poder de ação precisará esbarrar na contrapartida de renovada presença do movimento popular junto aos constituintes. ●

PADRES

Consciência negra na Igreja

Leigos, padres e seminaristas de cor aprofundam uma reflexão que une a fé e a realidade social do negro no país

Valéria Martins Cardoso

Procópio Mineiro

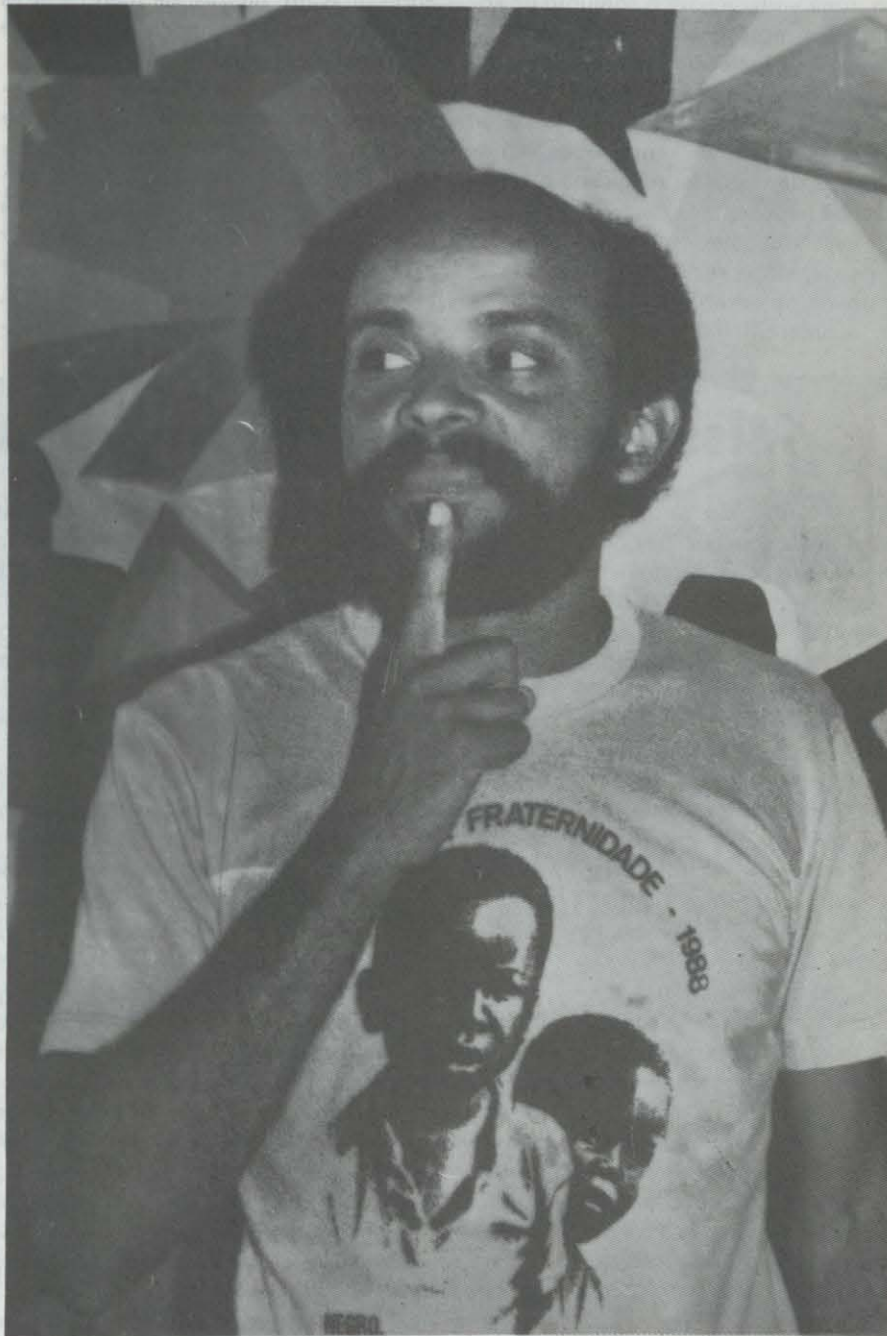
A Campanha da Fraternidade de 1988 terá por tema a comunidade negra no Brasil e, por ela, a igreja pretende motivar a reflexão nacional sobre os condicionamentos sociais que levam os negros a figurarem entre os mais pobres da imensa maioria dos pobres brasileiros de todas as cores e mestiçagens, um século depois da extinção da escravatura.

Um amplo trabalho de esclarecimento, por parte da comunidade de cor, à frente padres e seminaristas, levou o tema a merecer a aprovação de 41 dos 43 bispos integrantes da comissão encarregada de selecionar o tema da Campanha-88, que será "A fraternidade e o negro", e marcou mais um passo no esforço de conscientização que se amplia também dentro do catolicismo.

Movimento nacional

"O movimento da igreja, em seu todo, em torno da questão negra, e, especificamente, o movimento dos padres são duas forças novas que surgiram nas bases católicas e que tomaram a igreja de surpresa", diz frei Davi Raimundo dos Santos, um jovem franciscano que, a partir de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, coordena e anima o movimento, estabelecendo contatos a nível nacional.

Tudo começou em 1978, quando setores de cor católicos contestaram a validade do documento que a delegação de bispos brasileiros ia levar ao encontro episcopal latino-americano: faltava o enfoque da questão no país, observaram, levando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB a formar o Grupo-Tarefa do Negro, com o objetivo



Frei Davi: de cada 100 negros, 70 não conseguiram resolver sua questão racial

de produzir um estudo que estabelecesse as bases para uma reflexão sobre o assunto.

"Nesse trabalho - lembra frei Davi - concluímos que não se devia somente produzir um documento, mas partir para a ação, imediatamente, ante a urgência da questão. Só gritando, a hierarquia e a comunidade da igreja iriam perceber a injustiça histórica contra o povo negro."

Daí, surgiram duas linhas de trabalho, uma voltada para o conjunto da sociedade e representada pelo movimento União e Consciência Negra, e a outra, voltada para o interior da igreja, formada pelos agentes de pastoral, onde se insere, como um de seus grupos, o movimento dos padres, religiosos e seminaristas negros.

"Esse trabalho interno é tão importante quanto o realizado na sociedade, porque a opressão e a discriminação de cor acontecem frequentemente de for-

ma inconsciente, o que torna necessário despertar as pessoas. Ao lado disso, é preciso lembrar que o ingresso de negros e negras em algumas congregações e ordens religiosas era dificultado ou mesmo vedado, até recentemente", observa o frade.

O religioso exemplifica com uma observação: uma editora católica, que produz muitos cartões de mensagens, há pouco tempo exibiu 870 cartões em suas vitrines, dos quais somente quatro apresentavam figuras de negros: três eram de Nossa Senhora Aparecida e uma de S. Benedito.

Observa que, na Baixada Fluminense, estão em formação três outros grupos, um de catequistas, outro de professores e o terceiro de advogados. O primeiro, com atuação no âmbito da igreja e, os dois outros, destinados a provocar a organização e a reflexão e a prestar serviços no âmbito da sociedade. Em S. João de Meriti, recentemente, reali-

zou-se o primeiro curso de formação de lideranças para o movimento negro, com 50 participantes.

Força nova

"Esta é uma força nova, que vai surpreender a sociedade", destaca o franciscano, lembrando que a conscientização em curso não se limita à igreja, mas se estende a toda a comunidade de cor, incluindo, por exemplo, os umbandistas.

Essa reflexão procura ser totalizante, questionando todos os aspectos da prática social e não somente os de ordem religiosa. Frei Davi atribui a setores brancos e socialmente privilegiados os temores de que o movimento resulte em conflitos ou no surgimento de um racismo negro.

"Ando pelo Brasil inteiro e nunca ouvi um grupo negro sequer interessado em conflitos" - frisa ele. "Pelo contrá-

Missa para o mártir negro Manoel Congo

Deu o que falar a missa celebrada por frei Davi Raimundo dos Santos, na matriz meritiense, dia 6 de setembro: apoio de uma parte e estranheza do outro lado. Aplauso pela inovação que aproxima a celebração da vivência e da cultura popular, críticas pela suposta presença de elementos do candomblé.

Tratava-se da missa especial por Manoel Congo, líder negro do quilombo de Santa Catarina, em Vassouras, no sul fluminense, enforcado no dia 6 de setembro de 1839. Na missa, procurou-se fazer uma reflexão sobre o negro e a religião, destacando a forma especial dos negros em celebrar de uma forma integral, que inclui não só a voz e a mente, mas também a emoção que se expressa por todo o corpo, na dança.

"Uma das características

da celebração afro-brasileira é, além de louvar a Deus com a voz e com a razão, louvá-lo com todo o corpo, através dos gestos e da dança. As etnias polonesa (do Papa), japonesa, alemã etc. possuem no Brasil celebração católica própria, em seu idioma. Nós também, descendentes das etnias negras, queremos ter esse direito."

Essa observação, do folheto da Missa Especial do Mártir Negro Manoel Congo, servia de introdução aos textos da celebração, começando pela Ladainha Afro-Brasileira dos Mártires, onde se chamava para uma liturgia alegre em louvor a Deus, lembrando figuras que morreram na luta pela liberdade do povo negro, como Zumbi e Manoel Congo.

"Hoje, o desafio central para todos nós é este: conservar e viver a mensagem central de Jesus e, depois de

colocá-la em prática, celebrá-la, respeitando a cultura e a realidade do povo", escreveu frei Davi, em outro folheto distribuído aos fiéis, posteriormente, esclarecendo o sentido e a forma da missa de 6 de setembro.

No folheto, intitulado "Para refletir", o frade relaciona diversos fatos históricos, entre eles a repressão católica aos cultos dos escravos, um dado de que se pediu perdão durante a missa, em circunstâncias que levaram algumas pessoas a pensar que se estava introduzindo elementos de cultos afros na celebração. Nesse esclarecimento, ele chama a atenção dos católicos para respeitarem as demais religiões, inclusive "o direito de existir das religiões afro-brasileiras. Respeitar uma religião não quer dizer concordar com ela, mas deixar que exista como qualquer

outra. Essa foi a atitude de Jesus diante das religiões do seu tempo".

O religioso observa, ainda, que, se não tem sentido absorver no catolicismo elementos religiosos afros, não se pode, porém, recusar aspectos da cultura africana (a musicalidade, a expressão), pois não há como justificar a exclusividade da forma européia do culto. Afinal, a forma do culto se adapta às circunstâncias históricas, bastando lembrar que a primeira missa (a ceia da quinta-feira santa) observou o estilo judaico, que predominou no início da igreja. Quando o catolicismo deslocou seu centro para a Europa, adotou a cultura européia no culto, sem afetar o cerne da mensagem cristã. "Acredito que Jesus não condenou aquela atitude de adaptação dos papas europeus", observou frei Davi.

rio, o que se busca é apenas correr atrás do prejuízo, nada mais. Quem alega possibilidade de conflito é quem teme a organização do povo e seus efeitos para a estabilidade da sociedade, tal como ela hoje se estrutura. Para mim, o movimento não tem o direito nem o poder de instaurar o conflito. Quem tem esse poder são as forças dominantes, os que controlam os bens de produção, os que controlam o poder econômico no país, ao permanecerem fechados à partilha e à justiça social. O conflito só pode vir do outro lado, nunca do povo negro."

Frei Davi observa, ainda, que o movimento negro procura fugir a posições excludentes: "Em todos os encontros, debates, reuniões, uma frase sempre surge, invariavelmente: somar-se a todos os setores oprimidos da sociedade. Mas, é preciso notar que a solução da questão econômica não resolve, necessariamente, a questão da discriminação racial".

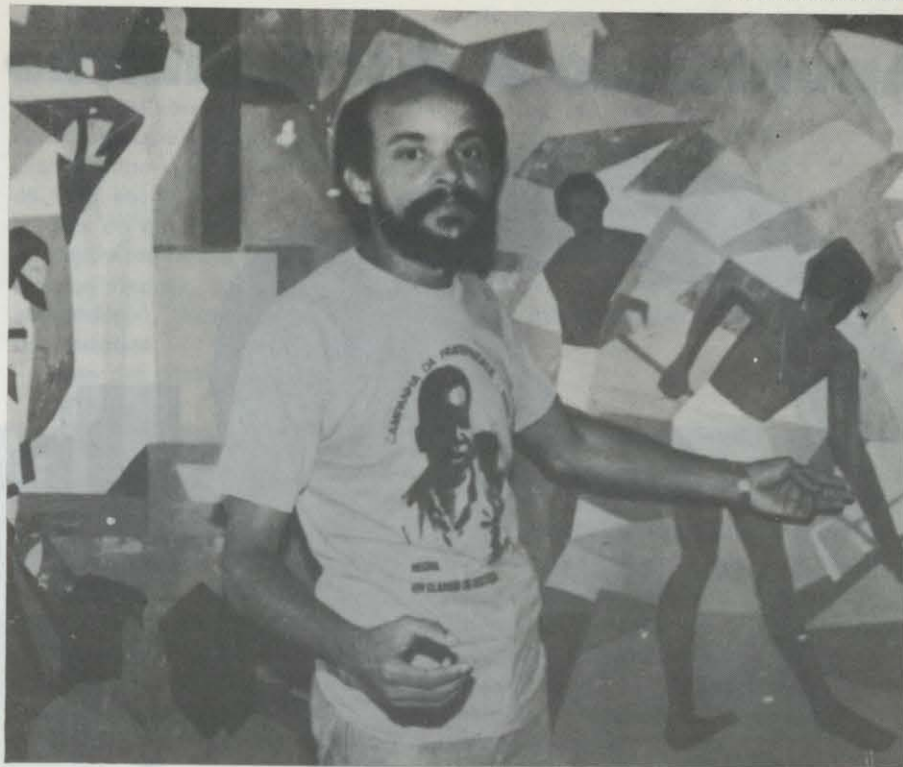
Ele cita números recentes da Fundação IBGE, que mostram disparidades salariais entre empregados brancos e de cor, nas mesmas atividades, o que considera a aplicação de critérios discriminatórios de fundo racial no sistema de remuneração do trabalho: no setor de prestação de serviços, o salário médio dos empregados brancos alcançava Cr\$ 1.033,60, enquanto o dos trabalhadores negros ficava em Cr\$ 668,01; nas atividades de nível médio, eram, respectivamente, de Cr\$ 2.811,80 e Cr\$ 2.272,70, e, nas atividades de nível superior, Cr\$ 10.229,80 para os brancos e Cr\$ 3.776,50 para os negros.

"Estes dados mostram que, mesmo tendo acesso ao saber e à tecnologia, os negros ainda precisam superar outras barreiras", argumenta o religioso.

Ideologia do embranquecimento

Entre as barreiras, está um fruto das pressões que ele experimenta: o desejo de se ver livre do "peso" da cor, que "atrai" tantos problemas e limitações sociais. Segundo frei Davi, esse fenômeno ocorre sobretudo nos que conseguiram alcançar formação superior ou situação econômica de classe média.

"A maioria assimila o racismo, ou melhor, a ideologia ou uma consciência do embranquecimento, procurando negar a realidade mais ampla" – assinala.



Na capela, o mural recorda a contribuição negra e denuncia o crime da escravidão

"Embora disponham de melhores condições intelectuais e econômicas para questionar a situação, procuram omitir-se, até mesmo num comportamento inconsciente de sobrevivência. Já o negro da classe pobre também assimilou a ideologia do embranquecimento, mas é muito mais aberto a perceber a realidade, pelo próprio sofrimento da vida do dia-a-dia. Os problemas concretos levam o negro a desenvolver um auto-racismo, pelo qual ele próprio se nega. Pode-se dizer que, de cada 100 negros, 70 não resolveram sua questão racial, sua identidade étnica, não convivem bem com a própria pele, com o cabelo encarapinhado, com o nariz africano, com os lábios exuberantes. É uma carga de séculos, contra a qual temos que trabalhar agora."

Frei Davi lembra que, nos casos mais gritantes de discriminação, somente reclamam os que já resolveram sua questão de cor, pois a maioria, ante uma situação dessa, é tomada pela vergonha e procura desaparecer, sem protestar.

Religiões africanas

Sem ignorar que muita gente teme

uma aproximação com as religiões de origem africana, o franciscano considera fundamental que se busque conhecer melhor aquelas expressões religiosas, nesse processo de recuperação da história e da cultura negras no Brasil. Acentua que, de início, a posição deve ser de respeito, e destaca vários aspectos significativos dos cultos afros, como a liturgia envolvente, de alta comunicação entre celebrante e fiéis, e o amplo papel da mulher, sem paralelo no catolicismo.

A aproximação dos católicos se faz, igualmente, com seus irmãos de cor protestantes. Os seminários mensais que se fazem entre católicos e metodistas, por exemplo, visa a repensar a Teologia da Libertação, a partir do negro, e essa reflexão tem sido um dos principais estímulos ao estudo e aos contatos com as religiões africanas.

"É importante destacar que os contatos se caracterizam por serem feitos a nível de base, sem qualquer interferência da hierarquia, permitindo descobertas e experiências, que podem vir a resultar no enriquecimento espiritual. Afinal, mudanças na igreja sempre começaram a partir do trabalho e da manifestação das bases", finaliza frei Davi. ●

Apontando a discriminação



Em congresso, mulheres negras de todos os níveis de formação e profissões debateram a situação de discriminação racial e sexual: toda mulher é discriminada, a negra mais ainda

Num fim-de-semana de novembro, dezenas de mulheres reuniram-se no Centro de Formação da diocese de Nova Iguaçu, para debater problemas comuns a todas elas e a milhões de outras brasileiras, a partir da situação de negras e mulheres: o trabalho, a educação, a cidadania, o sexo.

O I Congresso Estadual de Mulheres Negras surgiu como o primeiro ato para a coordenação de um movimento hoje ainda esparso em diversos grupos, e terá como efeito imediato o desenvolvimento de esforços para melhorar a comunicação interna (um jornal) e formar lideranças, através de cursos a se realizarem nas comunidades negras.

O sexo

A questão sexual das mulheres negras envolve desde a má ou nenhuma educação nesse aspecto – um mal que atinge a sociedade como um todo – até a exploração particular que se volta contra a mulher de cor, através do conceito da “mulata”, algo como uma má-

quina de prazeres, passando pelo dado ideológico de a negra se visualizar através de padrões brancos, o que a faz sentir-se não apenas diferente, mas feia. “Os estereótipos que buscamos (cabelos alisados etc.) são uma forma de se transar com o ideal de beleza que a sociedade exige. Quando não nos integramos, acabamos nos sentindo rejeitadas nas relações afetivas”, assinala um dos comentários.

“Os homens nos usam a todo momento. E o pior: os negros também, pois depois ficam com as brancas”, relata um dos testemunhos femininos, enquanto outro conceitua que “a mulher negra ou o homem negro, quando sobe na vida, não busca parceiros negros. Eu vejo a mulher negra muito sozinha”. Também se constata que “homem não aguenta mulher que pensa muito”.

Outro relato adverte que “o amor não tem cor”, mas lembra que é errado buscar parceiro branco por outros motivos que não seja realmente o amor.

A difícil questão do sexo não aponta

uma solução, pois, mais até que outros aspectos, espelha o maior ou menor nível de consciência feminina, o que levou ao conselho de que “o importante é que se faça um processo educacional nosso”.

Educação e trabalho

A área da educação é considerada vital pelas mulheres, que nela identificam um dos instrumentos mais frequentes de transmissão de preconceitos raciais, ao impor idéias ou imagens em que o negro sai desfavorecido e em que a felicidade tem a cor branca e os olhos claros.

Assim, torna-se importante, na opinião delas, que se faça um levantamento dos livros didáticos que expressem conceitos discriminatórios, para que possam ser eliminados do sistema de ensino. E recomenda-se que “os professores se atualizem, discutam com pessoas informadas sobre a realidade do negro”, para que se faça um ensino sem deformações.

Quanto à questão do trabalho, destacou-se o problema das empregadas domésticas, “que assumem a vida dos patrões, alienando-se da própria família”. É um trabalho ligado ainda à escravidão, “não sendo valorizado pela sociedade como um todo”, assinala um dos pontos do documento, complementando que “continuamos a ser tidas como coisa de cama e mesa, sofrendo toda sorte de violência, inclusive a sexual”.

De prático, estabeleceu-se lutar pela regulamentação da profissão de empregada doméstica e por uma legislação que coíba abusos contra as trabalhadoras, entre os quais se citou o “patrulhamento orgânico”, ou seja, o controle da fertilidade das mulheres, para que não ocorra “gravidez indesejável”, sob o ponto de vista das empresas.

“No esforço de organização que estamos empreendendo, as mulheres negras estão interessadas em contatar grupos, associações e movimentos semelhantes”, indicam Sandra Helena Torres Belo, Antônia Inês Nolasco da Silva e Agnes Consula Rodrigues. O Movimento das Mulheres Negras tem endereço à Rua 24 de Maio, 43 – Cep 20950 – Rocha – Rio de Janeiro, atendendo pelos telefones 281-0560 e 256-3317.

A cidadania

Os diversos temas do congresso foram debatidos em grupos, servindo principalmente para recolher a experiência de vida de cada uma das participantes. Era um universo feminino complexo, que juntou a empregada doméstica à professora, a mãe de família à profissional liberal, a de instrução primária à de formação universitária, todas unidas, porém, pela situação de negras, o que permitia aproximar todas as suas

vivências.

Analisando-se como um grupo duplamente discriminado, pela cor e pelo sexo, as mulheres discutiram a questão da cidadania, a participação política e os preconceitos que cercam esse aspecto da vida social. A falta de consciência, a idéia de que política não é coisa de mulher, a tendência a se rejeitarem candidatos negros, a predominância da acomodação, foram alguns aspectos denunciados.

Uma das decisões adotadas foi a de

fazer uma convocação suprapartidária, para que se debata um futuro comportamento eleitoral dos negros, ao mesmo tempo em que se recomendou a importância de que as mulheres negras aumentem sua participação em grupos comunitários, sindicatos, diretorias de escolas e outras instâncias em que possam exercitar os objetivos de propor um modelo alternativo de sociedade, em que inexistam discriminações. ●

P.M.

Anacleta, a experiência de toda uma vida

□ A discriminação, pela função e pela cor, as más condições de trabalho e de remuneração, as jornadas excessivas, a desconsideração pessoal, a inexistência de creches: essas são as principais queixas das empregadas domésticas, que não conseguem entender o motivo de serem mantidas à parte do sistema comum que rege as relações trabalhistas.

"Como empregadas domésticas, mulheres e negras, nós somos muito discriminadas", relata Anacleta Barbosa, 64 anos, com a autoridade de uma experiência de trabalhos em casa de família que começou aos oito anos de idade, no interior do Maranhão. "Somos muito castigadas, muito maltratadas, e a cor é o motivo frequente para a diferença de tratamento que recebemos", reclama.

"Nós estamos procurando ver se melhoramos nossa categoria, se tiramos esse racismo de nós. Por que a discriminação, se exigem de nós toda a responsabilidade de cuidar de uma casa? Por que esse tratamento, que nos impõe condições de vida as mais difíceis, obrigadas que somos a sair muito cedo

de casa, inventar jeitos de deixar os filhos mais ou menos atendidos, voltar muito tarde, receber salários os mais baixos? É preciso arranjar uma maneira de mudar isso. Precisamos lutar juntas para encontrar uma saída", diz Anacleta, sempre falando num tom ponderado, que deixa transparecer uma ponta de amargura e

obrigada a deixar o mais novo, recém-nascido, aos cuidados da avó, no lugarejo de Manaus, em Mirizal, no interior maranhense, enquanto trabalhava em São Luís e cuidava do mais velho. Vindo para o Rio, só esporadicamente passou a ver o caçula. O mais velho, Claudionor, hoje com 44 anos e morando num bairro

anos de serviço. Considera uma injustiça que a categoria não tenha direito ao 13º salário, cujo pagamento fica a critério de cada família.

O Encontro

"As organizadoras estão de parabéns, porque este é um encontro que nenhum país realizou. Dentro de mim, eu sentia que a gente poderia ter partido para isso há muito tempo, porque é preciso acabar com a discriminação que faz com que, entre um branco e um preto, sempre se acabe preferindo o branco", reclama Anacleta.

"Nós merecemos tratamento igual. Essas crianças pretas - diz, apontando para os filhos das participantes do encontro, que brincam nos jardins do Centro de Formação - merecem essa oportunidade. Quantos pretos viraram marginais devido à falta de oportunidades, ou porque se criaram meio largados, enquanto seus pais eram obrigados a deixá-los sozinhos, para trabalhar. A gente fica muito decepcionada mesmo. Os que mais sofrem são os pobres e os mais pobres são os negros. Tudo para a gente é mais difícil".

Valéria Martins Cardoso



Anacleta: pobre sofre mais e negro é o mais pobre

resignação.

"O sentimento da discriminação é uma raiz que vem crescendo desde o fundo da história e que hoje se manifesta até mesmo entre colegas de uma mesma atividade", define ela.

Uma vida de injustiças

As duras condições de vida de uma empregada, Anacleta ilustra com sua própria trajetória: viúva cedo e com dois filhos, acabou sendo

distante do centro de Caxias, na Baixada Fluminense, vive a dura luta de ser pedreiro e "ainda batalha para acabar sua casinha". O mais novo, João de Deus, continua no Maranhão, onde trabalha numa fazenda.

Quanto a ela, aos 64 anos, ainda trabalha, porque "preciso e não tenho aposentadoria". Para obter legalmente a aposentadoria, deverá esperar mais alguns anos, para alcançar o benefício por velhice e não pelos

Haiti, Chile e Paraguai

Novas farsas eleitorais

Os processos eleitorais no Haiti, Paraguai e Chile são meras farsas que visam a manter o domínio das ditaduras ali instaladas.

No Chile, além de todas as barreiras impostas ao recadastramento eleitoral, o regime invalidou os títulos em vigor em 1973 – Pinochet impede à oposição qualquer tipo de ação política que mobilize o povo e possa dar autenticidade ao pleito. O ditador, seus ministros e generais ocupam abusivamente os meios de comunicação, e exercem pressões constantes sobre todos os setores da sociedade que se opõem à forma como o plebiscito está sendo imposto. Os líderes democráticos não só são vetados naqueles meios de comunicação como, em certos casos, como o do ex-chanceler Clodomiro Almeyda, qualquer jornal, rádio ou televisão, que apenas citar o seu nome, pode ser criminalmente enquadrado.

A prisão de Clodomiro Almeyda é um escárnio à consciência democrática da América Latina. Almeyda, chanceler do governo de Salvador Allende, é um dos líderes democráticos e socialistas chilenos mais respeitados internacionalmente. Enquanto estiver preso, perseguido, proibido de expressar livremente suas idéias, pode haver tudo no Chile, menos democracia.

Nem tudo naquele país é, contudo, responsabilidade da ditadura. Um dos fatores que, sem dúvida, retardam a derrota de Pinochet é a incapacidade oposicionista de unir-se, deixando para depois do restabelecimento da democracia as suas di-

vergências internas. Pinochet beneficia-se dessa divisão.

No Paraguai, Stroessner prepara outra farsa eleitoral, para extorquir ao país seu sétimo mandato. O quadro é o mesmo do Chile, com poucas variantes. Um imenso conluio de repressão, contrabando oficializado e corrupção sustenta o sistema dominante, em cujo centro está o ditador vitalício.

Para a perpetuidade dessa ditadura longa, não se exclui a cumplicidade de centros de poder no Brasil e Argentina, que não só toleram o ditador, como lhe fornecem o oxigênio dos negócios, dos apelos financeiros e das conivências diplomáticas, que lhe estão prolongando o domínio sobre aquele país. Há, no entanto, evidências no Paraguai de que avança a consciência democrática e se fortalece a luta contra a ditadura.

Por fim, a farsa nº 3 é a do Haiti, onde remanescentes da ditadura de Duvalier tentam impedir a democratização do país. Um milhão e duzentos mil cidadãos – esmagadora maioria do eleitorado – aprovaram a nova Constituição e se preparavam para levar à vitória os candidatos democráticos. O regime militar transformou as eleições num banho de sangue, forçando a convocação de um novo pleito, no qual votaram pouco mais de 5% do eleitorado.

Essa eleição fraudulenta e a posse do candidato imposto pelos militares remanescentes da ditadura estão sendo contestadas pelo povo. É de se esperar confrontos importantes, até

que a democracia seja realmente restabelecida no Haiti, após quase 30 anos de domínio de "Papa Doc" e dos sinistros *tontons macoutes*.

Em Lima, na recente reunião da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina e Caribe (Coppal), à qual compareceram representantes de três partidos brasileiros (PMDB, PDT e PT), os haitianos, na pessoa do seu combativo representante Gérard Pierre-Charles, manifestaram a firme decisão de luta até a vitória, para que não se instale no Haiti uma espécie de "duvalierismo sem Duvalier" – o que frustraria as esperanças populares.

A declaração atribuída ao general Namphy, comandante do exército do Haiti, de que "o que falta aqui é um Pinochet", dá uma idéia clara do que se pretende para o povo haitiano.

Gérard Pierre-Charles nos adverte sobre a situação em seu país: "É preciso que os setores democráticos da América Latina, a opinião internacional e os governos do continente adotem uma atitude enérgica contra o regime nascido do golpe, mediante a violência, a imposição e a farsa eleitoral".

No Haiti, no Chile e no Paraguai, as ditaduras travam batalhas desesperadas. Mas, hoje ou amanhã, sucumbirão à revolta popular. O que cabe aos democratas é apoiar seus povos na decisiva batalha que estão travando pela democracia e pela justiça social.

Neiva Moreira

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



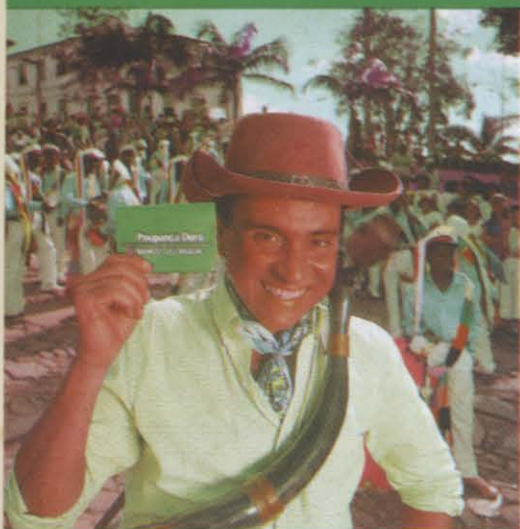
ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

E festa no Interior

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil



A Poupança Ouro faz a festa da produção agrícola e pecuária.

Dá juros e correção monetária para os brasileiros do Interior e das Capitais.

Tem a garantia do maior banco do País.

Leva crédito ao campo para aumentar a produção de alimentos e oferece lucro e segurança para o investidor.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil. O melhor negócio para você.

E para o Brasil.



Agora, em se poupando tudo dá.

 **BANCO DO BRASIL**